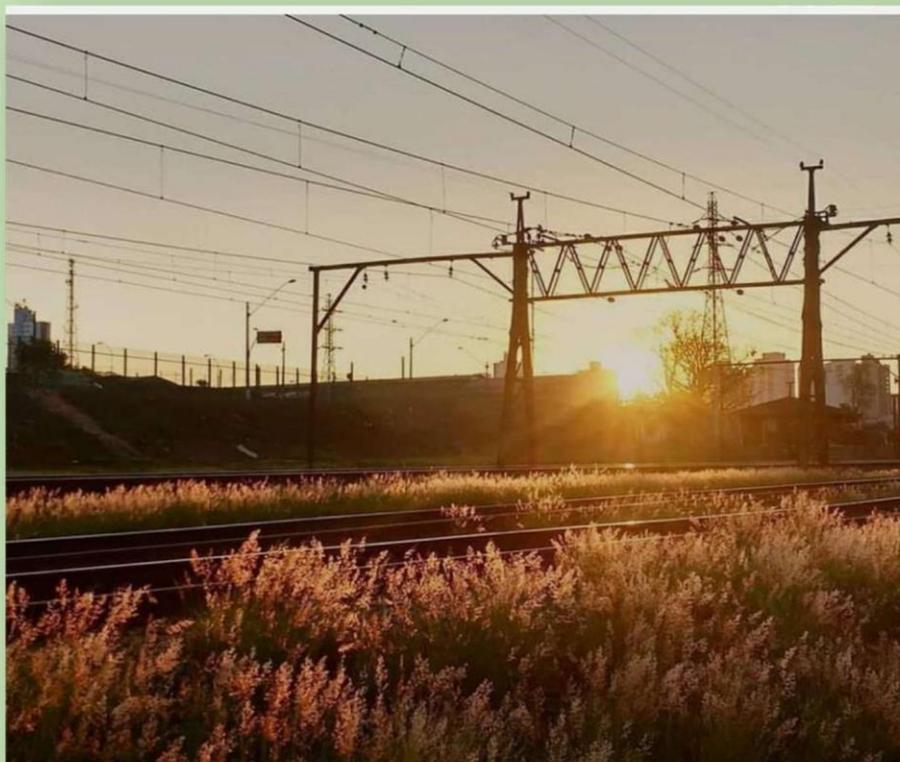


**Referência para organização
do trabalho administrativo –
pedagógico das Unidades
Escolares**

VOLUME 01



Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA

UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	6
2. APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	9
2.1 Quadro de Suporte Pedagógicos	10
2.2 Diretores de Ensino	18
2.3 Horários de Funcionamento das Unidades Escolares	19
2.4 Polos de Atendimento Educacional Especializado	19
2.5 Orientações para atribuição de aulas na Rede Municipal de Educação: adequação ao perfil profissional do docente	20
2.5.1 Atuação do Professor da Educação Infantil	21
2.5.2 Atuação do Professor de Ensino Fundamental	23
2.5.3 Atuação do Professor de Educação de Jovens e Adultos	31
2.6 Calendário escolar	32
2.7 Orientações para os Horários de Trabalho Pedagógico	33
3. FUNDAMENTAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	35
3.1 Homologação do Currículo da Rede de Ensino	43
3.2 Fundamentos Legais da Educação de Jovens e Adultos	43
3.2.1 Modalidade de Ensino Presencial	45
3.2.2 Modalidade de ensino semipresencial	47
3.3 Desenvolvimento pedagógico da Rede de Ensino	50
3.3.1 Orientações para o desenvolvimento das competências socioemocionais	52
3.3.2 Transições e Adaptações	56
4. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS	60
4.1 Projeto Político Pedagógico	60
4.2 Regimento Escolar	63
4.2.1 Horário de adaptação	67
4.2.2 Transporte Escolar	67
4.2.3 Doenças e medicação	68
4.2.4 Acompanhamento da Frequência Escolar	70
4.3 Planejamento anual	72
Em nossa rede de ensino, optamos em fazer a adoção do esquema que segue:	76
4.3.1 Referência de Componentes Curriculares	76
4.4 Organizador Curricular	80
4.5 Plano de Ensino anual	81
4.6 Plano de Aula	83
4.7 Rotina	85
4.8 Replanejamento Escolar	88

4.9 Síntese do Acompanhamento Pedagógico - SINAPE	92
5. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM	98
5.1 Observação, registro e reflexão no cotidiano do professor e do seu fazer pedagógico	99
5.2 Acompanhamento da aprendizagem na Educação Infantil	100
5.3 O Portfólio como um instrumento de avaliação na Rede de Ensino	104
5.3.1 Referência para organização do Portfólio	106
5.3.2 Educação Infantil	107
5.3.3 Ensino Fundamental	113
5.3.4 Orientações para elaboração de relatórios	118
6. APOIOS E SUPORTE PEDAGÓGICOS	123
6.1 Atendimento Educacional Especializa (AEE)	123
6.1.1 Profissionais de apoio	124
6.2 Centro de Orientação Educacional (C.O.E.)	125
6.3 Reunião de Rede	130
6.3.1 Projeto de Enfrentamento da Violência Infantil	131
7. RECURSOS DIDÁTICOS	135
7.1 Mapas de foco	135
7.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs no ensino	138
7.3 Inserção TVS na sala de aula	140
7.4 Inserção dos tablets na sala de aula	143
7.5 O Livro Didático	149
7.5.1 Letramento Literário: Incentivo à leitura e a escrita por meio dos Livros Paradidáticos	150
8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES E PROGRAMAS	154
8.1 Programas	155
8.2 O Plano Municipal da Primeira Infância	155
8.2.1 Programa Primeiríssima Infância	157
8.3 Programa de reforço, recuperação e consolidação da aprendizagem	163
8.4 Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	166
8.4.1 Programa de Leitura e Escrita na Educação infantil	167
8.4.2 Programa alfabetiza juntos	169
8.4.3 Formação alfabetiza juntos	170
8.4.4 Programa Nacional Do Livro Didático - PNLD	171
8.4.5 Currículo em Ação	172
8.4.6 Selo Nacional Criança Alfabetizada	173
8.5 Programa Jogos Escolares	174
8.6 Programa Inovação Educação Conectada (PIEC)	177
8.7 Vivências de Práticas Educativas na APAE	181
9. PROJETOS ESPECIAIS	183
9.1 Projeto Paladarzinho Verde – Ervas e Sabores na Escola	183
9.2 Projetos e Programas organizados pela Unidade Gestora Municipal de Educação e	

em parceria com outros setores	189
9.2.1 Projeto de complemento de carga professores específicos.....	191
10. AÇÕES PERMANENTES.....	194
10.1 Acesso e Permanência.....	194
198	
10.2 Semana Mundial do Brincar (maio / 2024): “VEM PRA RODA – NO RITMO DO BRINCAR”	198
10.3 Programa de Leitura Uni, duni, tê hoje o leitor é você.....	200
10.4 Semana Do Bebê	200
10.5 Ato Cívico – 7 de setembro / Hino Nacional Brasileiro	202
10.6 Programa de prevenção de combate ao bullying.....	203
10.7 Educação Inclusiva	205

APRESENTAÇÃO

Planejamento é importante, mas é o comprometimento dos executores que torna útil a tarefa de planejar. (Angelika Diamonds)

Com o objetivo de fortalecer a organização das Unidades Escolares e assegurar coesão ao trabalho pedagógico e administrativo da Rede Municipal de Ensino, a Unidade Gestora Municipal de Educação apresenta este documento como referência para a organização do trabalho administrativo e pedagógico no ano letivo de 2025.

Mais do que um conjunto de diretrizes, este documento busca inspirar práticas pautadas na pesquisa, no registro e na reflexão. As orientações aqui apresentadas não visam engessar as ações dos Centros Municipais de Educação Básica, mas sim estimular o diálogo, a colaboração e a adequação às realidades educacionais, promovendo uma Rede de Aprendizagem dinâmica e alinhada às necessidades de nossos estudantes.

Os direcionamentos e ações da Unidade Gestora Municipal de Educação reforçam o compromisso com a qualidade social da educação, assegurando que a gestão escolar – tanto pedagógica quanto administrativa – contribua efetivamente para o fortalecimento da comunidade escolar. A escola, enquanto espaço de garantia de direitos e formação cidadã, deve ampliar seu papel na construção de valores e no desenvolvimento integral de seus alunos.

Destacamos ainda que as formas de organização dos Centros Municipais de Educação Básica precisam acompanhar os avanços tecnológicos e científicos, repensando constantemente as possibilidades de atuação da escola. O cenário atual exige inovação, práticas pedagógicas diferenciadas e a valorização das múltiplas linguagens do conhecimento e dos aspectos sócio emocionais.

Ao iniciarmos mais um ano letivo, reafirmamos a importância do acolhimento, do respeito e da solidariedade nas relações dentro do ambiente escolar que exige um olhar atento e comprometido com a construção de uma escola inclusiva, democrática, participativa e dialógica.

Desejamos a todos um excelente retorno e um ano letivo repleto de aprendizado, inovação e conquistas!

Magali Oliveira Augusto de Souza
Gestora Municipal de Educação

1. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A educação é um direito fundamental que deve ser assegurado a todos, independentemente de suas características individuais ou contextos sociais. Nesse sentido, a Rede Municipal de Ensino se compromete a estabelecer diretrizes claras que garantam não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e a qualidade do aprendizado para todos os estudantes. Para alcançar esses objetivos, adotamos princípios que fundamentam tanto a organização pedagógica quanto a administrativa das Unidades Escolares.

Destacamos o princípio de garantia **do acesso e a permanência** na escola, enfatizando a necessidade de uma abordagem inclusiva que valorize a diversidade e promova um ambiente escolar acolhedor e respeitoso. É essencial que as diretrizes da Unidade Gestora Municipal de Educação e os projetos das unidades escolares promovam ações que favoreçam a inclusão, respeitando a identidade e as diferenças. O objetivo é assegurar que o ambiente escolar proteja e efetive o direito de todos ao acesso, à participação e à aprendizagem.

Neste princípio destacamos uma escola na perspectiva inclusiva fundamentada na Política Nacional de Educação Especial que visa o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais. Sendo assim, orienta as práticas educativas para atender às necessidades de todos os alunos, possibilitando que cada um tenha a oportunidade de se desenvolver plenamente em um espaço que respeite suas singularidades. Para definir os objetivos e as ações da Rede de Ensino, é fundamental considerar os princípios que sustentam a organização pedagógica e administrativa:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento Educacional Especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade em diversos aspectos, como urbanística e comunicacional;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A **gestão democrática** e participativa nas escolas é outro princípio fundamental que buscamos por meio do desenvolvimento integrado de todos os envolvidos no processo educacional. Essa abordagem promove um ambiente escolar mais inclusivo, fortalecendo a qualidade do ensino e a formação cidadã dos estudantes. Segundo Libâneo (2002, p. 87), a participação é o principal meio para assegurar uma gestão democrática, significando que todos os envolvidos, alunos, pais, professores e a comunidade, precisam ter voz ativa nas decisões que impactam a vida escolar.

Desse modo, para que essa participação se torne uma prática efetiva e reflita em cada aspecto da gestão escolar, é essencial que haja uma dinâmica clara de participação, que inclua processos coletivos onde todos possam expressar suas opiniões e contribuir com ideias, como reuniões e grupos de trabalho. A transparência nas decisões é fundamental, permitindo que todos compreendam os critérios e razões por trás das escolhas feitas, além de incentivar o diálogo e a negociação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, buscando construir um entendimento comum sobre desafios e soluções.

Um aspecto importante dessa gestão participativa é a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que reflete a identidade e os objetivos da instituição. Sua construção envolve todos os segmentos da Unidade Escolar, incluindo pais, diante de uma perspectiva valiosa sobre as necessidades e expectativas em relação à educação dos filhos/alunos que, como principais beneficiários do processo educativo, tem sua voz considerada; profissionais da educação, que possuem conhecimento abrangente sobre as práticas pedagógicas e as condições da escola; e a comunidade local, cuja interação enriquece o PPP, permitindo que a escola se conecte com realidades externas e se torne um agente de transformação social. Assim, a gestão democrática e participativa fortalece a escola, mas também contribui para a formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade.

Consideramos a **qualidade social da educação** que abrange fatores internos e externos à escola como fundamental para uma educação pública de qualidade. Silva (2009, p. 224) classifica esses fatores em quatro categorias:

1. Fatores socioeconômicos: condições de moradia, situação de trabalho dos responsáveis, renda familiar, entre outros.
2. Fatores socioculturais: escolaridade da família, hábitos de leitura, expectativas em relação aos estudos, etc.
3. Financiamento público adequado: recursos previstos e executados de forma ética e transparente.
4. Compromisso dos gestores: boa formação dos docentes e funcionários, valorização da carreira e condições propícias ao trabalho pedagógico.

Compreender esses fatores é primordial para direcionar as ações tanto em nível de sistema quanto no contexto escolar. A Unidade Gestora Municipal de Educação (UGME) tem organizado seu plano de trabalho com base nesses princípios, ciente dos desafios a serem enfrentados e comprometida com a concretização dos objetivos propostos. Entre as principais atribuições da UGME, destacam-se:

- Atualizar e normatizar diretrizes para a educação;
- Avaliar e definir procedimentos para o trabalho pedagógico;
- Gerenciar ações educacionais na rede municipal;
- Articular o desenvolvimento do Quadro do Magistério e promover a formação continuada;
- Acompanhar, analisar e avaliar os resultados do ensino seja por avaliações externas ou internas;
- Propor as ações necessárias para direcionamento e melhoria das situações apresentadas.

Nossos Objetivos:

- Proporcionar uma educação de qualidade aos alunos de Várzea Paulista, que integre conhecimentos, habilidades e valores;
- Garantir formação aos profissionais de educação, com foco nas necessidades da Rede Municipal;
- Formar uma equipe de Suporte Pedagógico comprometida com os princípios da educação municipal.

Esses objetivos refletem nossa intenção de ampliar, expandir e melhorar a qualidade da educação, considerando a realidade sociocultural dos alunos e as necessidades do contexto escolar. O trabalho pedagógico deve ser qualificado e direcionado ao desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, reconhecendo a interação entre aspectos cognitivos, afetivos e sociais.

A formação continuada dos profissionais é fundamental, abordando lacunas no desenvolvimento das aprendizagens e promovendo uma prática pedagógica que respeite a cultura e o direito ao conhecimento científico. Ademais, a definição clara do papel da equipe gestora e a implementação de uma gestão democrática são essenciais para o sucesso das ações educacionais.



2. APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Magali Oliveira Augusto de Souza

Gestora Municipal de Educação

Eduardo de Oliveira Campos Pereira

Gestor Executivo de Administração Geral

Margarete Regina Leme

Diretora Administrativa

Glauce Rocco Parazzi

Diretora Pedagógica

Coordenadoria Técnica:

Carla Cristina dos Santos Rodrigues

Elen Fernandes de Matos Fonseca

Fabiano Mantovani

Fernanda dos Santos Leme

Filipe Pires Bianchin

Regiane Joventino da Silva

Rute de Paula Ramos

Viviane Rocha Costa Cardim

Diretores de Ensino:

Gislene Cristiliane Santos

Marilene Mendes Porphirio

Tânia Cristina de Godoy Gonçalves

Diretora de Projetos Especiais e EJA:

Vani de Paula Martins

Coordenadora Pedagógica da EJA – Educação de Jovens e Adultos:

Meri Elen Guizé da Silva



2.1 Quadro de Suporte Pedagógicos

C.E.M.E.B.	DIRETOR	VICE-DIRETOR	COORDENADOR
<p>ÁGUIDA AP. SAVIETTO JORGE 4596-4442 Cód. 291.468 cemebaquidasaviettojorge@gmail.com R: São José do Rio Pardo, 1791 – Jd. América III CEP 13.222.184</p>	<p>Simone Alves</p>	<p>*****</p>	<p>*****</p>
<p>ANÍSIO TEIXEIRA 4595-8357 Cód. 428.292 cemeb-anisio.teixeira@varzeapaulista.sp.gov.br emefanisio@gmail.com R: Itapevi, 236 – Jd. América II CEP 13.221.450</p>	<p>Fabiano Marcel Falasco</p>	<p>Damaris Cristina Bertini Rossi</p>	<p>Sueli Aparecida dos Santos Sant'ana</p>
<p>ARMINDO F. DE OLIVEIRA 4595-2000 Cód. 056.030 cemeb-armindo.oliveira@varzeapaulista.sp.gov.br cemebarmindo2020@gmail.com Av: Pacaembu, 971 – Jd. Paulista CEP 13.222.000</p>	<p>Malquias Marchesim Dos Santos</p>	<p>*****</p>	<p>Fernanda Ferreira Mendes de Lima</p>
<p>BEATRIZ DE OL. CAMPOS, PROF^a. 4595-3666 Cód. 212.830 cemeb-beatriz.campos@gmail.sp.gov.br emeipbeatrizocampos@gmail.com</p>	<p>Ana Paula Costa de Morais</p>	<p>*****</p>	<p>*****</p>



R: São Paulo, 279 – Vila Santa Terezinha CEP 13.220.160			
CARLOS DE ALMEIDA, PROF. 4595-1257 Cód. 277.162 cemeb-carlos.almeida@varzeapaulista.sp.gov.br R: João Francisco Leal, 142 – Promeca CEP 13.223.091	Paulo Sérgio Nunes da Silva	Kátia Lourenzetto	Luzia Costa Souza
CECÍLIA B. DE C. MEIRELES 4595-7121 Cód. 455.970 cemebcecilia@gmail.com cemebceciliameireles@hotmail.com R: Iguatemi, 5434 – Jd. América III CEP 13.222.261	Aline Camargo Rove	*****	Eliamara de Fátima Caetano Nagy
DELMINDA L. DE M. E SILVA VITAL 4596-6643 Cód. 243.486 cemeb-delminda.vital@varzeapaulista.sp.gov.br R: Meritori Marteletti, 250 – Jd. Maria de Fátima CEP 13.220.490	Taís Nacarato Cain	*****	Janaina de Cassia Ruella
DIRCE PEDROSO DE SOUZA 4595-2788 Cód. 270.854 cemeb-dirce.souza@varzeapaulista.sp.gov.br cemebdircepedroso@gmail.com	Eliane Noveli Felix dos Santos	*****	Marina Francisca Melo Barban

<p>R: Victório Spinucci, 127 – Jd. Promeca CEP 13.223.200</p>			
<p>EDITE SCHNEIDER, PROF.^a 4606-2935 Cód. 274.773 escolaedite@yahoo.com.br R: Embu, 355 – Jd. Mirante CEP 13.224.610</p>	<p>Sergio Ricardo dê Almeida</p>	<p>Antônia Regina da Silva</p>	<p>Flávia Renata Gomes Portera</p>
<p>ERICH BECKER 4595-1878 Cód. 243.462 cemeb-erich.becker@varzeapaulista.sp.gov.br gestao.erich.becker@gmail.com R: dos Canários, 160 – Cidade Nova II CEP 13.221.573</p>	<p>Éveli Morelli Faustino</p>	<p>Eduardo Teixeira da Silva</p>	<p>Joseline Aparecida Câmara do Nascimento</p>
<p>FLORESTAN FERNANDES 4595-4110 Cód. 133.656 emeiflorestanfernandes@gmail.com R: Deolinda Carezatto Sutti, 210 – Cidade Nova II CEP 13.221.572</p> <p>ANEXO FLORESTAN R: Curió, 458 – Jd. América I Fone: 4596-3203 CEP 13.221.581</p>	<p>Sílvia Regina Dezidério Silva</p>	<p>*****</p>	<p>Priscila Maira de Campos Coimbra</p>



<p>GABRIEL SANTOS INOCENTI 4596-6584 / whats 91647-4825 Cód. 10973 escoladofuturo.gabriel@gmail.com R: São José do Rio Pardo, 1561, Jd. Paulista CEP 13720-000</p>	<p>Magda Navarrete Zinguer de Souza</p>	<p>Flávia Rezende de Oliveira Meireles</p>	<p>*****</p>
<p>JOÃO APRILLANTI, PREF. 4606-1525 Cód. 299.170 emefaprillanti@yahoo.com.br R: Valentina de Castro, 397 – Vila Santa Terezinha CEP 13.220.055</p>	<p>Patricie Veraldi</p>	<p>Nilza Pereira de Lima Galli</p>	<p>Karina de Fátima Pacheco da Silva</p>
<p>JOÃO BAPTISTA NALINI 4596-6000 Cód. 277.174 emefjbnalini@yahoo.com.br R: XV de Novembro, s/n – Jd. Buriti CEP 13.225.800</p>	<p>Vivian Roveri Capovila</p>	<p>Katiane Barros Oliveira</p>	<p>*****</p>
<p>JOSÉ PEDRO MUSSELI 4595-6006 Cód. 271.652 creche.josemusseli@hotmail.com R: Alberto De Oliveira, 20 – Jd. Cruz Alta CEP 13.224.420</p>	<p>Karlla Cibele De Oliveira</p>	<p>*****</p>	<p>*****</p>
<p>JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA 4596- 0151</p>			



<p>R. Faisão, 100 - Cidade Nova II, CEP 13221-583 cemebjoseraiumndo@gmail.com</p>	<p>Emilene Ribeiro Pessoto</p>	<p>*****</p>	<p>*****</p>
<p>JOVINO COSME UBALDO 4596-6626 Cód. 096.325 cemeb-jovino.ubaldo@varzeapaulista.sp.gov.br R: Manoel Cardoso Grillo, s/n – Jd. Diana CEP 13.224.160</p>	<p>Daniele Cristina Balan Donnamaria</p>	<p>*****</p>	<p>*****</p>
<p>JUVELITA P. DA SILVA, PROF.^a 4596-1801 Cód. 299.406 cemeb-juvelita.silva@varzeapaulista.sp.gov.br R: Montes Claros, 50 – Vila Real CEP 13.222.169</p>	<p>Ana Claudia dos Santos Dias Torres</p>	<p>Carlos Alexandre Dionísio</p>	<p>Graziela Cristina Somini Pupo</p>
<p>JUVENAL CANDIDO DA SILVA 4595-1222 Cód. 279.833 cemebjuvenal@gmail.com R: 21 de Abril, 145 – Jd. Buriti CEP 13.225.761</p>	<p>Silvia Helena Nogueira</p>	<p>*****</p>	<p>Cristine de Cássia Fernandes Faria Raveli</p>
<p>LUIZ FIORESI 4596-6672 Cód. 092.381 emeiluzfioresi@bol.com.br R: Rio de Janeiro, 221 – Vila Popular CEP 13.225.124</p>	<p>Janaina Alves Antônio</p>	<p>*****</p>	<p>*****</p>



<p>MANOEL CAETANO DE ALMEIDA 4606-4798 Cód. 243.474 cemeb.manoelcaetano@gmail.com R: Vitória Régia, 121 – Residencial Alexandria CEP 13.223.470</p>	<p>Renata Cristina de Campos Tobias</p>	<p>Geraldo Aparecido Spolli</p>	<p>*****</p>
<p>MARIA AP. APRILLANTI, Prof.^a 4596-6677 Cód. 056.029 cemebmariaaparecidaaprillanti@gmail.com R: Itororó, 221 – Vila Iguazu CEP 13.225.610</p>	<p>Renata Ferreira da Silva Cunha</p>	<p>*****</p>	<p>*****</p>
<p>OSWALDO C. PIRES, PROF. 4596-4441 Cód. 277.186 cemeboswaldocp@gmail.com R: Turiassú, 09 – Vila Tupi CEP 13.225.070</p>	<p>Maria Leonardo Pereira da Silva Godoy</p>	<p>Carlos Alberto de Mello Oliveira</p>	<p>*****</p>
<p>PALMYRA A. D'ALMEIDA RINALDI 4606-5280 Cód. 274.781 palmyra.rinaldi@gmail.com R: Itaipú, 150 – Parque Guarani CEP 13.225.500</p>	<p>Pedro Paulo Póvoa Pastri</p>	<p>Priscila Emanuela Oliveira Di Benedetti</p>	<p>Lenice Nunes Fantini</p>
<p>PAULO FREIRE 4595-3338 Cód. 440.176 cemeb-paulo.freire@varzeapaulista.sp.gov.br R: Dinamarca, 13 – Jd. Santa Lúcia</p>	<p>Adriana Aparecida Ferro</p>	<p>*****</p>	<p>Marina Francisca Melo Barban</p>



CEP 13.223.290			
ANTONIO BUENO, PROINF. 4595-4338 Cód. 479.421 cemeb-antonio.bueno@varzeapaulista.sp.gov.br cemebproinfanciaab@gmail.com Av. Pacaembu, 570 – Jd. Paulista CEP 13.222.000	Valéria Eliza de Almeida Esposito Lourenço	*****	Ana Claudia Barbosa Nunes Mineiro
ARNALDO NETTO, PROINF. 4595-8408 Cód. 5.192 cemeb-arnaldo.netto@varzeapaulista.sp.gov.br cemebarnaldonetto@gmail.com Rua Gianfrancesco Guarneri, 936 Jd. das Palmeiras CEP 13.224.700	Aleksandra Kulynycz Sudano	*****	Maria Lucia Galiano Nogueira
ROSA NANNI FIORESI 4596-6615 Cód. 271.640 crechegarani@yahoo.com.br R: Itaoca, 40 – Parque Guarani CEP 13.225.501	Aline Grasielle Oliveira de Souza	*****	*****
SÃO MIGUEL ARCANJO 4606-4810 Cód. 200.682 escolasma@bol.com.br R: Birigui, 325 – Jd. América IV CEP 13.222.341	Denise Aparecida Souza	José Antônio da Silva Moraes	Simone Aparecida da Silva



<p>VINÍCIUS DE MORAES 4595-3000 Cód. 81.899 viniciusdemoraescemeb@gmail.com R: Carioba, 277 – Jd. Alessandra CEP 13.224.520</p>	<p>Flávia Roberta Corrêa de Carvalho</p>	<p>*****</p>	<p>Ana Claudia Rodrigues Nogueira Lopes</p>
<p>WILFRIDO WIENEKE, PADRE 4595-1444 Cód. 395.959 cemebpadrewilfridowieneke@hotmail.com Av. Arujá, 66 – Residencial Aymoré CEP 13.225.363</p>	<p>Elaine Rueda Gonzaga Lopes</p>	<p>Débora Brun Martinelli</p>	<p>Fábio Nogueira da Cunha</p>
<p>ZILDA ARNS, Dr.ª 4596-6634 Cód. 234.229 cemeb-zilda.arns@varzeapaulista.sp.gov.br R: Itapeva, 220 – Jd. América IV CEP 13.222.380</p>	<p>Marisilda Pinheiro Andrello</p>	<p>*****</p>	<p>Gabriela Carola</p>



2.2 Diretores de Ensino

SETOR	CEMEB
<p>SETOR1</p> <p>Diretora de Ensino: Gislene Cristiliane Santos</p>	<p>CEMEB's:</p> <p>Águida Aparecida Saviotto Jorge Anísio Teixeira Antonio Bueno Armindo Francisco de Oliveira Cecília Benevides de Carvalho Meireles Erich Becker Florestan Fernandes Juvelita Pereira da Silva, Professora São Miguel Arcanjo Zilda Arns, Dr^a José Raimundo da Silva, Professor</p>
<p>SETOR 2</p> <p>Diretora de Ensino: Tânia Cristina de Godoy Gonçalves</p>	<p>CEMEB's:</p> <p>Beatriz de Oliveira Campos Carlos de Almeida, Professor Delminda Leda de Medeiros e Silva Vital, Professora Dirce Pedroso de Souza Edite Schneider, Professora Jovino Cosme Ubaldo Prefeito João Aprillanti Manoel Caetano de Almeida Paulo Freire Vinícius de Moraes</p>
<p>SETOR 3</p> <p>Diretora de Ensino: Marilene Mendes Porphirio</p>	<p>CEMEB's:</p> <p>Pro Infância Arnaldo Neto Professor João Baptista Nalini Juvenal Cândido da Silva Luiz Fioresi Maria Aparecida Aprillanti Professor Oswaldo Camargo Pires, Professora Palmyra Aurora D'Almeida Rinaldi Rosa Nanni Fioresi Wilfrido Wieneke, Padre Vereador José Pedro Musseli</p>

2.3 Horários de Funcionamento das Unidades Escolares

Creches:

Período da Manhã: das 7h às 12h

Período da Tarde: das 12h30 às 17h30

Integral: das 7h às 17h ou 7h30 às 17h30

Pré – Escola e Ensino Fundamental:

Período da Manhã: das 7h às 12h

Período da Tarde: das 12h30 às 17h30

EJA I 2025 – CEMEB Prefeito João Aprillanti

Período da noite: das 18h30 às 21h30

EJA II 2025 – CEMEB Prefeito João Aprillanti

Período da noite: das 18h30 às 22h30

EJA I 2025 – CEMEB Prof.^a Juvelita Pereira da Silva

Período da noite: das 19h00 às 22h00

EJA II 2025 – CEMEB Prof.^a Juvelita Pereira da Silva

Período da noite: das 18h30 às 22h05

2.4 Polos de Atendimento Educacional Especializado

UNIDADES ESCOLARES DE REFERÊNCIAS (POLOS)	UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS
CEMEB São Miguel Arcanjo	CEMEB Doutora Zilda Arns CEMEB Prof. ^a Juvelita Pereira da Silva
CEMEB Vinícius de Moraes	CEMEB Prof. ^a Edite Schneider CEMEB Vereador José Pedro Musselli CEMEB Jovino Cosme Ubaldo CEMEB Proinfância Arnaldo Netto
CEMEB Armindo Francisco de Oliveira	CEMEB Proinfância Antonio Bueno CEMEB Prof. ^o Juvelita Pereira da Silva CEMEB Cecília Benevides de Carvalho Meireles CEMEB Águida Aparecida Savietto Jorge
CEMEB Erich Becker	CEMEB Florestan Fernandes CEMEB Anísio Teixeira CEMEB José Raimundo da Silva
CEMEB Prof. ^a Palmyra Aurora	CEMEB Prof. ^o Oswaldo Camargo Pires



D'Almeida Rinaldi	CEMEB Prof ^a Maria Aparecida Aprillanti CEMEB Rosa Nanni Fioresi CEMEB Luiz Fioresi CEMEB Padre Wilfrido Wieneke
CEMEB Prefeito João Aprillanti	CEMEB Prof ^a Beatriz de Oliveira Campos CEMEB Prof ^o João Batista Nalini CEMEB Juvenal Cândido da Silva CEMEB Delminda Leda de Medeiros Silva Vital
CEMEB Prof ^o Carlos de Almeida	CEMEB Dirce Pedroso de Souza CEMEB Paulo Freire CEMEB Manoel Caetano de Almeida

2.5 Orientações para atribuição de aulas na Rede Municipal de Educação: adequação ao perfil profissional do docente

A Unidade Gestora Municipal de Educação (UGME) encaminha orientações detalhadas aos gestores escolares sobre as diretrizes para a atribuição de classes e aulas aos docentes, conforme a Portaria vigente. Tais orientações estão fundamentadas no Estatuto do Servidor Público de Várzea Paulista, especialmente no que se refere ao artigo 301, § 2º, que estabelece as condições para a atribuição de aulas, considerando a avaliação da direção da unidade educacional e da unidade competente da secretaria.

O referido artigo esclarece que a atribuição de classes ou aulas deve observar a adequação do perfil profissional do docente ao conteúdo e à função específica da vaga, bem como a avaliação do desempenho e da qualificação profissional. Assim, fica claro que a continuidade do processo de ensino-aprendizagem dos alunos é prioridade, sendo a atribuição de cargos docentes condicionada à análise cuidadosa da experiência e competência do professor, especialmente quando ele estiver exercendo suas funções em uma unidade educacional diferente da sua habitual.

Essas orientações visam garantir que a rede municipal de educação ofereça aos alunos um ensino de qualidade, com professores qualificados que atendam as necessidades pedagógicas da escola. A transparência e o acompanhamento da direção da unidade escolar, em conjunto com a Unidade Gestora Municipal de Educação, são essenciais para assegurar que as atribuições sejam feitas de maneira justa e eficiente, garantindo que as metas educacionais sejam alcançadas e o processo de ensino-aprendizagem se mantenha contínuo e eficaz.

Portanto, a atribuição de aulas respeitará as orientações descritas, levando em

consideração a avaliação de cada docente e seu perfil profissional, com a finalidade de proporcionar uma educação de qualidade para os alunos da rede municipal de ensino.

Atribuição de Aulas na EJA acontecerá de acordo com o Artigo 26: Atribuição de Aulas dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) I e II:

- I. EJA I – Far-se-á a cada semestre, de acordo com o calendário escolar, observado o cronograma de matrículas da rede municipal e os mesmos critérios de habilitação e qualificação docentes;
- II. EJA II – Deverá, em razão da semestralidade desta modalidade de ensino, realizar-se em dois momentos distintos: um precedente ao primeiro termo, no processo inicial, e outro ao início do segundo termo, caracterizada como atribuição durante o ano. Parágrafo único: Considera-se como término do primeiro termo do curso o dia letivo que antecede o primeiro dia letivo do segundo termo.

2.5.1 Atuação do Professor da Educação Infantil

Ao ser designado para a atuação docente na Educação Infantil, o professor possibilitará os Direitos de Aprendizagem, organizando seu planejamento de acordo com as diretrizes estabelecidas neste Referencial e no *Organizador Curricular para a Educação Infantil (Vol. 2)* de Várzea Paulista:

- Garantir situações de brincadeiras significativas aos alunos considerando às necessidades apropriadas às diferentes faixas etárias;
- Propor atividades que permitam que a criança amplie seus conhecimentos a respeito do mundo, da natureza e da cultura;
- Organizar situações diversificadas, possibilitando que as crianças façam suas escolhas diante dos grupos para sua interação;
- Criar condições favoráveis à construção do autoconceito e da identidade pela criança em um ambiente que expresse e valorize a diversidade estética e cultural brasileira;
- Intervir e assegurar espaços amplos diariamente para que possam se movimentar;
- Preparar o ambiente/espço para leitura e/ou contação de história, sendo este um momento mágico para a criança, que propicia a ampliação do vocabulário e o letramento;
- Comparecer/participar das reuniões pedagógicas, formações e encontros pedagógicos sendo estes contemplados ou não no âmbito escolar, sendo direcionados pela UGME;
- Observar o aluno no brincar, na interação com o outro, em seu comportamento, entre outros aspectos;
- Registrar as ações propostas e o desenvolvimento dos alunos;
- Planejar e elaborar a rotina considerando os recursos didáticos/metodológicos que

serão desenvolvidos em prol a aprendizagem dos alunos, sendo está uma prática diária;

- Integrar os campos de experiências/componentes curriculares considerando um desenvolvimento pleno e integral dos alunos, apresentando uma concepção de Educação não fragmentada;
- Interagir com as crianças e possibilitar a participação, a expressão e o conhecimento de si mesmos;
- Formar vínculo com as crianças;
- Participar de Programas, Projetos desenvolvidos pela UGME e Unidade Escolar desenvolvendo as práticas solicitadas na aplicação em sala de aula com alunos e na entrega de documentos quando solicitado;
- Apresentar, ofertar e desenvolver, junto aos alunos, os diferentes recursos didáticos (livros: paradidáticos, material didático, entre outros) encaminhados pela UGME ou em parceria com outros entes federados;
- Organizar proposta de trabalho que contemple grandes e pequenos grupos de alunos;
- Cuidar e manter a sala de aula organizada, promovendo um ambiente adequado para a faixa etária;
- Realizar e manter atualizado o portfólio, os registros e o acompanhamento de avaliações de cada aluno;
- Emitir relatório sobre o desenvolvimento escolar do aluno;
- Participar das Formações, Palestras e Reuniões aderidas/conveniadas entre a UGME, Governo Federal e Estadual e demais parcerias que se fizerem presentes no decorrer do ano letivo;
- Desenvolver as ações norteadoras apresentadas no Programa de Leitura visando os conceitos, perspectivas práticas e recursos através de atividades educativas dos projetos da Unidade Escolar, alinhados as orientações do Programa;
- Estimular a leitura individual, compartilhada e realizada pelo professor, apresentando diferentes gêneros e portadores, otimizando um espaço leitor em sala de aula, ampliando para demais recursos como audiovisuais, literários, tecnológicos, entre outros.
- Fazer uso dos recursos tecnológicos ofertados às Unidades Escolares como TV Smart, Tablets, lousa digital entre outros de maneira a contemplar aulas diferenciadas que atendam a todos, em prol a uma aprendizagem significativa, não sendo facultativo o uso destes recursos.

- Acessar e manter atualizado o sistema GRP.

2.5.2 Atuação do Professor de Ensino Fundamental

Professor Alfabetizador – CICLO 1

Ao ser designado para ação docente no Ensino Fundamental, o professor deverá garantir os Direitos de Aprendizagem e organizar seu planejamento a partir do disposto neste Referencial e no Organizador Curricular de Várzea Paulista para a Ensino Fundamental (Vol.3 – do Ano 1 ao 5) e Vol. 4 das Áreas Específicas:

- Cumprir as conformidades apresentadas pelo Plano Municipal de Educação - Lei nº 2.225, de 13 de outubro de 2.014, do Art. 3º Alfabetizar até os 08 anos de idade todos os educandos matriculados nos Anos iniciais, conforme segue:

Meta 2

- a) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, do estudante que não se apropriou dos conhecimentos, por meio do acompanhamento individualizado, adotando práticas como aulas de apoio no turno complementar e estudos de recuperação.

Meta 5

- a) Garantir o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
 - b) Instituir instrumentos de avaliação, periódicos e específicos, de modo a aferir a alfabetização ao final do terceiro ano do Ensino Fundamental, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a implementar medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes de forma a garantir a continuidade do processo de aprendizagem entre os ciclos;
 - c) Ampliar progressivamente os níveis de aprendizagem em leitura, escrita e matemática de todos os estudantes, até o 3º ano do Ensino Fundamental das escolas do município, através da organização de um ambiente educacional favorável com espaços educativos e currículo que contemplem as singularidades do processo de alfabetização apropriadas a cada faixa etária.
- Atuar diante da RESOLUÇÃO UGME Nº 02 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021, conforme segue:

Art. 1º- instituir o Programa de reforço, recuperação e consolidação da aprendizagem que consiste na oferta de atividades e ações complementares

ao trabalho desenvolvido pelo professor nas situações de aprendizagem ocorridas de forma presencial e não presencial aos estudantes da rede pública municipal, para que tenham oportunidades de retomar seu engajamento com os estudos, reforçar e recuperar aprendizagens essenciais.

§ 1º: o público alvo dessa ação serão os alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental;

§ 2º: os alunos que integrarão a ação serão definidos pelo grupo gestor da unidade escolar em conjunto com os professores considerando as dificuldades de aprendizagem;

§ 3º: O período de participação dessa ação será definido em conjunto com as unidades escolares de forma a atender e contemplar todos os discentes público alvo da ação;

Art.2. § 1º Os professores deverão realizar planejamento para o desenvolvimento dos momentos de Recuperação, Reforço e Consolidação da Aprendizagem prevendo a utilização de jogos diversos como recurso didático para o desenvolvimento de atividades que envolvam leitura, escrita e raciocínio lógico;

§ 2º As atividades devem ser elaboradas buscando favorecer situações de aprendizagem que visem sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos e atribua significados para o seu entendimento e compreensão; e

§ 3º A Unidade Escolar deverá utilizar o resultado das avaliações organizadas pela UGME e pela própria escola aplicadas com os alunos como norteador para as ações propostas no Programa;

- Utilizar os recursos tecnológicos das Unidades Escolares como TV Smart, Tablets, lousa digital, entre outros de maneira a contemplar aulas diferenciadas que atendam a todos, em prol a uma aprendizagem significativa, não sendo facultativo o uso destes recursos;
- As aprendizagens dos estudantes devem ser significativas, de maneira que possam se desenvolver pessoalmente e ter uma imagem positiva de si mesmos, alcançando avanços e sucessos;
- Compreender que todos são capazes de aprender e que todos tem uma história, uma experiência e um conhecimento. Desenvolvendo, assim, um trabalho de alfabetização adequado às necessidades de aprendizagem dos alunos;
- Ser uma referência para os alunos: como leitor, como usuário da escrita e como parceiro durante as atividades;
- Utilizar recursos, estratégias e conhecimentos sobre os processos de aprendizagem dos quais depende a alfabetização, para elaborar/planejar situações que envolvam a leitura e escrita;
- Acompanhar/observar o processo de realização das atividades dos alunos, propondo os agrupamentos e interações nas situações de parceria, através de intervenções pedagógicas adequadas;



- Planejar/elaborar situações de alfabetização desafiadoras, considerando o nível de conhecimento dos alunos;
- Desenvolver ações pedagógicas que envolvam agrupamentos, considerando seus conhecimentos;
- Realizar registros de observações/intervenções sobre o desempenho dos alunos, demonstrando os avanços a serem considerados como direcionamentos para a elaboração de situações de aprendizagem que poderão contribuir para a progressão do estudante;
- Responsabilizar-se pelos resultados obtidos em relação às aprendizagens dos alunos;
- Comparecer/participar das reuniões pedagógicas, formações, encontros pedagógicos sendo estes contemplados no âmbito escolar e/ou fora sendo direcionados pela UGME;
- Participar de Programas, Projetos desenvolvidos pela UGME e Unidade Escolar, desenvolvendo as práticas solicitadas na aplicação em sala de aula com alunos e na entrega de documentos, quando solicitado;
- Participar das Formações, Palestras e reuniões aderidas/conveniadas entre a UGME, Governo Federal e Estadual e demais parcerias que se fizerem presentes no decorrer do ano letivo;
- Cuidar e manter a sala de aula organizada, promovendo um ambiente alfabetizador e adequado para a faixa etária;
- Apresentar, ofertar e desenvolver junto aos alunos os diferentes recursos didáticos (livros: paradidáticos e didáticos, material didático, entre outros) encaminhados pela UGME ou em parceria com outros entes federados;
- Desenvolver as ações norteadoras apresentadas no Programa de Leitura visando os conceitos, perspectivas práticas e recursos através de atividades educativas dos projetos da Unidade Escolar, alinhados as orientações do Programa;
- Estimular a leitura individual, compartilhada e realizada pelo professor, apresentando diferentes gêneros e portadores, otimizando um espaço leitor em sala de aula, ampliando para demais recursos como audiovisuais, literários, tecnológicos, entre outros;
- Selecionar diferentes gêneros textuais, sendo estes apropriados para o desenvolvimento e avanço da turma;

- Desenvolver práticas de alfabetização contextualizadas, através do fazer lúdico, que possibilitem construções mentais e culturais das crianças diante dos múltiplos aspectos de sua realidade – inclusive da língua escrita como objeto cultural e social;
- Elaboração e análise de situações didáticas de alfabetização, a partir do conhecimento sobre os processos de aprendizagem;
- Análise da produção de escrita dos alunos, identificando o que ela revela sobre o seu conhecimento linguístico sobre a escrita;
- Produção/uso de instrumentos de avaliação da aprendizagem do aluno no que se refere à alfabetização;
- Desenvolver um trabalho interdisciplinar e/ou multidisciplinar diante das situações vivenciadas e experienciadas pelos alunos;
- Desenvolver, em parceria com os professores das demais Áreas de Conhecimento, um trabalho interdisciplinar, que contemplem as diferentes linguagens;
- Identificar as habilidades que o aluno precisará desenvolver de forma a alcançar a(s) Competência(s) propostas;
- Realizar o acompanhamento da progressão das habilidades de forma a alinhar as ações pedagógicas no sentido de colaborar com a aprendizagem dos alunos;
- Fazer uso de recursos como materiais concretos que permitam a compreensão e o entendimento dos alunos diante das situações e processos apresentados;
- Propor a experimentação/exploração nas diferentes Áreas de Conhecimento, permitindo a pesquisa, a percepção e a reflexão diante dos processos (Ex. Ciências da Natureza – Orientações complementares);
- Propor construção e elaboração de jogos junto aos alunos, que permitam a exploração dos materiais como um recurso de aprendizagem, através da interdisciplinaridade entre as demais Áreas de conhecimento, envolvendo também as Áreas Específicas;
- Propor atividades além do âmbito da sala de aula que possibilite a ampliação de recursos, aprendizagem e vivências através de um ambiente enriquecedor de aprendizagem;
- Identificação dos avanços e possíveis variáveis que possam interferir na aprendizagem;
- Planejamento de situações didáticas de alfabetização considerando o que se sabe sobre os processos de aprendizagem e sobre o conhecimento dos alunos;

- Formação de agrupamentos produtivos para a aprendizagem de todos os alunos, gerindo de maneira adequada através dos níveis de conhecimento em relação ao sistema de escrita, proporcionando a interação e a troca entre os estudantes.
- Seleção/uso de diferentes recursos/materiais apropriados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico;
- Realizar registros de observações e intervenções sobre o desempenho dos alunos demonstrando os avanços a serem considerados como direcionamentos para a elaboração de situações de aprendizagem que poderão contribuir para a progressão do estudante;
- Aplicar, acompanhar, direcionar e organizar Plano de Ação considerando os resultados das avaliações internas (UGME) e externas (Governo Federal e Estadual), visando sanar as possíveis dificuldades apresentadas pelos alunos;
- Desenvolver o Plano de Ação supracitado conforme solicitação/orientação da Equipe Gestora da UGME e Unidade Escolar;
- Considerar o uso de instrumentos (avaliação interna e externa) e formas de registros como crítico reflexivo da prática docente, possibilitando coerência para as aprendizagens, aliando-as aos princípios educacionais de desenvolvimento pleno, a partir do percurso realizado (a) pelo estudante entre o que se almeja e o que se concretiza, conforme apresentado pelo PIAP - Plano de Intervenção e Ação Pedagógica;
- Cuidar e manter a sala de aula organizada, promovendo um ambiente alfabetizador e adequado para a faixa etária;
- Apresentar, ofertar e desenvolver junto aos alunos os diferentes recursos didáticos (livros: paradidáticos e didáticos, material didático, entre outros) encaminhados pela UGME ou em parceria com outros entes federados;
- Realizar e manter atualizado o portfólio, os registros e o acompanhamento de avaliações de cada aluno;
- Emitir relatório sobre o desenvolvimento escolar do aluno;
- Acessar e manter atualizado o sistema GRP.

Vale ressaltar que o Processo de Alfabetização (...) não se cumpre na esfera exclusiva da linguagem escrita, mas sim de forma contextualizada, ampla e plural, envolvendo todo o mundo físico e biopsicossocial das crianças.



INTRODUZIR uma nova capacidade/habilidade, levando os alunos a se familiarizarem com conteúdo e conhecimentos. Esta introdução não significa somente um primeiro contato com o conceito apresentado, mas também a primeira experiência escolar planejada por ele, para sua turma poder trabalhar sistematicamente com tal capacidade.

APROFUNDAR na aplicação de um conhecimento que já foi ensinado. SIGNIFICA ORGANIZAR E PLANEJAR DIVERSAS ATIVIDADES QUE ENFOQUEM O CONTEÚDO TRABALHADO E JÁ GARANTIDO NA SALA DE AULA. Este aprofundamento deve ser utilizado como recurso desistematização do trabalho desenvolvido na rotina escolar e favorecer a aprendizagem dos alunos.

CONSOLIDAR, significa sedimentar, tornar claro e evidente os avanços que ocorreram na progressão da aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Estes conhecimentos devem ser os principais objetos de reflexão.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Professor - CICLO 2

Ao ser designado para ação docente no Ensino Fundamental, o professor deverá garantir os Direitos de Aprendizagem e organizar seu planejamento a partir do disposto neste documento e no Organizador Curricular de Várzea Paulista para a Ensino Fundamental (Vol.3 – do Ano 1 ao 5) e Vol.4 das Áreas Específicas:

- Cumprir as conformidades apresentadas pelo Plano Municipal de Educação - Lei nº 2.225, de 13 de outubro de 2.014, do Art. 3º, conforme segue:

Meta 2

- Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, do estudante que não se apropriou dos conhecimentos, por meio do acompanhamento individualizado, adotando práticas como aulas de apoio no turno complementar, estudos de recuperação.

Meta 5

- Garantir o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- Atuar diante da RESOLUÇÃO UGME Nº 02 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021, conforme segue:
 - Art. 1º- instituir o Programa de reforço, recuperação e consolidação da aprendizagem que consiste na oferta de atividades e ações complementares ao trabalho desenvolvido pelo professor nas situações de aprendizagem ocorridas de forma presencial e não presencial aos estudantes da rede pública municipal, para que tenham oportunidades de retomar seu engajamento com os estudos, reforçar e recuperar aprendizagens essenciais.
 - § 1º: o público alvo dessa ação serão os alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental;
 - § 2º: os alunos que integrarão a ação serão definidos pelo grupo gestor da unidade



escolar em conjunto com os professores considerando as dificuldades de aprendizagem;

- § 3º: O período de participação dessa ação será definido em conjunto com as unidades escolares de forma a atender e contemplar todos os discentes público alvo da ação;
- Art. 2.º § 1º Os professores deverão realizar planejamento para o desenvolvimento dos momentos de Recuperação, Reforço e Consolidação da Aprendizagem prevendo a utilização de jogos
- diversos como recurso didático para o desenvolvimento de atividades que envolvam leitura, escrita e raciocínio lógico;
- § 2º As atividades devem ser elaboradas buscando favorecer situações de aprendizagem que visem sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos e atribua significados para o seu entendimento e compreensão; e
- § 3º A Unidade Escolar deverá utilizar o resultado das avaliações organizadas pela UGME e pela própria escola aplicadas com os alunos como norteador para as ações propostas no Programa.

- As aprendizagens dos estudantes devem ser significativas de maneira que possam se desenvolver pessoalmente e ter uma imagem positiva de si mesmos, alcançando avanços sucessos;
- Planejar/elaborar situações de alfabetização desafiadoras, considerando o nível de conhecimento dos alunos;
- Ser uma referência para os alunos: como leitor, como usuário da escrita e como parceiro durante as atividades;
- Utilizar recursos/estratégias e conhecimento disponível sobre os processos de aprendizagem para a sistematização/avanço dos conhecimentos adquiridos no processo de aprendizagem dos Anos anteriores e o qual está atuando;
- Acompanhar/observar o processo de realização das atividades dos alunos, propondo os agrupamentos e interações nas situações de parceria, através de intervenções pedagógicas adequadas;
- Formar agrupamentos produtivos de alunos, considerando seus conhecimentos;
- Selecionar diferentes gêneros textuais, sendo estes estudados/analísados e apropriados para o desenvolvimento e avanço da turma;
- Desenvolver atividades que permitam o uso de materiais ao aluno dando base para seu entendimento e compreensão no seu processo de aprendizagem (concreto para abstrato);
- Realizar registros de observações/intervenções sobre o desempenho dos alunos demonstrando os avanços a serem considerados como direcionamentos para a elaboração de situações de aprendizagem que poderão contribuir para a progressão do estudante;
- Responsabilizar-se pelos resultados obtidos em relação às aprendizagens dos

alunos.

- Participar de Programas, Projetos desenvolvidos pela UGME e Unidade Escolar desenvolvendo as práticas solicitadas na aplicação em sala de aula com alunos e entrega de documentos quando solicitado.
- Cuidar e manter a sala de aula organizada, promovendo um ambiente alfabetizador e adequado para a faixa etária;
- Apresentar/ofertar e desenvolver junto aos alunos os diferentes recursos didáticos (livros: paradidáticos e didáticos, material didático, entre outros) encaminhados pela UGME ou em parceria com outros entes federados;
- Desenvolver um trabalho interdisciplinar e/ou multidisciplinar (conforme orientado neste Referencial, diante das situações vivenciadas e experienciadas pelos alunos);
- Desenvolver em parceria com os professores das demais Áreas de Conhecimento um trabalho interdisciplinar, que contemplem as diferentes linguagens;
- Identificar as habilidades que o aluno precisará desenvolver de forma a alcançar(a) Competência(s) propostas;
- Realizar o acompanhamento da progressão das habilidades de forma a alinhar as ações pedagógicas no sentido de colaborar com a aprendizagem dos alunos;
- Fazer uso de recursos como materiais concretos que permitam a compreensão e o entendimento dos alunos diante das situações e processos apresentados;
- Propor a experiência/exploração nas diferentes Áreas de Conhecimento, permitindo a pesquisa, a percepção e a reflexão diante dos processos (Ex. Ciências da Natureza – Orientações complementares);
- Participar das Formações, Palestras e reuniões aderidas/conveniadas entre a UGME, Governo Federal e Estadual e demais parcerias que se fizerem presentes no decorrer do ano letivo;
- Desenvolver as ações norteadoras apresentadas no Programa de Leitura visando os conceitos, perspectivas práticas e recursos através de atividades educativas dos projetos da Unidade Escolar, alinhados as orientações do Programa;
- Apresentar diferentes gêneros e portadores, otimizando um espaço leitor em sala de aula, ampliando para demais recursos como audiovisuais, literários, tecnológicos, entre outros;
- Utilizar os recursos tecnológicos das Unidades Escolares como TV Smart, Tablets, lousa digital, entre outros de maneira a contemplar aulas diferenciadas que atendam a todos, em prol a uma aprendizagem significativa (conforme este Referencial). Não sendo facultativo o uso destes recursos.

- Propor construção e elaboração de jogos junto aos alunos, que permitam a exploração dos materiais como um recurso de aprendizagem, através da interdisciplinaridade entre as demais Áreas de conhecimento, envolvendo também as Áreas Específicas;
- Aplicar, acompanhar, direcionar Plano de Ação considerando os resultados das avaliações internas (UGME) e externas (Governo Federal e Estadual), visando sanar as possíveis dificuldades apresentadas pelos alunos;
- Desenvolver Plano de Ação supracitado conforme solicitação/orientação da Equipe Gestora da UGME e Unidade Escolar;
- Considerar o uso de instrumentos (avaliação interna e externa) e formas de registros como crítico reflexivo da prática docente, possibilitando coerência para as aprendizagens, aliando-as aos princípios educacionais de desenvolvimento pleno, a partir do percurso realizado (a) pelo estudante entre o que se almeja e o que se concretiza, conforme apresentado pelo PIAP - Plano de intervenção e Ação Pedagógica;
- Propor atividades além do âmbito da sala de aula que possibilite a ampliação de recursos e aprendizagem e vivências através de um ambiente enriquecedor de aprendizagem;
- Realizar e manter atualizado o portfólio, os registros e o acompanhamento de avaliações de cada aluno;
- Emitir relatório sobre o desenvolvimento escolar do aluno;
- Acessar e manter atualizado o sistema GRP.

2.5.3 Atuação do Professor de Educação de Jovens e Adultos

Ao ser designado para a atuação docente na Educação de Jovens e Adultos, o professor possibilitará os Direitos de Aprendizagem, organizando seu planejamento de acordo com as diretrizes estabelecidas neste Referencial e no Organizador Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (Vol. 5) de Várzea Paulista:

- Ser respeitoso, valorizador e incentivador;
- Planejar aulas dinâmicas e criativas;
- Incluir todos os alunos, respeitando as suas particularidades, cultura e religião;
- Refletir constantemente sobre sua prática pedagógica;
- Ampliar seus conhecimentos e metodologias;
- Identificar dificuldades específicas e ofertar suporte que atenda às necessidades;

- Conversar com os alunos assuntos pertinentes ao socioemocional;
- Estimular a autoestima e a motivação dos alunos;
- Proporcionar a participação dos alunos, compreender as suas necessidades e acompanhar o seu desenvolvimento;
- Redirecionar conceitos pedagógicos de acordo com as especificidades da EJA;
- Fazer uso de recursos como materiais concretos que permitam a compreensão e o entendimento dos alunos diante das situações e processos apresentados;
- apresentar uma variedade de gêneros textuais e formatos de portadores, criando um espaço de leitura dinâmico na sala de aula.
- Acompanhar e documentar as observações e intervenções realizadas durante as atividades
- Compreender as histórias de vida dos alunos;
- Planejar e elaborar plano de ação pedagógico;
- Apoiar os alunos que frequentam na modalidade semipresencial durante o plantão de dúvidas;
- Escuta ativa às necessidades dos alunos;
- Respeitar, valorizar e incentivar as experiências de vida dos alunos;
- Acompanhar e incentivar as atividades propostas aos alunos;
- Verificar casos de evasão escolar;
- Avaliar continuamente o desempenho escolar dos alunos;
- Emitir relatório sobre o desenvolvimento escolar do aluno;
- Utilizar recursos tecnológicos como TV Smart, Tablets para ampliar as aprendizagens e vivências dos alunos;
- Acessar e manter atualizado o sistema GRP.

2.6 Calendário escolar

O calendário escolar desempenha um papel fundamental no processo educacional, sendo uma ferramenta essencial para o bom funcionamento das atividades e um elemento prático das ações previstas no Projeto Político Pedagógico (PPP). Ele é elaborado pela UGME (Unidade Gestora Municipal de Educação) por meio da Portaria 05/2024, que tem como objetivo estabelecer normas, critérios, diretrizes gerais e procedimentos, garantindo assim a legalidade das ações.

Nos Centros Municipais de Educação Básica, cabe à equipe escolar organizar, elaborar e adequar o Calendário Escolar para 2025. Este calendário é um instrumento

administrativo único, de caráter orgânico, sonoro e orientador da Unidade Escolar. A elaboração, deliberação e aprovação do calendário escolar são realizadas pelo Colegiado Escolar, em conjunto com a equipe gestora, docentes e servidores. Todo esse processo deve ser subsidiado pela Portaria que, por sua vez, deve ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, garantindo a conformidade com as normas.

2.7 Orientações para os Horários de Trabalho Pedagógico

O **HTP (Horário de Trabalho Pedagógico)** deve ser planejado levando em conta as necessidades específicas de cada comunidade. No dia a dia, seu papel é permitir o desenvolvimento de atividades como formação continuada, correção de provas, reflexão coletiva e interdisciplinar sobre o trabalho docente, reuniões com pais, planejamento de aulas e estratégias inclusivas para atender a diversidade. Para que esse tempo de formação em serviço seja significativo, é fundamental planejá-lo corretamente para que cada uma das tarefas ocupe um espaço adequado na rotina dos educadores. As questões administrativas e referentes à gestão, por exemplo, têm de ficar num papel secundário. Para os professores, o que realmente importa é poder se dedicar ao aperfeiçoamento da prática, um trabalho que exige a participação permanente (e estratégica) dos Coordenadores Pedagógicos. É deles a responsabilidade de organizar os momentos de formação, assim como acompanhar de perto o que é realizado individualmente, orientando o diálogo sobre a prática docente e promovendo a troca de experiências dentro da escola.

O **Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC)**, ou qualquer outra denominação que receba nos diferentes sistemas de ensino, se constitui em um espaço no qual toda a equipe de professores pode debater e organizar o processo educativo naquela unidade escolar, discutir e estudar temas relevantes para o seu trabalho e, muito importante, deve ser dedicado também à formação continuada dos professores, privilegiando e favorecendo o diálogo sobre a prática docente. Desta forma, se faz necessário o planejamento das ações, o direcionamento dos estudos que as demandas trazidas pelos professores sinalizam, considerando a heterogeneidade do grupodocente e suas necessidades diversas. É imprescindível o registro dos estudos, dos diálogos e das produções dos professores, que fornecerão materiais à avaliação da trajetória de estudos do coletivo docente.

O **H.T.P.A. (Horário de Trabalho Pedagógico em Sala de Aula)** entende-se como desenvolvimento e execução das atividades pedagógicas dentro da sala de aula, relacionado à organização do trabalho docente e ao processo de ensino-aprendizagem.

O **H.T.P.I. (Horário de Trabalho Pedagógico Individual)** extraclasse compreende o atendimento de dúvidas de alunos, aulas de reforço, reuniões de integração e esclarecimento com os pais, atividades educacionais e culturais com os alunos, leitura e apropriação dos diferentes documentos pedagógicos, pesquisa e seleção de material pedagógico, preparação dos trabalhos, correção e avaliação dos trabalhos dos alunos e aperfeiçoamento profissional do professor.

O **H.T.P.L (Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha pelo docente)** é essencial para que o trabalho do professor tenha a qualidade necessária e produza resultados benéficos para a aprendizagem dos alunos. Trata-se daquele trabalho que o professor realiza fora da escola, geralmente em sua própria residência, incluindo leituras e atualização, pesquisas sobre temas de sua disciplina e temas transversais, elaboração e correção de provas e trabalhos e outras tarefas pedagógicas.

Na **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** o **Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo(HTPC)** é realizado nas aulas livres dos professores, durante a sua carga horária de vinte horas semanal.

3. FUNDAMENTAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Currículo da rede de ensino de Várzea Paulista, alicerçado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), busca promover uma Educação Integral, que abrange todas as dimensões do desenvolvimento humano. Assim, enfatiza a importância de revisar o processo educativo, considerando questões centrais como: “o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado”. Essa (re)organização do Currículo envolve uma reflexão sobre seu público-alvo, o significado do ensino e da aprendizagem, e como as diretrizes educacionais são organizadas e implementadas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece um conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Este documento é resultado de um extenso processo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014. Esse processo envolveu debates e negociações com diversos atores do campo educacional e com a sociedade brasileira.

Desde 2015, foram elaboradas três versões da BNCC, que contaram com a participação de especialistas, liderados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), além de mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil, especialmente de educadores, durante consultas públicas.

Com a homologação da BNCC em 20 de dezembro de 2017, o Brasil iniciou uma nova fase na educação, alinhando-se aos melhores sistemas educacionais do mundo. A BNCC estabelece uma única referência nacional obrigatória para a Educação Básica, permitindo que as redes de ensino e as instituições escolares, tanto públicas quanto privadas, sigam essa diretriz enquanto elaboram seus currículos.

Esse movimento representa a implantação de uma política educacional integrada, que define o percurso a ser seguido em cada etapa da Educação Básica. O Ministério da Educação (MEC) atuará como parceiro constante dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, colaborando para que as mudanças cheguem às salas de aula, com as instituições escolares, redes de ensino e professores como protagonistas.

Para as redes de ensino e instituições escolares, a BNCC é um recurso valioso tanto para adequar ou construir seus currículos quanto para reafirmar o compromisso com a redução das desigualdades educacionais no Brasil, promovendo a equidade e a qualidade

das aprendizagens dos estudantes. A BNCC reflete o compromisso do Estado brasileiro em oferecer uma educação integral, que acolha, reconheça e desenvolva plenamente todos os estudantes, respeitando as diferenças e combatendo a discriminação e o preconceito.

Ao longo da Educação Básica, a BNCC define o desenvolvimento de dez competências gerais, assegurando que todos os estudantes tenham acesso às aprendizagens essenciais, expressas em direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Compreender a definição de competência na BNCC orienta o trabalho pedagógico, promovendo uma educação integral que relaciona as aprendizagens ao contexto social e cultural em que estamos inseridos. As competências são as seguintes:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência

crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

É fundamental destacar que as competências gerais da BNCC se interligam nas diversas etapas da Educação Básica, facilitando a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes e valores, conforme descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A BNCC, fundamentada em princípios éticos, políticos e estéticos, orienta as ações educacionais para a formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Esses conceitos permeiam o contexto escolar em toda sua organização e ações didáticas, visando alcançar um desenvolvimento humano integral. Assim, os diálogos pedagógicos e o Organizador Curricular da rede de Várzea Paulista encontram respaldo na organização deste documento, que considera uma prática educacional mediada pelos princípios da Educação Integral. Essa abordagem busca uma formação e um desenvolvimento humano global, reconhecendo a complexidade e a não linearidade desse processo, rompendo com visões reducionistas que priorizam apenas a dimensão cognitiva ou afetiva. A BNCC propõe uma visão plural e integral do estudante, promovendo uma educação que acolhe, reconhece e desenvolve suas singularidades e diversidades.

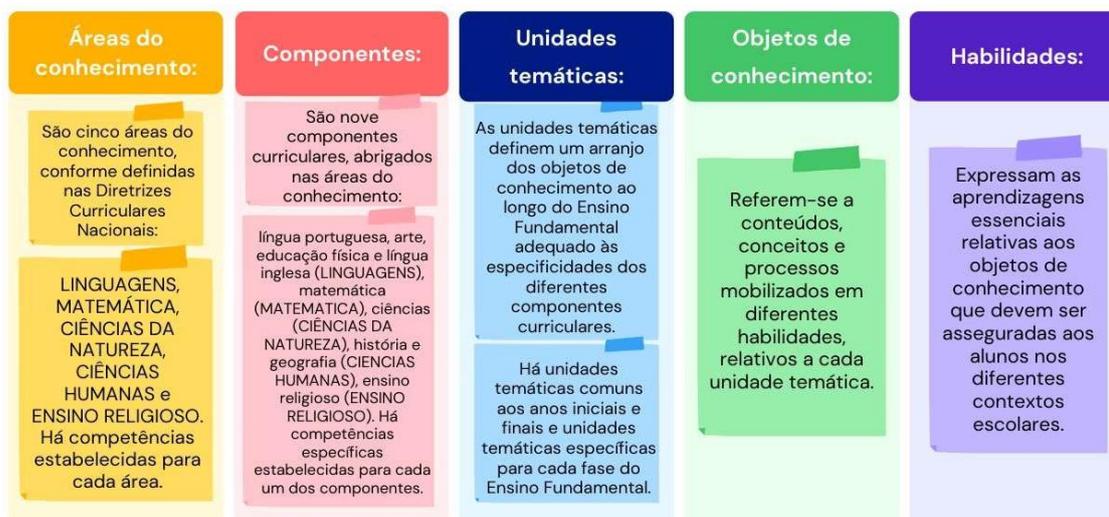
A BNCC estabelece uma estrutura que fundamenta o currículo da Educação Básica, organizando-se em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A

seguir, apresenta-se um detalhamento específico para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

- Educação Infantil



- Ensino Fundamental (Anos Iniciais)



<https://www.pedagogiacriativa.com.br/2020/08/BNCC.html>

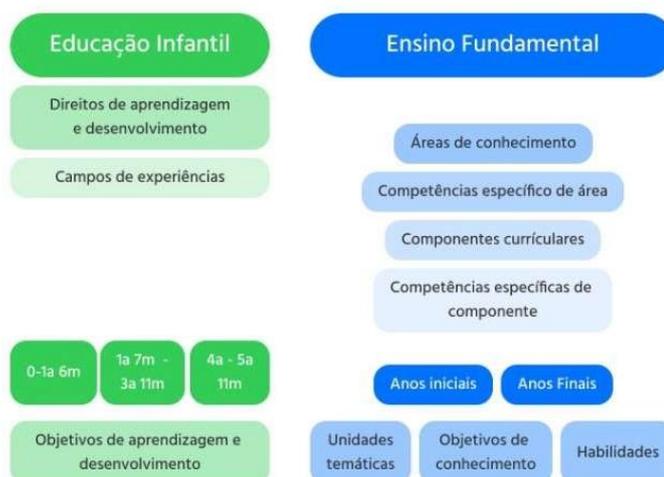
Acesso em 07/02/2025

A organização de cada fase da Educação Básica é planejada considerando as particularidades de cada etapa e as legislações vigentes. Assim, cada componente curricular possui suas próprias competências específicas, que se conectam às competências de área e às Competências Gerais, a serem desenvolvidas pelos alunos durante a fase atual de sua educação.



Educação Básica

Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular



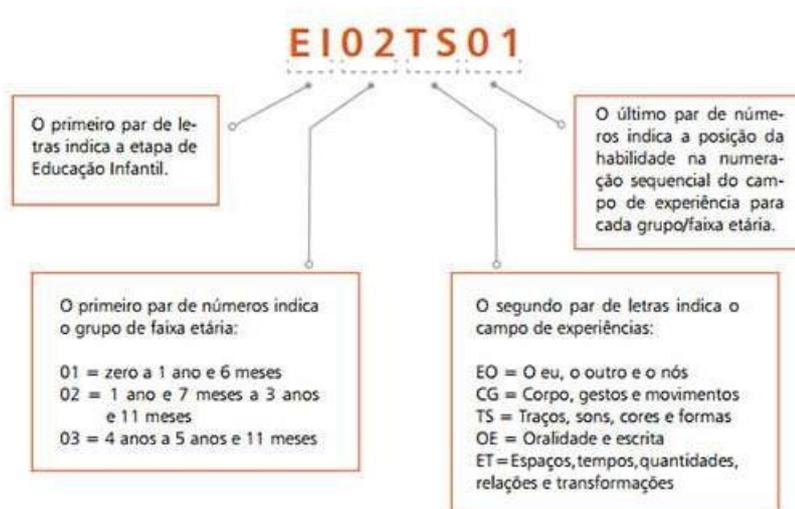
Para promover o desenvolvimento das competências dos alunos, cada disciplina curricular é estruturada em torno de um conjunto de habilidades essenciais. Essas habilidades representam as aprendizagens fundamentais que são ofertadas aos estudantes em diversos ambientes escolares.

Elas estão interligadas a diferentes objetos de conhecimento, que incluem conteúdos, conceitos e processos. Esses elementos são organizados em unidades temáticas, facilitando a compreensão e a aplicação do aprendizado. A seguir, apresentamos os exemplos de acordo com a BNCC :

• **Educação Infantil**

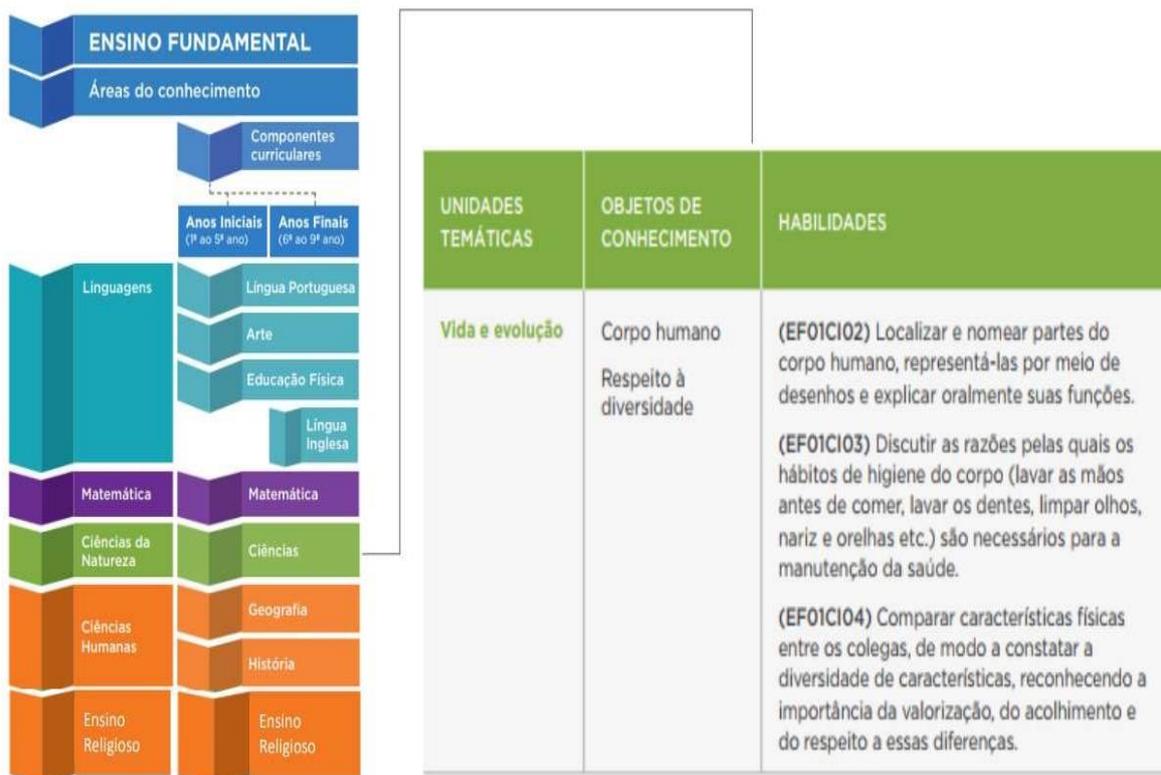


Cada OBJETIVO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO tem uma identificação alfanumérica composta por:



<https://www.construimoticias.com.br/guia-pratico-da-bncc/> Acessado em 07/02/2025

• **Ensino Fundamental**

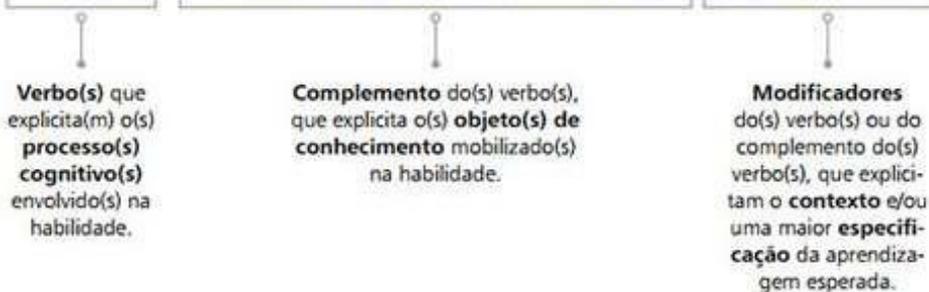


Cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento (Habilidade) é identificado por um código alfanumérico cuja composição é explicada a seguir:



As habilidades são descritas de acordo com uma determinada estrutura, conforme ilustrado no exemplo a seguir, de História (EF06HI14).

Diferenciar **escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.**



<https://www.construirnoticias.com.br/guia-pratico-da-bncc/>

Acessado em 07/02/2025

A Progressão das Habilidades refere-se à interconexão entre o progresso cognitivo e o objeto de conhecimento. Essa relação é fundamental para guiar as ações didáticas ao longo do processo de aprendizagem dos estudantes, levando em consideração as particularidades de cada faixa etária e etapa educacional. O objetivo é fomentar as aprendizagens, além de desenvolver as competências necessárias.

Nesse contexto, o Organizador Curricular de Várzea Paulista propõe uma estrutura para a progressão das habilidades ao longo dos diferentes períodos e etapas da Educação Básica. Essa proposta visa aumentar a complexidade do aprendizado à medida que o estudante avança em sua trajetória escolar, assegurando um desenvolvimento contínuo e adequado às suas necessidades.

Na rede de ensino municipal, o currículo está organizado por volume, de acordo com os segmentos: creche/ pré-escola, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo estruturado por áreas específicas do conhecimento. Os currículos são denominados da seguinte forma:

- Referência para Organização do Trabalho Administrativo – Pedagógico das Unidades Escolares, Volume 1;
- Organizador Curricular para a Educação Infantil – Creche e Pré-escola, Volume 2;
- Organizador Curricular para o Ensino Fundamental, Volume 3;
- Organizador Curricular para Áreas Específicas, Volume 4;
- Organizador Curricular para Educação de Jovens e Adultos (EJA), Volume 5.

A estrutura educacional proposta organiza-se de forma progressiva, alinhando-se ao desenvolvimento das habilidades dos alunos e facilitando o acesso às informações durante o processo de aprendizagem. Para tanto, é fundamental implementar práticas que reafirmem o compromisso da educação com a formação integral do ser humano.

Ao considerar o contexto em que os alunos estão inseridos e ao enriquecer suas experiências, o ensino se torna mais relevante e significativo, impactando positivamente suas vidas.

3.1 Homologação do Currículo da Rede de Ensino

A homologação do Currículo da Rede de Ensino de Várzea Paulista é um processo fundamental que visa garantir a qualidade e a equidade na educação oferecida aos alunos. Para embasar essa homologação, diversos documentos foram elaborados e discutidos com os professores e a Unidade Gestora Municipal, refletindo um compromisso com a educação integral e o alinhamento às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A seguir, apresentamos os principais documentos que fundamentam essa homologação:

- Ata da Reunião Extraordinária de 07/12/2020¹: Esta ata traz esclarecimentos sobre a BNCC e destaca a importância de alinhar a Proposta Curricular da Rede de Ensino com as diretrizes nacionais.
- Ata da Reunião Extraordinária de 10/12/2020: Neste encontro, foram discutidas as especificidades do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, com foco nas disciplinas que compõem cada segmento.

Esses documentos são organizados por etapas de ensino e áreas de conhecimento, fundamentais para a estruturação da referência curricular da Rede de Ensino:

- Ata da Reunião Extraordinária de 17 de agosto de 2021: Durante esta reunião, foi aprovada a proposta do Referencial Curricular do Município, entre outras deliberações.
- Parecer Nº 12/2021 – CME, de 08 de dezembro de 2021: Este parecer apresenta o Referencial Curricular para análise e aprovação, sendo um passo importante na formalização das diretrizes educacionais.

3.2 Fundamentos Legais da Educação de Jovens e Adultos

A política de educação de jovens e adultos no Brasil busca resgatar um compromisso histórico da sociedade, promovendo igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social. Sua construção fundamenta-se nas exigências legais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, que afirma que toda educação deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, Art. 205). Esse

¹ O conteúdo na íntegra dos documentos citados, podem ser acessados no link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1aTvfx3sJtSjQceu07f5drmetVqV8H1v?usp=share>

princípio é reiterado no Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que abrange todos os educandos, sem limitações.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade estratégica para garantir o acesso igualitário à educação como um bem social. Essa abordagem deve ser considerada à luz dos princípios constitucionais, que transformam a dívida social em um direito do cidadão e um dever do Estado. O Artigo 208 da CF, alterado pela Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009, estabelece que:

I: A educação básica é obrigatória e gratuita para crianças de 4 a 17 anos, assegurando sua oferta a todos que não tiveram acesso na idade apropriada.

VII: O atendimento ao educando deve incluir programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Esses direitos são garantidos por mecanismos financeiros e jurídicos. A EJA está em conformidade com a LDB 9.394/96, o Parecer CNE/CEB Nº 11/2000, a Resolução CNE/CEB Nº 01/2000, o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), e outros compromissos internacionais.

O público da EJA é atendido pela Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), que prioriza um processo democrático e participativo na formulação de políticas públicas. Essas ações têm fortalecido a parceria entre Estados e o Governo Federal, visando à ampliação e melhoria da qualidade da educação para jovens e adultos.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, garante a educação de jovens e adultos como um direito universal. A LDB 9.394/96, por sua vez, trata da EJA no Título V, capítulo II, como uma modalidade da educação básica, regulamentando seu acesso a todos que não concluíram o ensino fundamental.

- Artigo 37: A EJA destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada;
- Parágrafo 1º: Os sistemas de ensino devem assegurar gratuitamente oportunidades educacionais aos jovens e adultos, considerando suas características e condições de vida;
- Parágrafo 2º: O Poder Público deve viabilizar o acesso e a permanência do trabalhador na escola por meio de ações integradas;
- Artigo 38: Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, abrangendo a base nacional comum do currículo;
- Parágrafo 1º: Exames serão realizados para a conclusão do ensino fundamental (maiores de 15 anos) e do ensino médio (maiores de 18 anos);

- Parágrafo 2º: Conhecimentos adquiridos informalmente serão reconhecidos mediante exames.

Diretrizes Curriculares Nacionais

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) devem ser seguidas na estrutura curricular, respeitando as características dos estudantes e pautando-se pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade. A Resolução SE-30, de 7 de julho de 2017, estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e Médio da EJA, especialmente em classes multisseriadas. Além disso, a Lei Municipal nº 1.588 de 2009 incluiu a EJA no Sistema Municipal de Educação, reforçando seu papel crucial na formação de jovens e adultos. Essa abordagem integrada e fundamentada nas diretrizes legais e sociais é essencial para garantir que a EJA cumpra sua função de promover a inclusão e a cidadania no Brasil.

3.2.1 Modalidade de Ensino Presencial

A organização do Trabalho Pedagógico para a Educação de Jovens e Adultos considera o educando um sujeito sócio histórico-cultural com diferentes experiências de vida, que deixou de frequentar a escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais, muitas vezes pelo ingresso no mundo do trabalho, ocasionando evasão ou repetência escolar.

Neste contexto, orientamos que as ações pedagógicas desta modalidade considerem o perfil do educando, assegurando-lhes oportunidades apropriadas, consideradas suas características, interesses, condições de vida e de trabalho. Os conteúdos devem ser desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida, com avaliação presencial ao longo do processo ensino-aprendizagem com organização de ações didático-pedagógicas de forma individual e coletiva.

A EJA (Educação de jovens e Adultos) do município de Várzea Paulista, conta com a modalidade da EJA I e EJA II, com idades mínima de 15 anos e sem limites de idade.

Essa modalidade é específica da educação básica que se destina à inclusão escolar de um público que, por motivos diversos, foi excluído da educação durante sua infância ou adolescência e não se define pelo turno que é ofertada, mas pela sua configuração com vistas a atender as especificidades dos sujeitos que pretende abranger, caracterizando como: classes heterogêneas; ritmo próprio e flexibilidade.

A Educação de Jovens e Adultos vem passando por grandes transformações, pois vivemos num mundo cada vez mais tecnológico e globalizado e esses fatores contribuem também para um novo olhar em relação à educação e a prática pedagógica, diante das especificidades encontradas nesta modalidade.

Temos com principal compromisso oferecer um Programa de Formação para contribuir na promoção de mudanças na formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos-EJA, esta modalidade educacional que atende a educandos trabalhadores, tem por objetivo o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral, de modo que os educandos venham a participar política e produtivamente das

relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual, social e moral.

Segundo parecer do CNE/CEB, a EJA representa: “[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.”

Na Educação de Jovens e Adultos caracterizam – se:

- Classes heterogêneas;
- Ritmo próprio;
- Flexibilidade;
- Avaliação em processo (ideal).

Tomamos como referência alguns eixos temáticos como: Leitura e Escrita; Cultura. Cotidiano da EJA: seus sujeitos e suas práticas educativas, contendo no conteúdo programático os seguintes temas/assuntos:

- A dimensão histórica da EJA: âmbito legal e as práticas cotidianas;
- Os sujeitos da EJA: alunos e professores;
- Os sentidos da Alfabetização/letramento no imaginário dos sujeitos
- Modos de ensinar e aprender a ler e a escrever;
- Proposta curricular da EJA: parte integrante do Projeto político-pedagógico da Escola e os tipos de mudanças e/ou impactos a BNCC (Base Nacional Comum Curricular);
- EJA e o mundo do trabalho;
- Avaliação como parte integrante da aprendizagem, diante da especificidade da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sendo dialógica e processual de cada encontro da formação, buscando identificar os avanços e desafios para reorganização da prática.



A matriz curricular da EJA (presencial) é composta da seguinte maneira:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 2º SEGMENTO

Vigência: 2025
Regime: Período semestral
Dias letivos: 100
Carga horária semestral: 500 h/a

Turno: Noturno
Entrada dos alunos: 18h 30m
Saída: 22h 30m

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL								CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		9º TERMO		10º TERMO		11º TERMO		12º TERMO		9º TERMO	10º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	11º TERMO	12º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*P	*D	*P	*D	*P	*D	*P	*D						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	4	0	4	0	4	0	4	0	80	80	160	80	80	160
	INGLÊS	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	ARTE	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	INFORMÁTICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	4	0	4	0	4	0	4	0	80	80	160	80	80	160
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	3	0	3	0	3	0	3	0	60	60	120	60	60	120
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	3	0	3	0	3	0	3	0	60	60	120	60	60	120
	GEOGRAFIA	3	0	3	0	3	0	3	0	60	60	120	60	60	120
TOTAL DE AULAS		25	0	25	0	25	0	25	0	500	500	1000	500	500	1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 1º SEGMENTO

Vigência: 2025
Regime: Período semestral
Dias letivos: 100
Turno: Noturno
Carga horária semestral: 400 horas.

Início das atividades: 18h
Entrada dos alunos: 19h
Saída: 22h

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL								CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		1º TERMO		2º TERMO		3º TERMO		4º TERMO		1º TERMO	2º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	3º TERMO	4º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*P	*D	*P	*D	*P	*D	*P	*D						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	6	0	6	0	6	0	6	0	120	120	240	120	120	240
	ARTE	1	0	1	0	1	0	1	0	20	20	40	20	20	40
	INFORMÁTICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	6	0	6	0	6	0	6	0	120	120	240	120	120	240
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	0	1	0	2	0	2	0	40	20	60	40	40	80
	GEOGRAFIA	1	0	2	0	1	0	1	0	20	40	60	20	20	40
TOTAL DE AULAS		20	0	20	0	20	0	20	0	400	400	800	400	400	800

3.2.2 Modalidade de ensino semipresencial

A Educação de Jovens e Adultos, tem como diretrizes:

- Definição e implementação da política pedagógica própria para a Educação de Jovens e Adultos;

- Erradicação do analfabetismo em Várzea Paulista, universalização da oferta do Ensino Fundamental para jovens e adultos acima de quinze anos;
- Expansão, gradativa, de cursos de nível médio para jovens e adultos;
- Implantação de A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEMI PRESENCIAL que na sua essência aponta soluções para a problemática apresentada, contendo na organização e funcionamento;
- A adesão ao Brasil Alfabetizado.

Para a implementação das diretrizes foram necessárias algumas ações, tais como:

- Flexibilização do tempo do educando;
- Reorganização do tempo do educador;
- Flexibilização da carga horária anual;
- Organização curricular por áreas do conhecimento;
- Metodologia e ações que atendam às necessidades de aprendizagem;
- Processo avaliativo capaz de diagnosticar as dificuldades e possibilidades do educando e do educador, reorientando o processo educativo.

Na rede municipal de Várzea Paulista, a modalidade Semipresencial será de 80% da grade curricular em local de livre escolha do aluno e 20% Presencial, ou seja, na EJA I, deverá ser cumprido 352h não presencial e 88h presencial, EJA II – 400h não presencial e 100 presencial.

A Educação de Jovens e Adultos na modalidade semipresencial, a carga horária presencial será utilizada pelo aluno (a) para sanar dúvidas e avaliações presenciais. As atividades serão disponibilizadas na Plataforma Educacional e para aqueles que não tem acesso a tecnologias a Unidade Gestora Municipal de Educação fornecerá a impressão para que todos tenham acesso ao material pedagógico.

Será disponibilizada uma grade horária de plantão de professores para que os alunos possam ter mais um momento para sanar suas dificuldades, com objetivo principal criar oportunidades de alfabetização a todos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência na educação fundamental.



A matriz curricular da EJA (semipresencial) é composta da seguinte maneira:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 2º SEGMENTO
SEMI PRESENCIAL**

Vigência: 2025

Regime: Período semestral

Dias letivos: 100

Carga horária semestral: 400 h/a

Distância: 320 h/a Presencial: 80 h/a

Turno: Plantões diurno e noturno.

* Distância / Presencial.

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL				CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		9º TERMO	10º TERMO	11º TERMO	12º TERMO	9º TERMO	10º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	11º TERMO	12º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*D / P	*D / P	*D / P	*D / P						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5	100	100	200	100	100	200
	INGLÊS	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	5	5	5	5	100	100	200	100	100	200
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	3	3	3	3	60	60	120	60	60	120
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	3	3	3	3	60	60	120	60	60	120
	GEOGRAFIA	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
TOTAL DE AULAS		20	20	20	20	400	400	800	400	400	800



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 1º SEGMENTO
SEMI PRESENCIAL**

Vigência: 2025

Regime: Período semestral

Dias letivos: 100

Carga horária semestral: 400 horas.

Distância: 320 h/a – Presencial: 80h/a

Turno: Diurno e noturno

ÁREAS DO CONHECIMENTO*	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL				CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		1º TERMO	2º TERMO	3º TERMO	4º TERMO	1º TERMO	2º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	3º TERMO	4º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*D / P	*D / P	*D / P	*D / P						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7	7	7	140	140	280	140	140	280
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	7	7	7	7	140	140	280	140	140	280
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
	GEOGRAFIA	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
TOTAL DE AULAS		20	20	20	20	400	400	800	400	400	800

* Distância/ Presencial

3.3 Desenvolvimento pedagógico da Rede de Ensino

O Trabalho Pedagógico da nossa Rede de Ensino é fundamentado em uma Educação Integral, orientada pela perspectiva sociointeracionista. Essa abordagem ressalta a importância da interação do aluno com o ambiente em que vive, promovendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades por meio da convivência com outras pessoas, além do contexto social, cultural e histórico. Nesse sentido, nossas práticas pedagógicas valorizam:

- Trabalho Coletivo: Incentivamos a colaboração entre os alunos, promovendo um ambiente de aprendizado dinâmico;
- Experiências Prévias: Consideramos as vivências dos estudantes como base para novas aprendizagens, respeitando suas histórias e contextos;
- Promoção da Autonomia: Estimulamos os alunos a se tornarem protagonistas de seu aprendizado, desenvolvendo a capacidade de tomar decisões e resolver problemas.

Os profissionais de educação atuam como mediadores da aprendizagem, criando oportunidades para que os estudantes compartilhem experiências, vivências e cultura, e sejam incentivados a participar ativamente da construção de seu próprio conhecimento.

Acreditamos que essa perspectiva contribui para a formação de cidadãos íntegros, solidários, críticos e conscientes, que se tornam protagonistas de suas próprias vidas. Essa formação contempla diversas dimensões, sendo elas:

- **SOCIAL:** Capacidade de agir como cidadãos conscientes e agentes de transformação em questões de interesse coletivo;
- **CULTURAL:** Capacidade de construir identidade, pertencimento e sensibilidade para transitar por um mundo culturalmente diverso;
- **EMOCIONAL:** Capacidade de lidar bem com emoções, sentimentos e relacionamentos;
- **INTELLECTUAL:** Capacidade de valorizar, acessar, produzir e utilizar o conhecimento;
- **FÍSICA:** Capacidade de desenvolver e cuidar da saúde, do corpo e do bem-estar.

A Interdisciplinaridade na Perspectiva da Rede de Ensino

A interdisciplinaridade é vista pela rede de ensino como uma prática pedagógica essencial para o desenvolvimento integral dos alunos. Essa perspectiva busca integrar diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma educação mais conectada e contextualizada, que reflita as complexidades do mundo contemporâneo.

Na visão da rede, a interdisciplinaridade permite que os alunos compreendam melhor as relações entre os assuntos/temática estudados. Ao conectar campos de experiências áreas de conhecimento, os professores demonstram na prática que o conhecimento não é fragmentado, mas sim um todo interligado.

A rede de ensino reconhece que a sociedade atual apresenta desafios multifacetados que exigem soluções criativas e colaborativas. A interdisciplinaridade é vista como uma resposta a essas

demandas, preparando os alunos para serem cidadãos críticos e atuantes, capazes de resolver problemas complexos que envolvem diferentes áreas do saber.

A prática interdisciplinar estimula a curiosidade e o pensamento crítico dos alunos. Ao explorar temas de forma integrada, os estudantes são incentivados a questionar, pesquisar e aprofundar-se em suas investigações.

Entendemos que a formação contínua dos professores e o compartilhamento de experiências e da prática pedagógica são fundamentais para a implementação da interdisciplinaridade nos programas e projetos das Unidades Escolares. Nessa perspectiva, favorecem a construção de projetos interdisciplinares desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Socioemocional

Nos últimos anos, diversos estudos e iniciativas, tanto no Brasil quanto no exterior, têm se dedicado ao desenvolvimento das Competências Socioemocionais. Organizações como a OCDE, CASEL, WIDA, Center for Curriculum Redesign e o MEC têm promovido pesquisas e disseminado conhecimentos sobre essa temática. Avaliações de grande escala, como o PISA e o ENEM, também têm incorporado essas competências, ressaltando sua relevância no processo de aprendizado dos estudantes.

No ambiente escolar, a necessidade de um trabalho intencional para desenvolver essas habilidades é evidente. Os alunos precisam aprender a se relacionar consigo mesmos e com os outros, reconhecendo e dialogando sobre suas emoções. A experiência da pandemia evidenciou a urgência de acolher as vivências emocionais de todos os envolvidos no processo educacional. Nesse contexto, a Unidade Gestora Municipal de Educação tem implementado ações voltadas para a escuta, ofertando formações que ocorreram nos últimos anos em parceria com a Associação pela Saúde Emocional de Crianças (ASEC) para gestores, professores e alunos.

É fundamental que a escola seja um espaço acolhedor, onde um olhar atento às particularidades de cada grupo se faça necessário, considerando a intersecção entre Educação e Saúde emocional. A escuta ao entendida como um processo contínuo, proporciona espaços de diálogo que podem ocorrer em rodas de conversa, fóruns ou assembleias. Assim, incentiva os estudantes a se sentirem seguros para expressar seus sentimentos, seja por meio da fala ou de outras formas de expressão, como desenhos, músicas e danças.

Compreender e identificar as emoções das crianças é importante para que os professores possam mediar o processo educativo, criando um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos alunos. A formação integral de uma criança vai além dos aspectos cognitivos, ela articula dimensões físicas, afetivas, sociais e culturais. O desenvolvimento e a aprendizagem estão profundamente interligados aos aspectos socioemocionais, que precisam ser integrados ao aprendizado cognitivo. As competências socioemocionais manifestam conhecimentos, habilidades e atitudes que abrangem as dimensões social, emocional e intelectual. Assim, é imprescindível que

essas competências sejam escolhidas com base em uma análise ética e reflexão moral, para que possam atender às demandas do cotidiano e a necessidade do aluno.

3.3.1 Orientações para o desenvolvimento das competências socioemocionais

A. Educação Infantil

O desenvolvimento socioemocional tem início na Primeira Infância, sendo fundamental para que as crianças aprendam a identificar suas emoções e a expressar seus sentimentos. Esse processo envolve o reconhecimento de emoções básicas, como alegria, tristeza, medo, raiva e nojo. Para facilitar essa expressão, é essencial que sejam oferecidas propostas que permitam às crianças desenvolver sua identidade, autoconfiança e autoestima.

Os educadores desempenham um papel crucial nesse contexto, podendo propor atividades em grupo que estimulem a cooperação, a empatia, a curiosidade e a criatividade. É através da interação com colegas e adultos que as crianças constroem suas próprias formas de agir, sentir e pensar, além de descobrirem a diversidade de modos de vida e pontos de vista que existem ao seu redor.

Ao vivenciarem suas primeiras experiências sociais seja no ambiente familiar, escolar ou comunitário, as crianças começam a formar percepções sobre si mesmas e sobre os outros. Esse processo de diferenciação e identificação as ajuda a se reconhecerem como indivíduos únicos, ao mesmo tempo em que se integram socialmente.

Além disso, ao participarem de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças desenvolvem autonomia, senso de autocuidado e uma compreensão de reciprocidade e interdependência com o meio em que vivem. Na Educação Infantil, é fundamental criar oportunidades para que as crianças se conectem com diferentes grupos sociais e culturais, experimentando novas formas de vida, atitudes, rituais de cuidados pessoais, costumes, celebrações e narrativas.

Essas experiências enriquecem a percepção que as crianças têm de si mesmas e dos outros, promovendo a valorização da própria identidade, o respeito à diversidade e o reconhecimento das diferenças que nos tornam humanos.

Creche

Bebês - Estimulação Socioemocional

A estimulação para os bebês é essencial para ajudá-los a se adaptar ao seu entorno, levando em consideração suas percepções e o ambiente em que vivem. O desenvolvimento socioemocional da criança inicia-se nos primeiros dias de vida e depende fortemente de

sua interação com o mundo exterior e com outras pessoas. Para isso, é fundamental a estimulação, pois ao nascer, o bebê passa por uma série de mudanças biológicas e precisa se adaptar. O apoio dos pais e da família é fundamental nesse processo.

Nos primeiros meses de vida, à medida que suas necessidades básicas são atendidas, o bebê começa a reconhecer as pessoas ao seu redor e a se situar no ambiente. Inicialmente, isso ocorre através da percepção de sensações de aconchego proporcionadas por aqueles que o cercam e que ajudam a satisfazer suas necessidades. Com o tempo e a experiência, essa percepção se aprimora, abrangendo outros indivíduos, além de diferentes estímulos, como movimentos, sons e cheiros. Durante esse processo, o bebê aprende sobre si mesmo ao se apropriar de pistas que o diferenciam dos outros, compreendendo-os como seres com características e intenções distintas.

Algumas ações significativas que podem ser realizadas incluem:

- Estimular movimentos e diferentes posições;
- Propor exercícios de equilíbrio em posições pouco comuns, como inclinação vertical e de barriga para baixo;
- Facilitar a adaptação ao entorno com o suporte da família;
- Aproveitar os momentos de amamentação para interagir e conversar com o bebê;
- Oferecer carinho e estabelecer contato visual;
- Manter uma rotina saudável de alimentação, higiene e sono;
- Permitir que o bebê imite seus movimentos;
- Realizar expressões faciais voltadas para a criança, aguardando suas reações;
- Ensinar gestos como acenar tchau ou balançar a cabeça afirmativamente;
- Reproduzir atividades como vestir, pentear ou alimentar, que poderão ser exercitadas mais tarde, quando o bebê estiver mais velho;
- Explicar sensações como dor, frio e choro, ajudando-o a entender o que pode sentir.

Essas práticas contribuem significativamente para o desenvolvimento socioemocional e a adaptação do bebê ao seu ambiente.

Crianças bem pequenas

Durante essa fase de desenvolvimento, as crianças demonstram maior destreza em sua locomoção e se envolvem intensamente em brincadeiras de faz de conta. Elas já possuem um domínio mais avançado da comunicação oral, e aquelas com deficiência

auditiva utilizam a língua de sinais. As experiências que vivenciam são fundamentais para que aprendam a observar suas próprias reações em diferentes situações, a expressar suas intenções, pensamentos e sentimentos. Isso as transforma em crianças autoconfiantes, que comunicam suas opiniões. Além disso, elas começam a se interessar por símbolos que representam identidades coletivas, como a nacionalidade (ser brasileiro), a torcida por um time de futebol ou até mesmo a fantasia de ser uma princesa como a Branca de Neve.

Algumas atividades significativas que podem ser realizadas incluem:

- Auxílio nas tarefas diárias: A criança pode participar ao se vestir ou comer, levantando os pés ou colocando as mãos;
- Colaboração nas atividades: Envolver a criança nas tarefas que estamos realizando ajuda a integrá-la ao ambiente em que vive;
- Reconhecimento de pessoas: Incentivar a criança a identificar e nomear as pessoas com quem tem contato, explicando a relação que possuem;
- Interação com nomes: Pedir que a criança diga quem é a pessoa mencionada, apontando para ela;
- Explicações sobre o mundo: Descrever sensações e os nomes dos objetos ao redor, permitindo que a criança internalize esses significados gradualmente.
- Escolhas pessoais: Incentivar a criança a escolher brinquedos, alimentos e músicas, e explicar suas preferências dentro de suas capacidades.

Essas atividades promovem o aprendizado, fortalecem a comunicação e a expressão individual da criança.

Pré-Escola

Cada vez mais as crianças de 4 e 5 anos aprendem a brincar e desenvolver atividades em grupo, a cuidar de si e dos outros, a organizar seus pensamentos, a ter iniciativa e buscar soluções para problemas e conflitos, a conhecer suas necessidades, preferências e curiosidades, procurando respostas a suas perguntas sobre o mundo. Nesse processo, são auxiliadas por significações para conhecer o mundo e a si mesmas, reconhecer as opiniões de outras pessoas e construir sua identidade como participantes de grupos sociais variados.

Os livros proporcionam um contato com as mais diversas emoções humanas, o que permite à criança identificar e expressar o que está sentindo. Mas para isso também é importante a escolha do livro de qualidade. De acordo com o programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), em relação à qualidade do texto:

- Amplia o repertório linguístico dos leitores?
- Possibilita a fruição estética?
- Favorece uma leitura autônoma (a criança fica motivada a folhear o livro e a criar histórias a partir da leitura das imagens)?
- Estimula uma boa leitura em voz alta por parte da professora?
- Apresenta coerência e consistência das narrativas?
- Possui um trabalho estético com a linguagem?
- São estabelecidas relações adequadas entre texto e imagem (nos livros ilustrados e nos livros de imagem)?

B. Ensino Fundamental

O desenvolvimento das Competências Socioemocionais, conforme estabelecido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é fundamental para que os estudantes cultivem relações saudáveis com seus pares. Essas competências promovem a empatia, a convivência positiva com as diferenças e a tomada de decisões conscientes, contribuindo a aprendizagem e o convívio social.

Entretanto, é crucial que essas competências não sejam tratadas como uma nova Área de Conhecimento ou um simples objeto de estudo. Em vez disso, precisam ser integradas em todas as Áreas de Conhecimento, alinhando-se às Competências Gerais e Específicas da BNCC. Desse modo, os professores ao planejarem as aulas de forma a contemplar aspectos como colaboração, criatividade, autoconhecimento, empatia e determinação.

Para que isso ocorra, é essencial que os professores compreendam as Competências Socioemocionais da BNCC e sua aplicabilidade. A partir dessa compreensão, poderão desenvolver Planos de Aula com intencionalidade promovendo ações práticas que permitam aos alunos vivenciar essas questões. Isso envolve estimular os estudantes e intervir quando necessário, integrando as competências socioemocionais às demais habilidades trabalhadas em sala de aula. Essas ações podem ser incorporadas em qualquer Área de Conhecimento, dependendo da abordagem que o professor escolher.

Algumas estratégias que favorecem o desenvolvimento da autonomia, curiosidade, criatividade, tolerância à frustração e cooperação incluem:

- **Autoavaliação:** Incentivar os alunos a refletirem sobre seu próprio desenvolvimento, questionando-se, por exemplo: "O que fiz para ser mais resiliente?" ou "Em quais situações sou mais ou menos empático?"
- **Metodologias Ativas:** Utilizar abordagens que mobilizam importantes competências

socioemocionais, explicando seu significado para os alunos e sua relevância na aprendizagem;

- **Relação entre Aspectos Socioemocionais e Áreas de Conhecimento:** Mostrar como a colaboração e a curiosidade são essenciais para a ciência, a abertura ao novo é vital para a matemática, e a criatividade e o autoconhecimento são fundamentais nas artes e nas humanidades;
- **Atividades Cooperativas:** Promover o trabalho em grupo como um meio para que os estudantes desenvolvam autonomia, ajudem uns aos outros e aprendam juntos;
- **Apresentações Orais:** Estimular habilidades de comunicação, que são cruciais para a qualidade dos relacionamentos interpessoais e para o fortalecimento das habilidades socioemocionais;
- **Planejamento de Projetos:** Propor os alunos a desenvolver e gerenciar projetos, desde a concepção até a conclusão, enfatizando a importância de definir objetivos, responsabilidades, organização de recursos e gestão do tempo.

É fundamental que o planejamento dessas estratégias considere os interesses e a singularidade de cada estudante, de modo a torná-las contextualizadas e desafiadoras para todos. Assim, o desenvolvimento das Competências Socioemocionais se torna uma parte integral da educação.

c. Educação de Jovens e Adultos

Na EJA, o desenvolvimento das Competências Socioemocionais, conforme estabelecido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é primordial, considerando que o emocional, as experiências de vida são os eixos articuladores das práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Assim, o conteúdo não está desvinculado da realidade desses estudantes.

Desse modo, essas competências não são vistas como uma nova Área de Conhecimento, mas como o ponto essencial da rotina da EJA. Sendo assim ao planejar suas ações, os professores tem um olhar atento e diferenciado para toda temática que vai além do conteúdo programado tendo como foco as vivências dos estudantes.

3.3.2 Transições e Adaptações

“Crianças gostam de fazer perguntas sobre tudo. Nem todas as respostas cabem num adulto” (Antunes).

As unidades escolares têm a responsabilidade de criar espaços de diálogo entre as famílias e as equipes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa interação é essencial para desenvolver um olhar atento e propostas

que formem uma política de transição, a ser observada por todas as instituições envolvidas. Dessa forma, será possível a continuidade dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, alinhando objetivos para as diversas fases do desenvolvimento infantil. É fundamental que os pontos a serem trabalhados sejam definidos em sintonia com as vivências do ano anterior.

Reflexão sobre o Ano Letivo Anterior

Para o ano letivo atual, é imprescindível revisitar o percurso de aprendizagem do ano anterior, considerando as experiências, os objetivos de aprendizagem e as habilidades que não foram abordadas ou que precisam ser reforçadas, especialmente nos contextos de transição vividos pelos alunos. Esse processo pode ser dividido em três momentos:

1. Da Casa para a Creche (0-3 anos)

A transição da criança do ambiente familiar para a creche é um momento significativo. É crucial que ela se sinta segura para estabelecer novos vínculos e desenvolver-se plenamente. A relação entre afeto e cognição é amplamente reconhecida, e a entrada na creche deve ser vista como a inserção de novas crianças e famílias em um espaço que já possui algumas regras, e não apenas como uma adaptação a uma situação preexistente.

Esse processo de inserção precisa ser gradual. Nos primeiros dias, a criança passa algumas horas na instituição acompanhada pelos pais ou responsáveis, aumentando gradativamente esse tempo até que se sinta confortável para permanecer sozinha com os educadores e funcionários.

2. Da Creche para a Pré-escola (4 anos)

Caso as duas etapas ocorram na mesma instituição, as ações planejadas devem estar alinhadas. O que foi desenvolvido para os bebês e crianças pequenas deve ser continuado para as crianças pequenas, seguindo os objetivos de aprendizagem propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela Proposta Curricular do município. É essencial considerar as especificidades dos diferentes grupos para a progressão das habilidades. Se houver mudança de instituição, é fundamental que ocorra um novo processo de acolhimento, permitindo que a criança e a família conheçam o novo ambiente.

3. Da Pré-escola para o Ensino Fundamental (6 anos)

Esta transição pode ser delicada, pois, sem um planejamento, pode resultar em uma

ruptura brusca, envolvendo mudanças de instituição, espaço físico e relações. Os professores do Ensino Fundamental precisam estar cientes dos objetivos de aprendizagem e das habilidades da Educação Infantil, bem como da forma como as crianças aprendem e se relacionam com o mundo ao seu redor, para que possam criar um ambiente acolhedor.

Valorizar as atividades da rotina da pré-escola, especialmente as interações e brincadeiras, é primordial. Garantir o direito da criança ao brincar nesta nova fase é fundamental. Muitas vezes, essa transição envolve uma mudança de instituição, e proporcionar à criança a oportunidade de conhecer o novo espaço, o ambiente e, se possível, os professores, faz toda a diferença. O diálogo entre as instituições (Pré-escola e Ensino Fundamental) é importante para a continuidade do desenvolvimento infantil.

A Educação Infantil é uma fase em que as brincadeiras são parte integrante da rotina do professor e do cotidiano escolar. As atividades são organizadas em “cantos”, como cantinhos de leitura, brinquedos, baú de fantasias, e salas com tapetes e almofadas, variando conforme a criatividade do educador e sua proposta pedagógica. O trabalho em grupo precisa ser mantido no Ensino Fundamental, pois favorece a socialização dos saberes, valoriza a cultura de cada criança e reconhece seus conhecimentos prévios. Nesse contexto, as crianças são vistas como sujeitos ativos na construção do conhecimento e da cultura, interagindo com seus pares e ampliando gradualmente suas capacidades de adaptação a novas experiências, ambientes e relações.

4. Ensino Fundamental (Ciclo 1 para Ciclo 2):

Durante a transição entre do ciclo 1 para o ciclo 2, é comum que não ocorra uma mudança de Unidade Escolar. Essa situação pode criar a falsa percepção de que não são necessários preparo e planejamento, como acontece em outras fases de transição na vida da criança.

As mudanças que os alunos enfrentam nesse período impactam principalmente as relações que estabelecem. Isso inclui a criação, aprofundamento ou até mesmo a ruptura de vínculos com colegas, professores e outros membros da comunidade escolar. Além disso, há uma ampliação dos saberes e conhecimentos a serem adquiridos e consolidados, assim como a necessidade de gerenciar o tempo dentro da instituição.

Considerando a importância desses fatores para a aprendizagem, é importante que os professores dos Anos 4 e 5 planejem ações coletivas que promovam um ambiente acolhedor. Esse espaço estimula a autonomia, a autoconfiança e o sentimento de pertencimento à escola, minimizando a insegurança que pode surgir com as mudanças desse período.

Ações para auxiliar o trabalho do professor:

- Valorização do trabalho em grupo: Incentivar atividades em duplas ou grupos, promovendo a socialização de saberes e respeitando a cultura e os conhecimentos prévios dos alunos. Isso os reconhece como construtores de seu próprio conhecimento, facilitando a adaptação a novas experiências e relações;
- Manutenção da ludicidade: Utilizar jogos e materiais concretos nas aulas, proporcionando uma compreensão mais clara das situações e processos abordados;
- Propor situações de aprendizagem: Criar oportunidades que envolvam exploração e experiência nas diversas áreas do conhecimento, permitindo que os alunos realizem pesquisas, reflexões e descobertas;
- Trabalho interdisciplinar: Fomentar a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, desenvolvendo jogos que integrem diversos materiais como recursos de aprendizagem. Isso pode incluir parcerias com professores de disciplinas específicas durante o planejamento e elaboração de projetos;
- Diagnóstico das habilidades dos alunos: Identificar as competências que os alunos precisam desenvolver, analisando portfólios e registros para detectar lacunas na aprendizagem. Com isso, é possível planejar ações que acompanhem o progresso das habilidades, beneficiando todos os alunos, especialmente aqueles com defasagens;
- Atividades além da sala de aula: Propor experiências que vão além do ambiente escolar tradicional, enriquecendo as vivências e relações dos alunos, e ampliando o uso de recursos disponíveis.

Essas ações visam criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e enriquecedor, fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos durante essa fase de transição.

4. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS

Os documentos administrativos e pedagógicos desempenham um papel fundamental na organização e no funcionamento das Unidades Escolares da rede municipal. Eles orientam e regulamentam as atividades educativas, asseguram a legalidade e a transparência do processo educacional.

Esses documentos são essenciais para favorecer a qualidade do processo educativo, contribuindo para o planejamento estratégico e a tomada de decisões. Ao alinhar as práticas pedagógicas às diretrizes educacionais, promovem um ambiente de aprendizagem mais coerente.

Além de sua importância na estruturação do ensino, esses documentos permitem um acompanhamento e uma avaliação contínua do desempenho escolar. Eles sistematizam as práticas, tanto pedagógicas quanto administrativas, e facilitam a comunicação entre a escola e a comunidade. Assim, a elaboração e a implementação desses documentos são indispensáveis para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, que atenda às necessidades dos alunos e da sociedade como um todo.

4.1 Projeto Político Pedagógico

O PPP (Projeto Político Pedagógico), sendo um documento particular e de autonomia de cada escola, orienta a identidade, os objetivos e as práticas educacionais da unidade escolar. Precisa contemplar as demandas atuais, a cultura e a realidade da escola e de sua comunidade. Assim, refletir as orientações dos currículos propostos pela rede municipal, repensando coletivamente os planos da escola a fim de garantir os direitos de aprendizagem de todos os alunos.

Considerando que cada escola atua de forma diferente no sistema de ensino e essa diversidade requer um olhar personalizado para esta comunidade, cabe a escola fazer um diagnóstico interno. É necessário identificar em qual contexto a instituição está inserida perante a sociedade e o papel dela como ambiente de ensino. Além de quais serão as ações a serem tomadas para galgar resultados melhores, frente aos atuais desafios.

O processo de revisão do PPP, como um todo, deve ser compreendido numa perspectiva dinâmica, mediada pela constante reflexão de todos os sujeitos envolvidos e precisa estar vinculado às demais ações pedagógicas da escola, incluindo a autoavaliação institucional, tendo como finalidade promover melhores resultados no processo de ensino-

aprendizagem e nas relações escolares.

A avaliação e atualização do PPP, pautado no diálogo constante entre a teoria e a prática, é em si um processo formativo para os profissionais da educação e toda a comunidade, devendo ser atrelado às pautas das reuniões pedagógicas e em outros momentos de estudo na escola ao longo do ano. Por essas e outras razões, é necessário unir esforços, realizar uma revisão completa e reescrever o PPP, garantindo que esse documento registre historicamente essa etapa.

Para que o Projeto Político-Pedagógico tenha a eficiência desejada para o desenvolvimento da escola, é preciso saber de que forma ele deve ser (res)significado. Ou seja, quais as melhores práticas que devem ser adotadas neste momento. Veja abaixo:

- **Conhecimento regional:** consideração das características socioculturais e econômicas da comunidade escolar;
- **Participação colaborativa:** envolvimento da equipe gestora, professores, alunos, pais e comunidade na sua construção e revisão;
- **Plano de ação:** definição de metas, estratégias e ações baseadas no contexto da escola, considerando o número de matrículas e necessidades dos estudantes.

O Programa Primeiríssima Infância é importantíssimo no desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida. Sua organização e registro das informações no PPP são fundamentais para garantir a efetividade das ações. A inclusão (como apêndices no PPP) dos Projetos e Programas desenvolvidos, tanto nas Unidades de Creche quanto nas demais Unidades Escolares, permite uma visão ampla e integrada da Educação Infantil, facilitando a articulação entre as Unidades, permitindo que as propostas e as ações realizadas fiquem documentadas e sejam de fácil acesso para todos os envolvidos.

O PPP deve ser estruturado a partir dos seguintes princípios:

- **Qualidade na Educação:** As práticas pedagógicas devem promover o desenvolvimento pleno dos estudantes, o domínio das habilidades e competências essenciais para sua formação cidadã;
- **Equidade e Inclusão:** A escola precisa promover a igualdade de oportunidades, reconhecendo e respeitando as diferenças socioculturais e individuais dos estudantes;
- **Contextualização e Flexibilização:** O currículo deve dialogar com a realidade local, permitindo a adaptação dos conteúdos e metodologias para melhor atender às necessidades dos estudantes;

- **Participação da Comunidade:** A construção do PPP precisa envolver todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo gestores, docentes, funcionários, famílias e estudantes, fortalecendo a corresponsabilidade pelo processo educativo;
- **Formação Continuada:** Os educadores devem ter acesso a processos formativos contínuos, garantindo a atualização de práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes curriculares municipais e nacionais.

Objetivos do PPP Alinhados ao Organizador Curricular Municipal:

- Assegurar que o ensino e a aprendizagem estejam alinhados às habilidades e competências estabelecidas pelo Organizador Curricular Municipal de Várzea Paulista;
- Estabelecer estratégias de ensino inovadoras e metodologias ativas que favoreçam o protagonismo estudantil e o aprendizado significativo;
- Promover a interdisciplinaridade e a contextualização do conhecimento, conectando os conteúdos escolares à realidade dos estudantes;
- Garantir o acompanhamento e a avaliação contínua do desenvolvimento dos estudantes, identificando e intervindo nas dificuldades de aprendizagem;
- Incentivar práticas pedagógicas inclusivas, que contemplem o atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos;
- Fortalecer a relação entre a escola e a comunidade, criando espaços de diálogo e participação efetiva na construção do projeto educacional.

Metas a Serem Atingidas:

- Elevar os índices de desempenho dos estudantes, promovendo avanços na aprendizagem e redução das desigualdades educacionais;
- Ampliar o acesso e permanência de todos os estudantes na escola, combatendo a evasão e garantindo um ambiente escolar acolhedor;
- Desenvolver projetos interdisciplinares que articulem diferentes áreas do conhecimento e incentivem a criatividade e a inovação;
- Consolidar uma cultura de avaliação formativa, que valorize os processos de aprendizagem e auxilie no aprimoramento das práticas docentes;
- Promover a educação socioemocional, garantindo o bem-estar dos estudantes e fortalecendo sua autonomia e cidadania.

A construção e implementação do PPP devem ser processos dinâmicos e colaborativos, sempre alinhados ao Organizador Curricular do município e às necessidades

reais da comunidade escolar. Assim, reafirma-se o compromisso de Várzea Paulista com uma educação pública de excelência, inclusiva e transformadora.

4.2 Regimento Escolar

O Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP) são documentos fundamentais para as escolas, pois contam com as normas e os objetivos de cada instituição. No entanto, eles têm funções e objetivos diferentes, mas que são complementares. O PPP, com sua função pedagógica e o Regimento com seu caráter normativo. Porém, devem estar articulados, em consonância e se relacionar mutuamente.

Com a promulgação da LDBEN n.º 9.394/1996, foi concedida autonomia para as instituições de ensino construírem seus Regimentos Escolares, tratando-se de um documento obrigatório para todas as escolas brasileiras. É um documento fundamental para a gestão e o funcionamento da instituição de ensino, estabelecendo diretrizes claras sobre a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar, garantindo que todas as ações dentro da escola ocorram de maneira estruturada e conforme princípios educacionais e normativas legais. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera, dividindo as responsabilidades e atribuições com toda a comunidade escolar, compreendendo valores e limites que a unidade objetiva alcançar como instituição.

Se torna a “lei da escola”, pois regula o funcionamento da instituição de ensino. É por meio dele que toda a legislação educacional que é aplicada no país, estado e município, chega até o âmbito escolar, onde os preceitos são institucionalizados no Regimento Escolar.

O momento de releitura e possível revisão do Regimento Escolar deve propiciar o aperfeiçoamento da qualidade da educação, estabelecendo a responsabilidade de cada um dos segmentos que compõem a instituição escolar como forma de garantir o cumprimento de direitos e deveres da comunidade escolar.

Neste contexto, ele coordena o funcionamento da escola, regulamentando ações entre os representantes do processo educativo e engloba todas as relações administrativas e sociais que envolvam esse ambiente.

Outro objetivo do Regimento é o cumprimento das ações educativas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola.

Com base na Gestão Democrática, que define a participação de todos na gestão da instituição de ensino, o processo de (re)construção do Regimento Escolar deve ocorrer coletivamente pelos segmentos da comunidade escolar, no exercício do trabalho

colaborativo e da responsabilidade de toda a comunidade escolar, ou seja, todos os profissionais que atuam na instituição de ensino, os pais e os estudantes da Educação Básica.

Além disso, esse documento deve ser discutido e aprovado pelo Conselho Escolar, encaminhado para validação à UGME e devidamente divulgado (deve ser do conhecimento e estar disponível para a consulta de todos os envolvidos no contexto escolar).

O que deve constar no Regimento Escolar?

Embora não exista um modelo padronizado para o regimento escolar, é essencial que algumas informações estejam presentes para garantir seu pleno funcionamento. Entre os elementos fundamentais, destacam-se:

- **Identificação da unidade escolar:** incluindo nome completo, endereço e demais dados de localização;
- **Informações sobre a mantenedora:** para instituições privadas, detalhes da entidade responsável; para escolas públicas, especificações sobre o órgão mantenedor;
- **Níveis e modalidades de ensino oferecidos:** especificando as etapas educacionais atendidas e os turnos de funcionamento;
- **Objetivos institucionais:** descrição clara das metas e propósitos educacionais da escola;
- **Estrutura administrativa e pedagógica:** detalhamento dos cargos, funções e atribuições de cada membro da equipe escolar;
- **Normas de convivência:** regras que orientam as relações pedagógicas e sociais no ambiente escolar e na interação com a comunidade;
- **Direitos e deveres:** definição clara das responsabilidades e garantias de alunos, professores, funcionários e responsáveis;
- **Diretrizes pedagógicas e curriculares:** informações sobre a proposta pedagógica, metodologias de ensino e critérios de avaliação, alinhados à legislação educacional vigente;
- **Procedimentos administrativos:** orientações sobre processos burocráticos, incluindo escrituração e gestão de documentos escolares.

Quanto à estrutura na redação do Regimento Escolar, assim como a regulamentação para as normas e leis no Brasil, as regras advêm da Lei Complementar n.º 95/1988, determinando que os componentes regimentais devem ser estruturados em unidades de articulação por meio de Títulos, Capítulos e Seções, que se subdividem em Artigos (Art.),



Parágrafos (com o símbolo §), Incisos (dispostos em numerais romanos), Alíneas (dispostos em letras minúsculas), Itens e Subitens. Segue abaixo quadro explicativo:

<p>TÍTULOS</p> <ul style="list-style-type: none">• Representam um tema amplo que engloba capítulos e seções.
<p>CAPÍTULOS</p> <ul style="list-style-type: none">• Organizados conforme a complexidade do assunto;• Podem ser subdivididos em seções;• Escritos em letras maiúsculas e numerados com algarismos romanos.
<p>SEÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none">• Reúnem artigos sobre um mesmo conteúdo;• Escritas em letras minúsculas e numeradas com algarismos romanos.
<p>ARTIGO (Art.)</p> <ul style="list-style-type: none">• São a unidade básica do Regimento Escolar;• Descrevem normas gerais, abordando um único assunto por vez;• Redigidos em frase única, sem siglas ou abreviações;• Numerados de forma contínua até o final do documento;• Seguem regras específicas para numeração e formatação, incluindo uso de “Art.” seguido de número (ordinal até o nono, cardinal a partir do décimo);• Terminação com ponto final, salvo quando há incisos (termina com dois pontos);• O caput do artigo não pode ser desdobrado em incisos se já possuir parágrafos.
<p>PARÁGRAFO (§)</p> <ul style="list-style-type: none">• Complementam o artigo, trazendo explicações, restrições ou exceções;• Dependem do caput do artigo e não podem existir isoladamente;• Podem ser numerados (ordinais até o nono, cardinais a partir do décimo);• Se houver apenas um, é chamado “Parágrafo único”;• Seguem regras específicas para desdobramentos e pontuação.•
<p>INCISOS (I,II,III, ...)</p> <ul style="list-style-type: none">• Servem para detalhar normas quando o artigo não comporta todas as informações;• Utilizados em atribuições, competências e objetivos;• Representados por algarismos romanos seguidos de hífen;• Escritos com letra minúscula (salvo exceções gramaticais);• Finalizados com ponto e vírgula, exceto o último, que termina com ponto final;• Podem conter alíneas.



ALÍNEAS (a, b, c,...)

- Subdividem incisos e parágrafos para complementar informações;
- Escritas com letras minúsculas;
- Seguem regras específicas de pontuação e conectivos;
- Podem conter itens.

ITENS

- Detalham alíneas e seguem numeração cardinal com ponto final;
- Escritos com letra minúscula (salvo exceções gramaticais).

SUBITENS

- Subdividem itens para maior detalhamento;
- Seguem numeração cardinal com ponto final;
- Aplicam as mesmas regras de pontuação e conectivos dos itens.

Adendos Regimentais:

O Regimento Escolar, quando criado e aprovado pelo Conselho Escolar e pela UGME, é um documento para perdurar. No entanto, sempre que houver grandes modificações na legislação, deverá ser reescrito. Caso haja pequenas modificações, pode-se submeter à discussão e aprovação de Adendos Regimentais, os quais modificam apenas alguns artigos deste documento.

Há dois tipos de Adendos:

- **Adendo Regimental de Acréscimo.** Ex.: Adendo Regimental de Acréscimo - Implantação do curso... (curso novo na instituição);
- **Adendo Regimental de Alteração.** Ex.: Adendo de Alteração do Sistema de Avaliação da escola.

Em suma, o Regimento Escolar constitui-se como um apoio na gestão cotidiana da instituição, tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos administrativos. Isso porque nele são definidas claramente as atribuições, os direitos e os deveres dos estudantes, dos professores, dos agentes educacionais e da própria equipe gestora.

Como podemos perceber, trata-se de um documento bastante complexo, nesse sentido, enfatizamos que os gestores são fundamentais para organizar e coordenar a revisão, a implementação e a divulgação do Regimento em sua unidade, uma vez que possuem relevante importância na articulação do trabalho pedagógico e administrativo entre todos os segmentos que constituem a instituição de ensino. É fundamental que todos os professores e demais profissionais leiam o regimento escolar na íntegra, antes de iniciar as suas atividades na instituição.

Não obstante, se cada integrante da comunidade escolar conhecer e aplicar em suas

ações no dia a dia o que nele está regulamentado, assumindo suas responsabilidades no processo educacional, a possibilidade da unidade escolar promover a lícitude e obter sucesso no processo de ensino e aprendizagem é ainda maior.

4.2.1 Horário de adaptação

CRECHES - Berçários I e II, Maternais I e II: (Períodos Parcial e Integral)

- 04 de fevereiro de 2025 → Integração Família X Escola, período da manhã;
- 05 de fevereiro de 2025 → Integração Família X Escola, período da tarde;
- 06 e 07 de fevereiro de 2025 → Manhã: 7h às 9h30 / Tarde: 12h30 às 15h;
- 10 e 11 de fevereiro de 2025 → Manhã: 7h às 10h30 / Tarde: 12h30 às 16h;
- A partir de 12/02/2025 horário normal.

PRÉ-ESCOLA - Etapas I e II

- 04 de fevereiro de 2025 → Integração Família X Escola, período da manhã;
- 05 de fevereiro de 2025 → Integração Família X Escola, período da tarde;
- 06 e 07 de fevereiro de 2025 → Manhã: 7h às 9h30 / Tarde: 12h30 às 15h;
- 10 e 11 de fevereiro de 2025 → Manhã: 7h às 10h30 / Tarde: 12h30 às 16h;
- A partir de 12/02/2025 horário normal.

ENSINO FUNDAMENTAL - APENAS ANOS 1

- 04 de fevereiro de 2025 → Integração Família X Escola, período da manhã;
- 05 de fevereiro de 2025 → Integração Família X Escola, período da tarde;
- 06 e 07 de fevereiro de 2025 → Manhã: 7h às 9h30 / Tarde: 12h30 às 15h;
- 10 e 11 de fevereiro de 2025 → Manhã: 7h às 10h30 / Tarde: 12h30 às 16h;
- A partir de 12/02/2025 horário normal.

4.2.2 Transporte Escolar

- **Particular:** O condutor terá a tolerância de 15 minutos (válidos para horário de entrada e saída).
- **Empresa terceirizada / frota municipal:** o transporte escolar realizado por empresa terceirizada ou frota própria deve respeitar e priorizar o horário de entrada e saída considerando também a tolerância de 15 minutos, podendo se estender ao máximo de 20 minutos. Caso o atraso ocorra com frequência solicitamos ao gestor elaborar relatório com o registro das informações e encaminhar para a Unidade Gestora Municipal de Educação aos cuidados dos diretores de ensino.

No decorrer do ano temos intercorrências que necessitam da atuação do gestor junto ao seu grupo para o devido direcionamento, como exemplo as calamidades públicas, climáticas, acidentes entre outros. Estas situações devem ser gerenciadas no âmbito das unidades escolares considerando a segurança de todos.

O município oferece para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, que residem a mais de dois quilômetros da Unidade Escolar, o direito à gratuidade do passe escolar, desde que estejam matriculados na Modalidade de Ensino Presencial. Essa iniciativa visa garantir o acesso à educação, facilitando o deslocamento dos alunos e promovendo a inclusão educacional.

4.2.3 Doenças e medicação

- **Medicação:** os servidores/funcionários da Unidade não ministrarão medicação mesmo com receita médica, necessitando os pais ou responsáveis irem até a Unidade Escolar para medicar a criança. É necessário comunicar aos pais/responsáveis a importância de organizarem os horários de medicação de forma a não coincidir com o horário de permanência na unidade escolar. Quando não for possível, a opção é indicar um parente ou pessoa de confiança do responsável para comparecer a Unidade no horário correto para administrar o remédio;
- **Febre:** os infectologistasⁱ estabelecem os seguintes limites para caracterizar a febre:
 - Febrícula: De 37,3°C a 37,8°C;
 - Febre: Acima de 37,8°C;
 - Febre alta: Considera-se, em geral, a partir de 39°C.

Quando a temperatura da criança estiver entre 37,3°C a 37,8°C , os responsáveis deverão ser comunicados e comparecer até a Unidade para as devidas providências. Caso o responsável não se apresente na Unidade e a temperatura continuar se elevando, o gestor da escola deverá acionar o **SAMU**.

Relacionamos abaixo **os procedimentos a serem realizados até que a família busque a criança na escola:**

- Banho morno em crianças de creche;
- Compressa fria na testa, nuca, axilas e virilhas;
- Retirar excesso de roupas da criança;
- Oferecer líquidos, de preferência água;

- Arejar salas e ambientes, ventilar o espaço;
- Deixar a criança em repouso;
- Oferecer alimentos leves e em temperatura ambiente.

A febre não é uma doença, é uma reação do organismo contra alguma irregularidade. Nas infecções, ajuda o sistema de defesa a livrar-se do agente agressor. A temperatura corpórea considerada ideal varia entre 36° C e 36,7° C. Geralmente, ela é mais baixa pela manhã e mais alta no fim da tarde ou à noite. Alterações de até 1 (um) grau podem ser absolutamente aceitáveis em condições normais.

- **Doenças:** em caso de diarreia, vômito, os responsáveis devem ser notificados imediatamente;
- **Doenças infectocontagiosas:** no caso de apresentar conjuntivite, catapora, sarampo, rubéola e outros, a criança deverá ficar afastada do convívio com as outras crianças, retornando mediante a apresentação do atestado médico de liberação de retorno às atividades escolares. Este procedimento visa a prevenção e a proteção de todos contra os possíveis contágios. Salientamos que a criança doente necessita de cuidados específicos e um ambiente favorável à sua recuperação;
- **Mordidas e abocanhadas:**

A mordida não é uma agressão, nem fruto de descuido dos profissionais nas escolas. Essas ocorrências são naturais na Educação Infantil, mas não podemos esquecer que as crianças estão descobrindo e explorando o mundo por meio da boca, e que isso vai desaparecendo quando a linguagem vai sendo desenvolvida. Desta forma, podemos criar estratégias para que essa situação não se repita.

O primeiro passo é identificar em quais situações acontecem, pois pode ter muitos significados, como demonstração de carinho aprendido em casa, interesse pelos colegas, disputa por brinquedos, irritabilidade e um meio de chamar atenção:

- Tenha sempre um olhar atento;
- Inclua o tema na rotina escolar;
- Desenvolva atividades sobre o tema em momentos de leituras e brincadeiras;
- Pense sobre o espaço, tempo, quantidade e a variedade de brinquedos e objetos, atente-se aos detalhes;
- Acalmar a vítima, confortar a criança;
- Conversar com quem mordeu, fazer com que perceba a consequência da ação;
- Conversar com a turma utilizando palavras como: dói, não pode, machuca, (sem gritar);

- Use imagens que ilustram as situações de forma positiva;
- Não rotule a criança que mordeu, deixe-a interagir normalmente com o grupo;
- Educador/professor/professor auxiliar/cuidador, devem sentar-se próxima a criança que está mordendo;
- Não coloque de castigo/descanso, mantenha-se perto;
- Antecipe os eventos, ofereça brinquedos ou atividades;
- Partilhe leituras e músicas com a criança;
- Converse com as famílias dos que mordem para que fiquem sabendo do que está acontecendo;
- Orientá-los sobre o trabalho desenvolvido e trocar ideias para evitar novos episódios;
- Chamar as famílias dos que foram mordidos também, informar a situação com naturalidade, mas sempre enfatizando os cuidados e atenção;
- Evite surpresas às famílias: ligue, comunique o fato e tranquilize-a dizendo que a criança está bem.

Mapeie as situações, faça uma análise detalhadaⁱⁱ:

- Como se deu a mordida?
- Estavam brincando?
- Havia mais crianças juntas?
- Estavam ansiosos e animados por algum brinquedo ou objeto?
- Estavam irritados?
- O problema se repete? Redobre a atenção!

4.2.4 Acompanhamento da Frequência Escolar

O controle da frequência dos estudantes é obrigatório e regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Garantir o acesso e permanência dos estudantes é diretriz dos Planos Nacional e Municipal de Educação e muito nos preocupa a evasão escolar, pois incide diretamente na responsabilidade da escola e dos pais na garantia do acesso e permanência do estudante. Neste contexto, faz-se necessário e urgente o enfrentamento desta situação. Destacamos a importância de organizarmos ações e procedimentos a serem cumpridos pelas Unidades Escolares, com a finalidade de zerarmos a evasão escolar.

A Unidade Gestora Municipal de Educação desenvolveu o Programa “**Acesso e Permanência**” que constitui estratégias previstas no Plano Municipal de Educação nas

metas que versam sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Essa ação permanente conta com a atuação do Assistente Social, que, na Educação, tem como principal objetivo intervir nas questões sociais que permeiam o ambiente escolar e atrapalham a escola a cumprir seu papel pedagógico, interferindo no direito da criança e adolescente à educação de qualidade. Detalhes e orientações mais específicos podem ser encontrados neste Referencial Curricular, no capítulo 7, que tem as tratativas referente as Ações Permanentes do município.

É preciso seguir rigorosamente o calendário escolar quanto ao registro dos dias letivos e ausência dos estudantes. O fato de haver justificativa de faltas pelo pai/responsável por qualquer que seja o motivo, não isenta o professor de lançar falta para o aluno no sistema GRP/Diário online.

De acordo com as novas orientações o acompanhamento da frequência dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como, procedimentos em relação às ausências em avaliações e outros, são estabelecidas por documentos específicos:

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência).

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) § 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I-Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II- Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV- Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII- Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que



apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº13.803, de 2019)

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei.(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

4.3 Planejamento anual

Antes de iniciar as orientações sobre o planejamento anual na Rede Municipal de Ensino, é fundamental definirmos o conceito de planejamento. Segundo o dicionário Houaiss, planejamento é o “ato ou efeito de planejar, serviço de preparação de um trabalho ou tarefa, com o estabelecimento de métodos convenientes; planificação. Trata-se da determinação de um conjunto de procedimentos e ações que visam à realização de um projeto específico” (Houaiss, 2009).

Planejar representa um envolvimento essencial para programar e efetivar ações, abrangendo desde a definição de metas e objetivos até a escolha de metodologias, recursos, conteúdos e formas de avaliação. No contexto pedagógico, o planejamento se torna um instrumento indispensável, pois se refere à formação humana, cujo foco são os alunos. Portanto, planejar significa enxergar o outro, reconhecer suas potencialidades e proporcionar oportunidades para que elas se desenvolvam.

Esse olhar evidencia que o Planejamento Escolar é um ato intencional, político e técnico, orientado para estruturar as atividades educacionais de forma estratégica. Ele é intencional porque não pode ocorrer de maneira aleatória, exige conhecimento da realidade, tomadas de decisão e definição de meios para alcançar um determinado fim. É político, pois está alinhado às finalidades sociais e políticas da educação, visando à transformação da sociedade. E é técnico, uma vez que demanda a utilização de métodos e recursos eficazes para garantir bons resultados.

No entanto, muitas instituições ainda adotam planejamentos baseados em roteiros prontos e ultrapassados, que se limitam a transposições didáticas e, por vezes, improvisos na prática em sala de aula. Esse modelo desconsidera a complexidade do processo educativo e a necessidade de estratégias contextualizadas.

O planejamento educacional é um instrumento histórico e uma ferramenta essencial para a qualidade da educação. É nele que se concretiza a aplicabilidade das políticas nacionais e a organização curricular da rede municipal. Esse processo inclui a definição de prioridades e estratégias educacionais, sempre considerando o contexto e os aspectos histórico-sociais dos alunos. Sendo assim, é importante pensar em um planejamento que envolva todos os agentes do educar.

O que é planejamento?

- Clareza nas ações pedagógicas: Ter clareza sobre a seleção e condução das ações pedagógicas, evitando improvisos e receitas prontas;
- Previsão do futuro: Estabelecer caminhos que norteiem as ações da educação;
- Ações articuladas: Estabelecer ações que dialoguem com os documentos norteadores, o contexto social e as demandas educativas dos alunos;
- Acompanhamento e avaliação: Prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação, pois avaliação e ação andam lado a lado numa relação de complementação.

Elaboração do Planejamento Escolar

O processo de elaboração do planejamento escolar começa com a verificação das metas de aprendizagem que se pretende alcançar. É essencial ter um olhar atento para o trajeto formativo traçado, pensado e elaborado com intencionalidades, necessitando de novas ações para promover um avanço no processo de aprendizagem e apoiar a superação de possíveis lacunas na aquisição do conhecimento escolarizado.

Considerar o planejamento em conjunto com seus agentes significa reconhecer a educação como um ato humanizador, que vai além de meras rotinas e se volta para ações concretas e transformadoras.

Um planejamento estruturado também se baseia na gestão adequada do tempo, possibilitando que as ações aconteçam de maneira estratégica e participativa. A colaboração dos envolvidos é essencial para que o ato de planejar se torne realmente significativo.

As intervenções necessárias no campo educacional fazem parte de um planejamento abrangente, que considera, em primeiro lugar, os fatores que influenciam a prática de

educar. Isso inclui a estrutura e a organização do sistema educacional brasileiro. Assim, é importante ressaltar que a educação não é regida por fatores imutáveis, o planejamento precisa ser constantemente revisado para se adaptar a mudanças que surgem tanto de fatores internos quanto externos.

O Papel do Professor

O planejamento é um processo contínuo de construção, cujo objetivo é direcionar ações para alcançar metas definidas. Para isso, são empregadas diversas estratégias metodológicas e didáticas que permitem prever e lidar com diferentes situações que possam surgir.

O professor, como mediador, ao planejar com comprometimento, considerando tanto os alunos e suas potencialidades, como mediação dos conteúdos previstos. Um planejamento bem estruturado evidencia o papel ativo do aluno no processo de aprendizagem, pois é nele que se manifestam os objetivos traçados e se verifica a adequação das estratégias adotadas.

Integrar a dinâmica da sala de aula no planejamento significa reconhecer a potencialidade transformadora de cada indivíduo. A reciprocidade no planejamento, **com, para e junto**, estabelece um aprendizado significativo, que envolve compreender profundamente e apropriar-se do conhecimento.

O planejamento é um processo contínuo e uma construção deliberada. Quando se planeja, busca-se alcançar objetivos específicos, utilizando uma variedade de estratégias metodológicas e didáticas. É essencial “**prever**” e “**antever**”, pois o planejamento permite lidar com diferentes circunstâncias que podem surgir.

Carlos Cipriano Luckesi destaca que:

O ato de planejar, como todos os outros atos humanos, implica escolha e, por isso, está assentado numa opção axiológica. É uma "atividade-meio" que subsidia o ser humano no encaminhamento de suas ações e na obtenção de resultados desejados, orientada por um fim. O ato de planejar se assenta em opções filosófico-políticas; são elas que estabelecem os fins de uma determinada ação (Luckesi, 2010, p. 4).

O professor, ao atuar como mediador, deve incorporar em seu planejamento um compromisso com a ação que será realizada. Isso envolve não apenas considerar os alunos e suas potencialidades, mas também traçar representações das diversas possibilidades para efetivar a mediação dos conteúdos previstos.

Mais do que um instrumento interno da escola, o planejamento deve ampliar seu alcance, integrando discussões sobre o desenvolvimento do aluno em sua totalidade. Isso

envolve reconhecer sua cultura, valorizar sua visão de mundo e fortalecer os vínculos com a comunidade local, tornando a educação mais significativa e contextualizada.

Envolvimento da Comunidade Escolar

O planejamento precisa envolver a equipe gestora, professores e demais membros da comunidade escolar, organizando frentes de trabalho conforme a necessidade do Planejamento Coletivo. Para isso, é fundamental considerar:

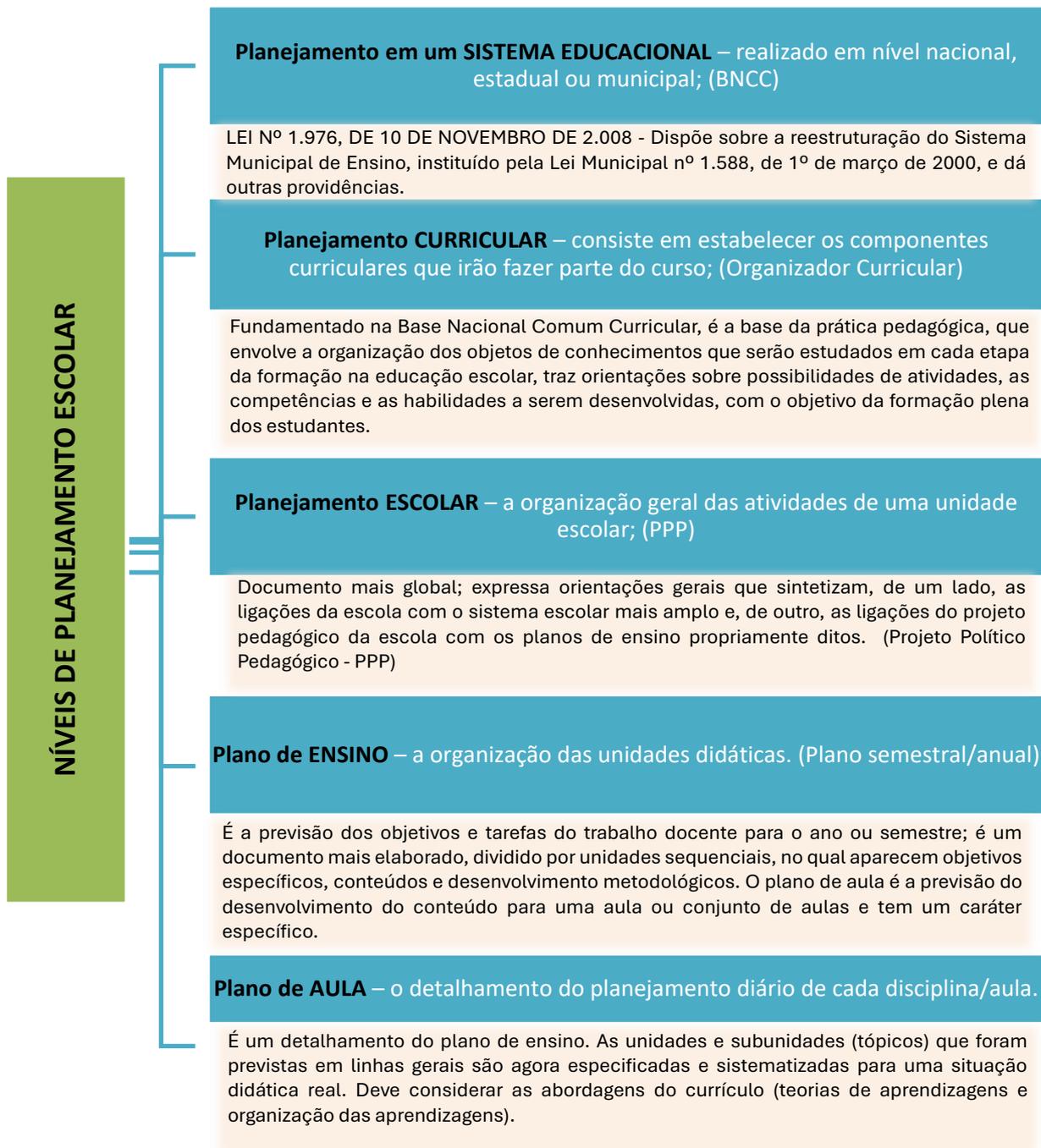
- A possibilidade de ajustes no calendário e na rotina escolar;
- Estratégias para recuperação e aprofundamento da aprendizagem, além do monitoramento da frequência dos alunos para prevenir a evasão escolar;
- O desenvolvimento de habilidades essenciais (cognitivas e socioemocionais) e o fortalecimento do diálogo entre família e escola sobre questões educacionais.

O planejamento auxilia os professores na organização do trabalho, otimizando os resultados, e permite que gestores e coordenadores acompanhem e orientem as ações de forma pontual, apoiando as decisões pedagógicas e administrativas da escola. Dessa forma, o plano de trabalho direciona o alcance das metas e objetivos estabelecidos para a prática pedagógica dos alunos.

Além disso, é essencial que haja um monitoramento contínuo dos resultados, com registros que possibilitem ajustes e redirecionamentos conforme necessário. Como destaca Libâneo (2013), a simples documentação das intenções pedagógicas não garante, por si só, a efetividade do ensino. O planejamento precisa estar sempre alinhado à prática, sendo constantemente revisado e aprimorado.

O planejamento, embora desafiador, é um espaço coletivo essencial para alinhar o fazer pedagógico em cada unidade escolar. Assim, permite que todos envolvidos reflitam sobre o papel da escola na sociedade.

Em nossa rede de ensino, optamos em fazer a adoção do esquema que segue:



4.3.1 Referência de Componentes Curriculares

Os Componentes Curriculares são fundamentais para a organização e implementação dos currículos na Educação Básica, abrangendo desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Eles estruturam e orientam o processo de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento progressivo de conhecimentos e habilidades. Na Educação Infantil, são organizados em um currículo integrado, estruturado com base nos Campos de Experiência conforme a BNCC. No Ensino Fundamental,



ampliam-se para áreas do conhecimento como Computação, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas (História e Geografia), Educação Física, Arte e demais áreas que integram o Currículo Municipal, como Filosofia, Inglês e Espanhol (disciplina complementar), preparando os alunos para desafios futuros. Já na EJA, são adaptados para atender as necessidades específicas desse público, respeitando seus ritmos e experiências de vida. Assim, esses componentes visam garantir uma educação inclusiva e de qualidade, que promova o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Educação Infantil

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão sequencialmente organizados em três grupos por faixa etária, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças:

1. **BEBÊS** (de zero a um ano e seis meses);
2. **CRIANÇAS BEM PEQUENAS** (um ano e sete meses a três anos e onze meses);
3. **CRIANÇAS PEQUENAS** (quatro anos a cinco anos e onze meses).

Desta forma, apresenta a seguinte organização:

Creche	Quantidade de Aulas Semanais
BI e BII	Período Parcial - 25 aulas Período Integral - 50 aulas
M1	
M2	Período Parcial - 25 aulas
Pré-escola	Quantidade de Aulas Semanais
Etapa I e II	25 aulas

Ensino Fundamental

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil, incluindo as normas para a carga horária das aulas no Ensino Fundamental. Definindo a carga horária mínima anual para o Ensino Fundamental de 800 horas, distribuídas em pelo menos 200 dias letivos.

Além disso, a LDB determina que a jornada escolar diária no Ensino Fundamental deve ser de, no mínimo, quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula.

A seguir, trechos relevantes da LDB:

Art. 24. A Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no respectivo regimento e nas normas do sistema de ensino, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação.

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Essas diretrizes são estabelecidas para garantir uma base mínima de tempo para o desenvolvimento das atividades escolares e a aprendizagem dos alunos. Apresentamos a organização da Referência dos Componentes Curriculares para o ano de 2025 do Ensino Fundamental:

Quadro de Referência dos Componentes Curriculares do Ensino Fundamental

Componente Curricular	Quantidade de Aulas Semanais				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Língua Portuguesa	5	5	5	5	5
Matemática	5	5	5	5	5
Ciências da Natureza	3	3	3	3	3
Geografia	3	3	2	3	3
História	3	3	3	3	3
Polivalente (subtotal)	19	19	18	19	19
Educação Física	2	2	2	2	2
Artes	2	2	2	2	2
Filosofia	1	1	1	0	0
Computação	1	1	1	1	1
Inglês	0	0	1	1	1
Áreas Específicas (subtotal)	06	06	07	06	06
TOTAL	25	25	25	25	25



Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade estratégica para garantir o acesso igualitário à educação como um bem social. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) devem ser seguidas na estrutura curricular, respeitando as características dos estudantes e pautando-se pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade. Essa abordagem integrada e fundamentada nas diretrizes legais e sociais é essencial para garantir que a EJA cumpra sua função de promover a inclusão e a cidadania no Brasil.

A matriz curricular da EJA (presencial) é composta da seguinte maneira:

ÁREAS DO CONHECIMENTO		DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL								CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
			1º TERMO		2º TERMO		3º TERMO		4º TERMO		1º TERMO	2º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	3º TERMO	4º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
			*P	*D	*P	*D	*P	*D	*P	*D						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	6	0	6	0	6	0	6	0	120	120	240	120	120	240	
	ARTE	1	0	1	0	1	0	1	0	20	20	40	20	20	40	
	INFORMÁTICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80	
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	6	0	6	0	6	0	6	0	120	120	240	120	120	240	
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80	
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	0	1	0	2	0	2	0	40	20	60	40	40	80	
	GEOGRAFIA	1	0	2	0	1	0	1	0	20	40	60	20	20	40	
TOTAL DE AULAS		20	0	20	0	20	0	20	0	400	400	800	400	400	800	

Vigência: 2025
Regime: Período semestral
Dias letivos: 100
Turno: Noturno
Carga horária semestral: 400 horas.

Início das atividades: 18h
Entrada dos alunos: 19h
Saída: 22h



A matriz curricular da EJA (semipresencial) é composta da seguinte maneira:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 2º SEGMENTO
SEMI PRESENCIAL

Vigência: 2025

Regime: Período semestral

Dias letivos: 100

Carga horária semestral: 400 h/a

Distância: 320 h/a Presencial: 80 h/a

Turno: Plantões diurno e noturno.

* Distância / Presencial.

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL				CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		9º TERMO	10º TERMO	11º TERMO	12º TERMO	9º TERMO	10º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	11º TERMO	12º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*D / P	*D / P	*D / P	*D / P						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5	100	100	200	100	100	200
	INGLÊS	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	5	5	5	5	100	100	200	100	100	200
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	3	3	3	3	60	60	120	60	60	120
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	3	3	3	3	60	60	120	60	60	120
	GEOGRAFIA	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
TOTAL DE AULAS		20	20	20	20	400	400	800	400	400	800



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 1º SEGMENTO
SEMI PRESENCIAL

Vigência: 2025

Regime: Período semestral

Dias letivos: 100

Carga horária semestral: 400 horas

Distância: 320 h/a – Presencial: 80h/a

Turno: Diurno e noturno

ÁREAS DO CONHECIMENTO*	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL				CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		1º TERMO	2º TERMO	3º TERMO	4º TERMO	1º TERMO	2º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	3º TERMO	4º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*D / P	*D / P	*D / P	*D / P						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7	7	7	140	140	280	140	140	280
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	7	7	7	7	140	140	280	140	140	280
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
	GEOGRAFIA	2	2	2	2	40	40	80	40	40	80
TOTAL DE AULAS		20	20	20	20	400	400	800	400	400	800

* Distância/ Presencial

4.4 Organizador Curricular

Para organizar o planejamento educacional nas unidades escolares, a UGME desenvolveu os Anexos do Organizador Curricular. Esses documentos abrangem todos os componentes curriculares em todas as etapas/ anos de ensino, desde a Educação Infantil

até o Ensino Fundamental. Neles, são apresentados os objetivos de aprendizagem para a Educação Infantil e as habilidades a serem trabalhadas no Ensino Fundamental, organizados por bimestre, em conformidade com as diretrizes do Organizador Curricular/2025 de cada componente.

É imprescindível consultar o Organizador Curricular/2025, que serve como referência fundamental para todas as ações pedagógicas e orientações didáticas. Este documento inclui diretrizes tanto conceituais quanto práticas, além de indicar recursos e materiais que podem apoiar a prática docente.

Nos esquemas apresentados, as aprendizagens são organizadas de acordo com o campo de conhecimento, seja por eixos ou unidades temáticas, conforme o componente curricular. Essa estrutura esclarece como precisam ser direcionados os parâmetros e as ações didáticas para a aprendizagem de cada tema de pesquisa e estudo pelos alunos. Detalhes e orientações mais específicos podem ser encontrados no Referencial Curricular de cada componente, disponível nos quadros de orientação.

É essencial que os objetos de ensino sejam desenvolvidos com foco na aprendizagem dos conceitos e processos correspondentes. Assim, considera-se a centralidade da organização de cada campo de conhecimento, por eixos ou unidades temáticas, a serem trabalhados. O conteúdo selecionado pelo professor deve ser visto como um meio para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos, dentro do contexto das habilidades e direitos de aprendizagem. Esse processo será acompanhado e avaliado de acordo com as orientações do currículo, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

4.5 Plano de Ensino anual

Trata-se de um documento que traz uma previsão das Unidades Temáticas/Eixos, Conceitos, Objetivos de Aprendizagem e Competências estabelecidos para o ano letivo, devendo ser revisto e replanejado semestralmente, seguindo a organização BIMESTRAL conforme o Organizador Curricular. A elaboração do Plano de Ensino deve ser um processo de tomada de decisões, que envolvem ações e situações do cotidiano do trabalho pedagógico.

Nele é contemplado os tipos de avaliações e períodos em que irão ocorrer durante todo o percurso da aplicação das aulas previstas. Ao elaborá-lo, evitamos o imprevisto e estabelecemos o trajeto a ser percorrido (mesmo que no percurso mudanças sejam necessárias), norteadas as tomadas de decisões e acompanhado

todo o processo através da avaliação contínua.

Os Planos de Ensino devem ser estruturados coletivamente pelos professores de cada ano/etapa e entregue a gestão escolar para a apreciação, socialização, devolutiva e acompanhamento. Visto que será a partir dele que o Professor terá base para compor seu Plano de Aula, adequando o mesmo para a realidade de sua turma bimestralmente.

Ao Planejar a organização do ensino, este deve ser visto como integrador, devendo, sempre que possível, fazer correspondência com um ou mais campos de experiências/componentes curriculares, a fim de considerar um desenvolvimento pleno e integral dos(as) alunos(as), apresentando uma concepção de Educação não fragmentada privilegiando a interdisciplinaridade.

No processo de planejamento, as frentes de trabalho e os profissionais envolvidos devem dialogar com instrumentos de organização essenciais empregados pelas Unidades Escolares, configurando-os como objetos de estudo em Horário de Trabalho Pedagógico, de preferência no coletivo, para análise das intervenções e inferências. São eles:

1. Referencial para organização do trabalho administrativo–pedagógico das Unidades Escolares – Vol 01;
2. Organizador Curricular das áreas de conhecimento com seus componentes curriculares;
3. Anexo do organizador curricular;
4. Disponibilidade do organizador curricular de todas as etapas/anos para consultas. (progressões das aprendizagens-competências e habilidades – expectativas de aprendizagem etc.)
5. Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
6. Calendário Escolar;
7. Regimento Escolar;
8. Avaliação/Portfólios (Acompanhamento de participação/desempenho dos alunos e seus respectivos registros);
9. Síntese e análise do acompanhamento de desempenho nas avaliações internase externas dos alunos na Unidade Escolar.
10. Projetos Escolares e em parceria com a UGME;
11. Diário de Classe (Acompanhamento de frequência e Registro - GRP);
12. Ações Educativas: Educação Infantil – Creches / Programa Primeiríssima

Infância - (Organizador Curricular Volume 2);

13. Dados de Atendimento do COE – Centro de Orientação Educacional e do AEE – Atendimento Educacional Especializado na Unidade Escolar.

Após Planejamento ANUAL a equipe gestora deverá apresentar uma **Síntese da Reunião de PLANEJAMENTO ANUAL** e encaminhar para o e-mail da coordenação pedagógica (coordenacaovarzeapaulista2013@gmail.com) no **prazo de dez dias da sua realização**. O registro deste momento deverá conter:

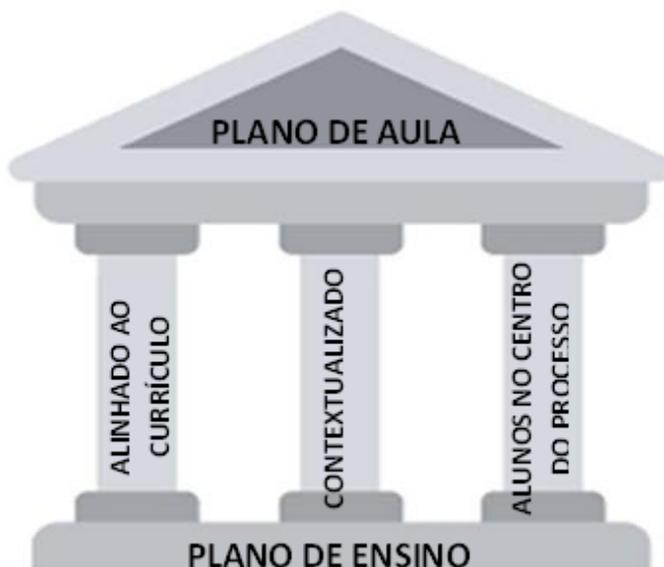
- Identificação da Unidade Escolar;
- Data em que ocorreu;
- Número de participantes;
- Nome das mediadoras;
- Especificar quem participou (prof. polivalentes, prof. específicos, equipe de apoio, demais profissionais, etc.);
- Número de alunos;
- Pauta apresentada;
- Contextualização do planejamento;
- Análise da diretora e coordenadora pedagógica diante dos apontamentos e tratativas das professoras;
- Reflexão sobre o período de adaptação;
- Identificação de desafios e oportunidades;
- Planejamento: atividades e projetos propostos;
- Cronograma e organização das ações da Unidade Escolar;
- Ações de suporte e acompanhamento às crianças de inclusão;
- Dados referente a atendimentos realizados pelo COE, pelo AEE e outros serviços de suporte/acompanhamento do aluno;
- Descrição de como é o contato e a parceria entre família e escola;
- Reflexões sobre o processo de planejamento.

4.6 Plano de Aula

Fundamentado no Plano de Ensino (organizado bimestralmente – conforme ANEXO DO ORGANIZADOR CURRICULAR) o professor terá base para a organização da sua aula, ou seja, do seu Plano de Aula, elaborando a sistematização das situações didáticas, descrevendo passos a serem desenvolvidos, intenções pedagógicas, ações dos alunos e possíveis intervenções mediadas, fazendo uma projeção para aprendizagens futuras observando o desempenho no presente. Nele, o professor deverá estipular tempo necessário para trabalhar o que foi planejado, quais recursos metodológicos serão utilizados diante de determinados objetivos, tendo clareza de suas possibilidades e limitações e da organização bimestral no desenvolvimento das aprendizagens.

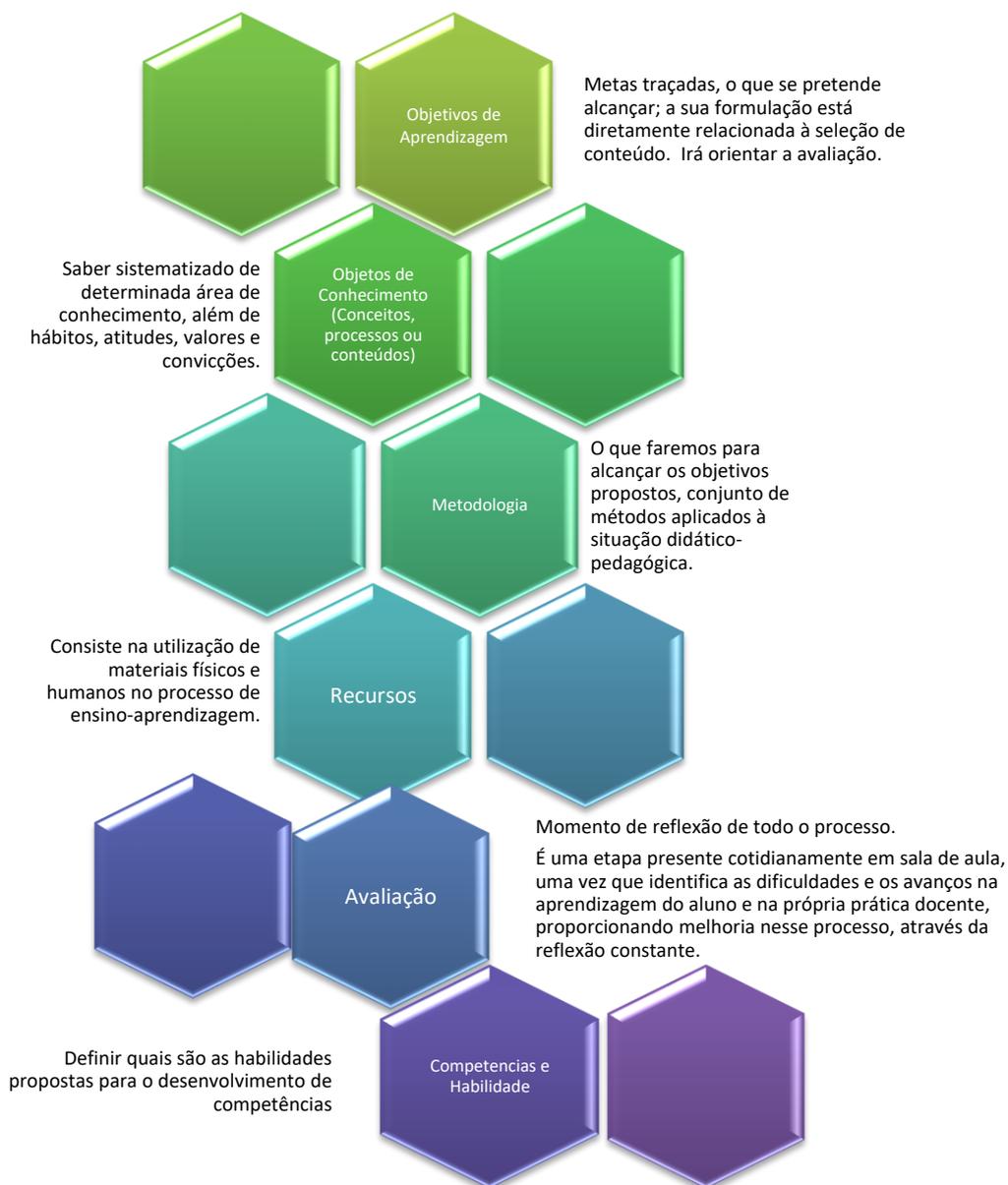
É preciso garantir que o Plano de aula seja sempre um desdobramento do planejamento anual que já foi alinhado ao Organizador Curricular e às necessidades da

Unidade Escolar (PPP) no coletivo da escola e/ou equipe. O Plano de aula deve considerar três pilares, fundamentado no plano de ensino Anual (dialogado com e no coletivo), estando:



Portanto, norteará as ações do professor para a efetiva abordagem dos assuntos que precisam ser tratados em cada etapa de aprendizagem (Progressão das Aprendizagens), consolidados em Competências e Habilidades (no Ensino Fundamental) e Objetivos de Aprendizagem (para a Educação Infantil), estimulando a criatividade, a inovação, a flexibilidade e o uso de novas tecnologias.

Neste contexto, o **PLANO DE AULA** deve ser constituído por registros que norteiem as ações pedagógicas do professor em sala de aula e esclareçam aos possíveis leitores (diretores, coordenadores, pais e responsáveis) quais serão as ações para direcionamento das aprendizagens dos alunos:



4.7 Rotina

Rotina é o conjunto de atividades que visam à organização do tempo que o aluno permanece na escola, apoiando-se na reprodução diária de momentos ali vividos e nos sinais que remetem às atividades do cotidiano escolar.

A rotina escolar proporciona aos alunos, principalmente nos anos iniciais, o primeiro contato com tarefas ofertadas em um determinado período de tempo, ou seja, o contato com outros horários sociais: o da escola.

Ao organizar a rotina, o docente deverá considerar não somente o tempo (relógio) previsto para cada tarefa, mas também um equilíbrio entre as atividades escolares e os períodos de pausa para descanso, respeitando as necessidades biológicas, psicológicas e sociais dos alunos.

Desta maneira haverá um equilíbrio nas ações e o desenvolvimento de habilidades importantes que visam a autonomia e o gerenciamento do tempo, apresentando uma ordem de prioridades e proporcionando aos alunos uma melhor adaptação.

Através de uma rotina bem estruturada, o professor organiza não somente a sequência de tarefas/atividades diárias, mas também desenvolve de forma pontual seu Plano de Aula, facilitando o acompanhamento das propostas e possibilitando o registro diário e avaliação contínua. É importante ressaltar que a rotina deve ser compartilhada diariamente com os alunos e qualquer alteração necessária ou readequação deverá ser apresentada ao grupo.

Ter uma rotina pré estabelecida caminha junto a um planejamento antecipado. Essa organização facilita a gestão da escola, pois estabelece um cotidiano estável e bem estruturado, possibilitando o acompanhamento do uso de materiais e espaços coletivos.

Em síntese, dar as crianças uma rotina escolar estruturada é fator relevante para transmitir segurança e aconchego, principalmente aos mais pequenos. Para estes, perceber que depois da roda de conversa vão brincar no parque, depois voltar e lavar as mãos, almoçar e escovar os dentes, realizar outras atividades no decorrer do dia, na rotina já socializada, finalizando com o responsável indo buscá-lo, transmite mais segurança sobre aquele espaço e naquelas relações. Aos maiores, imprime, além da segurança, o senso de responsabilidade e identidade dentro do espaço escolar, legitimando-o como espaço de crescer e conviver, de aprender e se formar. Portanto, a rotina escolar precisa respeitar o tempo e o espaço para cada faixa etária, bem como proporcionar à criança segurança e cuidados. São nestes momentos rotineiros que a criança avança e interage em seus conhecimentos do/no e sobre o mundo e das/nas e sobre as relações pessoais.

Na rotina na Educação Infantil,

“intervenções de alta qualidade na primeira infância têm efeitos duradouros sobre a aprendizagem e a motivação”. (James J. Heckman)

Sendo o trabalho do professor refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar as práticas e interações que vão promover o aprendizado e desenvolvimento das crianças, ao pensarem na organização dos tempos e espaços das creches e pré-escolas é fundamental que:

- Planejem atividades com significado, nas quais as crianças possam experimentar possibilidades e ser protagonistas da ação educativa;
- Aproveitem os momentos de cuidado (banho, troca de fralda, alimentação) para interagir com as crianças e possibilitar a elas participação, expressão e

conhecimento de si mesmas.

A intencionalidade educativa deve estar presente em todos os momentos da jornada na educação infantil. A definição de intencionalidade na BNCC é: “organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas”.

Momentos que compõem a organização do cotidiano escolar:

- Acolhimento e despedida;
- Rotinas de cuidados;
- Atividades de livre escolha;
- Experiências propostas pelos professores;
- Momentos de grande grupo;
- Momentos de pequeno grupo;
- Momentos de área externa;
- Momentos de conversa;
- Hora da história;
- Festividades e encontros com as famílias.

Como planejar a rotina de aula?

A partir da organização e desdobramentos dos Projetos e Sequências Didáticas, atividades permanentes, atividades independentes, e demais elementos que constam no Plano de Trabalho Anual, que devem abranger:

- Competências gerais;
- Direitos de aprendizagem;
- Campos de experiências;
- Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento;
- Metodologias / estratégias;
- Avaliação.

IMPORTANTE: Sugestões e exemplos para organização da rotina diária / semanal constam no Organizador Curricular para a Ed. Infantil - VOLUME 2.

4.8 Replanejamento Escolar

O replanejamento escolar é um processo fundamental que tem como objetivo garantir a melhoria contínua da qualidade educacional. Ele permite que a escola analise e reveja suas práticas, identificando adequações e estratégias didáticas que atendam às necessidades dos alunos e as demandas educacionais. Sendo assim, é importante considerar alguns **pontos relevantes ao ensino aprendizagem** em relação ao acompanhamento pedagógico realizado pelas Unidades Escolares no 1º semestre do ano letivo.

a) Acompanhamento de Aprendizagem Contínuo: O replanejamento oferece a oportunidade de identificar, analisar e direcionar ações pedagógicas que tragam resultados positivos, considerando o desenvolvimento global dos alunos, identificando as habilidades consolidadas e as que ainda estão em desenvolvimento ou dificuldades que requerem adequações ou adaptações nas estratégias de ensino.

Desta forma, compete a Unidade Escolar desenvolver práticas e inovações pedagógicas que incluam novas tecnologias e metodologias que permitam e promovam um ambiente de aprendizagem dinâmico e eficaz.

b) Desenvolvimento Integral dos Alunos: Avaliar não somente o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional, social e físico dos alunos, de modo a formar cidadãos mais completos e preparados para os desafios da vida (relações, engajamento e autonomia). Sendo assim, a avaliação da aprendizagem deve ser contínua, formativa e focada no desenvolvimento integral dos alunos.

c) Adequação/Adaptação às Necessidades dos Alunos: Ajustar práticas no desenvolvimento do currículo de forma a melhor atender ao perfil e às dificuldades específicas identificadas no desempenho dos alunos/turmas, promovendo uma aprendizagem mais inclusiva e equitativa.

d) Avaliação e Registro: Baseado nos dados apresentados, avaliações internas e externas, compete a Unidade Escolar identificar as lacunas e/ou dificuldades trazidas pelos alunos de maneira a implementar melhorias contínuas, corrigindo o percurso do ensino aprendizagem e potencializando boas práticas através de estratégias e recursos que contemplem o avanço na aprendizagem.

e) Engajamento da Comunidade Escolar: A parceria entre a família e a escola é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem holístico, onde a criança se sente apoiada e valorizada, tanto emocional quanto academicamente.

Documentos para replanejamento

Com o objetivo de reunir *recursos, instrumentos e estratégias* utilizados para atender nas análises e reflexões, engajando ações (re)planejadas para o segundo semestre. Considerar:

a) Educação Infantil

Na Educação Infantil a prioridade são os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, sendo a estrutura do trabalho pedagógico voltado as interações e as brincadeiras. Desta forma, considerar:

- registros diários;
- registros de **SINAPES** (sobre o desenvolvimento global do aluno, as aprendizagens/desempenho realizadas diante das observações e ações dos docentes);
- Análise dos objetivos e metas que foram alcançados e observados no desenvolvimento e aprendizagem da criança;
- Observações e registros diários sobre o desenvolvimento dos estudantes, diante de propostas estabelecidas/desenvolvidas: projetos, sequências didáticas e atividades permanentes.

b) Ensino Fundamental

O acompanhamento da aprendizagem no Ensino Fundamental visa uma abordagem diversificada e inclusiva, centrada no desenvolvimento integral do aluno, de forma a garantir, acompanhar o desenvolvimento dos alunos, identificando dificuldades e orientando práticas pedagógicas, promovendo uma aprendizagem significativa.

Instrumentos a serem contemplados no replanejamento:

- registros diários;
- registros de SINAPES (sobre o desenvolvimento global do aluno, as aprendizagens/desempenho realizadas diante das observações e ações dos docentes);
- Desempenho nas avaliações internas e externas (Fluência Leitora – CAED e Plataforma Criança Alfabetizada - MEC, específico no Ensino Fundamental);
- Planilha nível de escrita dos alunos (Anos 1 ao 5);
- Plano de ação (1º semestre).

Desenvolvimento das etapas do replanejamento

Levantar registros e informações de acompanhamento (instrumentos de avaliação), elaborados no primeiro semestre para apoiar encaminhamentos pedagógicos:

- desenvolvimento do Currículo. Considerar a organização elaborada nos Anexos do Organizador;
- desempenho e desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos em todas as áreas de conhecimento (incluir dados das Avaliações internas e externas);
- desempenho dos alunos em todas as áreas de conhecimento. (Incluindo as disciplinas específicas, projetos das disciplinas específicas e jogos escolares);

Planejar as etapas previstas para encaminhar análise, reflexões e ações dos professores, atendendo aos **PONTOS RELEVANTES DO ENSINO APRENDIZAGEM**:

- desenvolvimento de práticas/estratégias diferenciadas;
- garantia de acompanhamento e desenvolvimento do Currículo Municipal;
- acompanhar os resultados/ações/correções de fluxo apresentados nas avaliações;
- implementação/desenvolvimento de inovação considerando as tecnologias digitais entre outros recursos;
- envolvimento da comunidade nos processos formativos dos estudantes;
- acompanhamento e apoio ao desenvolvimento integral dos alunos.

Elaboração do Plano de Ação: registrando e documentando o planejamento de ações que identifiquem as necessidades dos estudantes e potencializem os seus saberes, considerando os seguintes elementos:

- público alvo;
- responsáveis pela elaboração e acompanhamento;
- habilidades a serem contempladas;
- metas a serem atingidas;
- prazos;
- estratégia para atingir as metas e o desenvolver das atividades;
- recursos;
- avaliação;
- acompanhamento.

- **Elaborar estratégias que atendam as demandas solicitadas diante do Plano de aula e organização de rotina:** reorganizar processos de ensino e aprendizagem (encaminhamentos em projetos e desenvolvimento de situações de aprendizagem), após observações, reflexões e (re)direcionamentos, organizando ações que orientem encaminhamentos sobre práticas pedagógicas cotidianas para reduzir as desigualdades e promover o respeito a diversidade nas relações escolares, contemplando a cultura digital e o uso dos recursos de tecnologia digital disponíveis na Unidade Escolar (TV/tablets/lousa digital/entre outros).
- **Estabelecer as formas de acompanhamento e registros:** sobre as aprendizagens e desenvolvimento dos estudantes para o segundo semestre, bem como as formas de socialização destas informações pela equipe e comunidade escolar.
- **Organizar as formas de contato com aluno/famílias:** para acompanhar e participar dos processos educativos, movimentos e práticas escolares para apoiar o desenvolvimento dos alunos;
- **Organizar a avaliação e alinhamento as ações pedagógicas ao PPP:** Levantar com o coletivo o resultado dos esforços pedagógicos da equipe escolar, na organização de (re)composição de aprendizagens, através dos resultados obtidos na **análise e reflexão** pedagógica sobre o desempenho dos alunos: dialogar sobre os encaminhamentos de projetos / novos caminhos / ações inovadoras que foram (ou precisam ser elaboradas ou retomadas) elaborados para avançar no processo de alcance das metas, considerando o (re)estabelecido no P.P.P. da Unidade.

Após replanejamento, a equipe gestora deverá apresentar uma **Síntese da Reunião de REPLANEJAMENTO**. Cada Unidade deve incluir, ainda, as especificidades que lhes são características e as informações que porventura não tenham sido citadas aqui. Após a elaboração da **Síntese de REPLANEJAMENTO**, encaminhar para o e-mail da coordenação pedagógica (coordenacaovarzeapaulista2013@gmail.com) no **prazo de dez dias da sua realização**. O registro deste momento deverá conter:

- Identificação da Unidade Escolar;
- Data em que ocorreu;
- Número de participantes;
- Nome das mediadoras;
- Especificar quem participou (prof. polivalentes, prof. específicos, equipe de apoio, demais profissionais, etc.);

- Número de alunos;
- Pauta apresentada;
- Solicitação de materiais de estudo e apoio as professoras;
- Contextualização do replanejamento;
- Análise da diretora e coordenadora pedagógica diante dos apontamentos e devolutivas das professoras;
- Reflexão sobre as observações do desenvolvimento das crianças;
- Avaliação das práticas pedagógicas atuais;
- Identificação de desafios e oportunidades;
- Registro do desenvolvimento das crianças (Portfólios) – não citar os nomes dos alunos por se tratar de documento externo à Unidade Escolar (pode-se usar as iniciais);
- Replanejamento das práticas pedagógicas não alcançadas;
- Estratégias e metodologias a serem adotadas;
- Ações de suporte e acompanhamento às crianças de inclusão;
- Dados referente a atendimentos realizados pelo COE, pelo AEE e outros serviços de suporte/acompanhamento do aluno;
- Descrição de como é o contato e a parceria entre família e escola;
- Reflexões sobre o processo de replanejamento;
- Documentação de registros e acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

4.9 Síntese do Acompanhamento Pedagógico - SINAPE

As reuniões de SINAPE são momentos que propiciam reflexões, análise sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos(as) alunos(as) ao longo do ano letivo, oferecendo subsídios para o (re) planejamento de ações, a fim de sanar as dificuldades apresentadas pelas crianças e, por conseguinte, pela equipe escolar. É o tempo oportuno para dialogar sobre o alunado, revisar e visitar metas, objetivos educacionais, expectativas de aprendizagem para as diferentes linguagens levantando hipóteses para situações individuais e/ou coletivas.

A SINAPE, enquanto processo referencial, interativo e formativo, deve fornecer informações precisas que se traduzam em ações conjuntas para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento das potencialidades do(a) aluno(a). Tem como objetivo:

analisar o processo de ensino-aprendizagem, levantando hipóteses sobre a situação individual e coletiva do desempenho dos(as) alunos(as). Deve ser vista como um meio, uma ferramenta, um indicador de dificuldades e avanços dos(as) alunos(as), e da própria ação docente, bem como instrumento para avaliar a eficácia e eficiência do P.P.P. (Projeto Político Pedagógico).

Neste processo é de fundamental a elaboração de Planos de Ação no intuito de

sanar os déficits de aprendizagem apresentados na SINAPE, por meio dos resultados das avaliações internas e externas e pelo professor em sua análise, registro e observação diária.

O QUE DEVE TER EM UM PLANO DE AÇÃO:

- **Público Alvo** – para quem este Plano de Ação será destinado
- **Metas** - devem apresentar um detalhamento quantitativo claro do que se pretende alcançar, permitindo a mensuração dos resultados. EXEMPLO: Elevar os níveis de aprendizagem dos alunos em matemática e língua portuguesa em 20%...
- **Objetivos** - onde se quer chegar, o que se deseja conquistar? Seja claro e direto. EXEMPLO: Intervir de forma assertiva e significativa na recomposição da aprendizagem dos alunos...
- **Justificativas** - levantamento da problematização que justificará as ações contempladas no Plano de Ação, contemplando as observações realizadas nas aulas. Porque será feito? Quais foram as necessidades levantadas que justifica o Plano de Ação. EXEMPLO: Devido o distanciamento entre as aprendizagens esperadas e reais, observamos o impacto destes causados no desenvolvimento da apropriação das habilidades e competência de nossos alunos, sendo evidenciado pelos resultados das avaliações internas (Prova Brasil, SARESP).
- **Metodologia** - direcionar como serão desenvolvidas as ações estabelecidas no Plano de Ação. As metodologias utilizadas serão fundamentais para o andamento e o cumprimento dos Objetivos e Metas estabelecidos.
- **Planejamento de Ações Coletivas** - destacar ações que serão planejadas coletivamente e definir a função desempenhada por cada membro participante do programa. Exemplo:
 - Socialização e análise junto aos professores, dos resultados obtidos nas Avaliações...
 - A elaboração das Sequências Didáticas com utilização dos materiais...

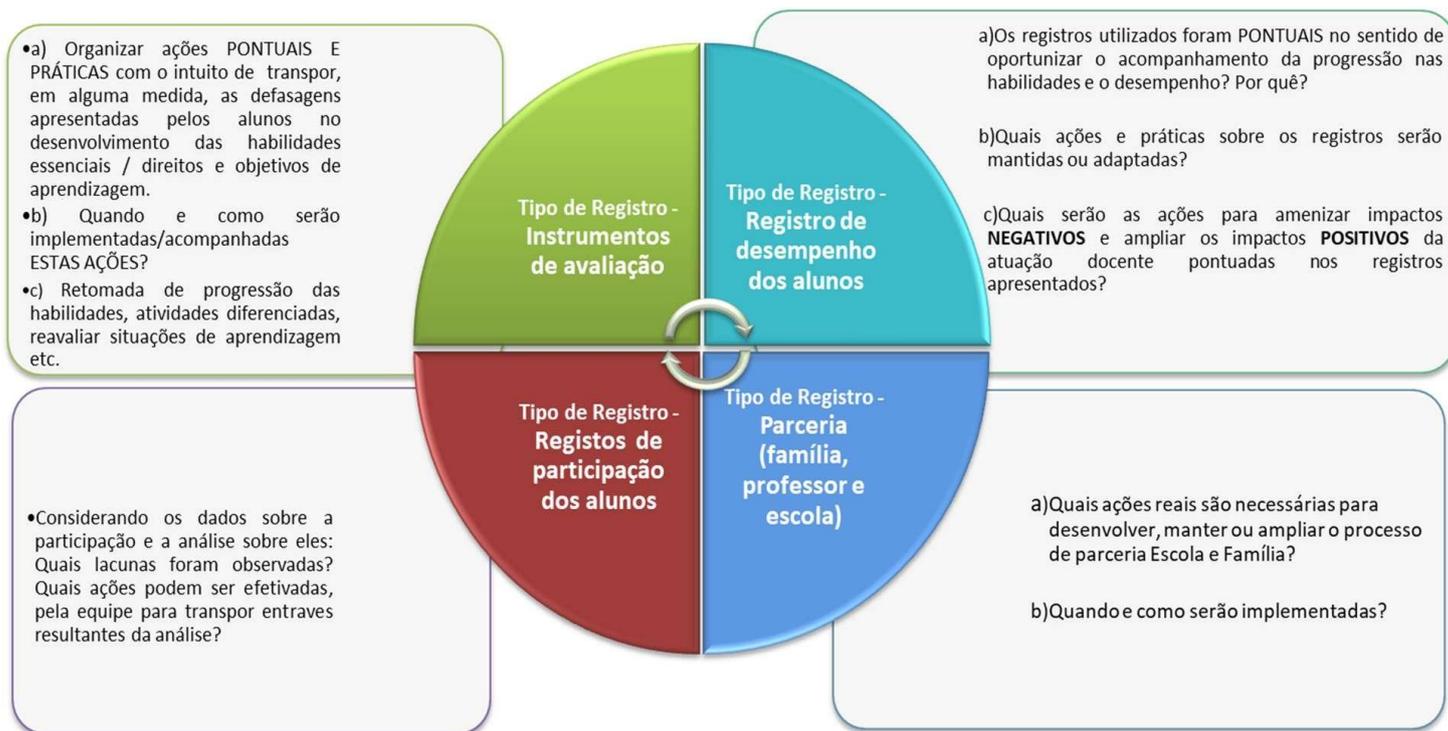
Como já mencionado, a observação, o registro, a análise e a reflexão são instrumentos que subsidiam o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno, em seus diferentes aspectos; permitem ao professor, elencar as possíveis interações que se fazem necessárias para o avanço significativo e progressivo da criança,

bem como, identificar as prioridades nas propostas de trabalho.

A participação de todos os docentes é fundamental, considerando a importância dessa reunião para o aluno e para a Unidade Escolar.

Aspectos principais a serem abordados na reunião de SINAPE.

O quadro a seguir sintetiza os ENVOLVIDOS no cenário educacional, considerando a comunidade escolar, e os TIPOS DE REGISTRO que conectam e problematizam as situações e processos, essenciais para a reunião de SINAPE.



Os tópicos abaixo relacionados dizem respeito aos alunos e à toda comunidade escolar, devendo ser **privilegiados nas discussões, em todas as SINAPE's**:

- Frequência dos alunos** e seus desdobramentos;
- Plano de ação** para os alunos com dificuldades e/ou com necessidades especiais, e/ou que estejam “além do nível de aprendizagem” da maioria dos alunos;
- Inclusão** – diálogo / parceria com os respectivos profissionais; análise dos PDI's (Plano de Desenvolvimento Individual);
- A relação **família X escola**.

Documento elaborado por Professores Polivalentes - (Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA)

Os registros e relatórios elaborados pelos professores sempre se constituíram em ferramenta de fundamental importância nos diálogos de SINAPE.

A prática do registro permite que o professor organize seus pensamentos, ideias e indagações sobre seus Planos de Aula, pois por meio dele é capaz de refletir e repensar suas práticas, pontuando as adequações que se fizerem necessárias.

Os relatórios para a SINAPE devem privilegiar:

- Os avanços do aluno no tocante ao desenvolvimento das habilidades/conhecimentos, na interação com os seus pares, com os professores e demais atores do cenário escolar.
- As intervenções feitas em todos os âmbitos.
- Etapas do Plano de ação considerando o que é necessário aperfeiçoar.
- Valorização do desenvolvimento sócio afetivo (participação / comportamento do aluno frente ao retorno).
- O resultado apresentado no Acompanhamento das Situações de Aprendizagem (Avaliação).

A SINAPE também oportuniza observar / refletir sobre a **postura do(a) professor(a) frente ao processo ensino-aprendizagem:**

- A coerência entre a prática pedagógica e a proposta da Unidade Escolar;
- A coerência entre os critérios de avaliação adotados pelos(as) diferentes professores(as), frente ao Currículo Municipal;
- As intervenções realizadas enquanto reforço, atividades diversificadas e recuperação contínua ou paralela;

Esse processo de análise permite que a equipe escolar se auto avalie, elaborando propostas alternativas e priorizando ações, para que todos os alunos tenham garantido o direito à Educação de qualidade e o cumprimento das metas previstas no P.P.P., bem como no Currículo.

Na análise das situações apresentadas, é importante **priorizar os seguintes aspectos:**

- Quais foram os avanços da criança? (Pontuar e registrar o que o(a) aluno(a) sabe/aprendeu nas diferentes linguagens);
- Quais as dificuldades? Quais as intervenções realizadas pelo(a) professor(a) para saná-las? (Comprovar através de registros, fotos, gravações e materiais do aluno);
- Análise criteriosa do Portfólio dos alunos(as);
- Registro de participação nas aulas de reforço, quando necessário;

- Quais as ações a serem organizadas pela equipe escolar, a fim que o(a) aluno(a) possa avançar de forma a atingir os objetivos de aprendizagem/habilidades propostas para cada ano/etapa, nas diferentes linguagens, dentro do período letivo em questão? (Registrar e dar ciência a todos os envolvidos; esse registro deve ser retomado na SINAPE posterior, a fim de avaliar o êxito alcançado (ou não).

Documento elaborado por Professores Específicos- Relatórios de turmas

Dentro das orientações para a elaboração dos relatórios mencionados, os professores das disciplinas pertencentes às Áreas Específicas (Línguas Estrangeiras – Espanhol e Inglês, Filosofia, Educação Física, Arte e Informática) deverão registrar e acompanhar o desenvolvimento dos alunos ao longo das atividades de ensino. Esses registros incluirão observações sobre o desempenho dos estudantes em seu processo de aprendizagem, por turma, e serão realizados sempre que solicitados ou quando houver avanços significativos.

Além disso, caso tais registros estejam relacionados ao acompanhamento feito na Síntese de Acompanhamento Pedagógico (SINAPE), eles deverão ser disponibilizados para compor a documentação pedagógica do aluno (Portfólio), conforme solicitação do Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar.

Documento elaborado por Gestores - Síntese da SINAPE

Uma síntese é diferente de uma pauta, de igual modo objetiva, porém é necessário que seja esclarecedora, busque evidenciar informações que tenham como foco o aluno/turma, discorrendo sobre como se deu o processo. Considerar para a elaboração da Síntese:

- Identificação da Unidade Escolar;
- Data em que ocorreu;
- Número de participantes;
- Nome das mediadoras;
- Especificar quem participou (prof. polivalentes, prof. específicos, equipe de apoio, demais profissionais, etc.);
- Número de alunos;
- Pauta apresentada;
- Solicitação de materiais de estudo e apoio as professoras;
- Análise da diretora e coordenadora pedagógica diante dos apontamentos e devolutivas das professoras;
- Identificação de desafios e oportunidades;
- Reflexão sobre as observações do desenvolvimento das crianças;



- Registro do desenvolvimento das crianças (Portfólios) – não citar os nomes dos alunos por se tratar de documento externo à Unidade Escolar (pode-se usar as iniciais);
- Ações de suporte e acompanhamento às crianças de inclusão;
- Plano de ação;
- Família – descrição de como é o contato e parceria;
- Reflexões sobre o processo de SINAPE;
- Documentação de registros e acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

Após a elaboração da **Síntese de SINAPE**, encaminhar para o e-mail da coordenação pedagógica (coordenacaovarzeapaulista2013@gmail.com) no **prazo de dez dias da sua realização.**

5. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM

Ao se pensar em um currículo fundamentado em objetivos de desenvolvimento, competências e habilidades, dentro de uma perspectiva contínua e progressiva, a avaliação deve ser concebida como meio de acompanhar, orientar e reorientar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

O processo de avaliação deve considerar, como instrumento, as diversas maneiras de registros, observando no desenvolvimento da aprendizagem, princípios que contribuam para a Educação Integral dos estudantes.

A avaliação integra o Currículo e constitui um espaço crítico-reflexivo da prática docente, possibilitando maior coerência nas aprendizagens, aliando-as aos princípios educacionais de desenvolvimento pleno, partindo do percurso realizado pelo estudante entre o que se almeja e o que se concretiza. Essa perspectiva contrapõe-se à cultura de avaliação como medida e verificação, tornando-se um processo humanizador, que se compromete, de modo ético, na formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Da mesma forma as ações pedagógicas, no sentido da recomposição das aprendizagens e de aprofundamento dos estudos, devem ser considerados como momentos de ampliar e diversificar o tratamento das habilidades e a abordagem de conteúdos previstos.

Para concretizar essa dimensão do Currículo, é necessária a utilização de vários tipos de instrumentos de avaliação, de forma que as habilidades previstas no Currículo tornam-se indicadores no processo avaliativo de onde se quer chegar, sendo importante para a gestão pedagógica em sala de aula, como também para a gestão escolar e na elaboração de políticas públicas, concretizando o monitoramento e o acompanhamento do princípio de assegurar aprendizagens essenciais a todos os estudantes.

Para o professor, a avaliação deve ser utilizada como um fundamento que permeia o processo do ensino-aprendizagem, trazendo subsídios para rever seu plano pedagógico, reorientando a partir do contexto do (a) aluno (a), com tempo de assegurar os direitos de aprendizagem no período escolar no qual se encontra, assumindo um cunho qualitativo, voltado à compreender os resultados expressos a curto e longo prazo, explícitos e ocultos, garantindo a progressão das proficiências nas habilidades e a progressão das habilidades ao longo dos anos.

Assim, a avaliação não é algo externo ou separado do processo ensino-aprendizagem ou um procedimento isolado, mas um conjunto de fases que se condicionam mutuamente e formam um sistema. O principal papel da avaliação é fornecer informações sobre o processo pedagógico, permitindo aos docentes realizarem intervenções e ajustes necessários, que garantam a aprendizagem de todos os alunos.

Dito isto, salientamos que a avaliação do desempenho do aluno seja contínua, como parte importante das intervenções pedagógicas, acompanhando o processo de desenvolvimento das aprendizagens sempre que necessário. É com este processo que será possível saber se os alunos

alcançaram de fato as habilidades esperadas, no sentido de desenvolver as competências estabelecidas para o componente curricular, em cada área de conhecimento.

Trata-se de uma Avaliação Emancipatória, num processo contínuo, participativo, diagnóstico e investigativo, onde o currículo se apresenta de maneira provisória e singular, observados os processos de progressão das habilidades, na medida em que contribui com o tempo adequado de aprendizagem para cada um e para o todo.

A finalidade da Avaliação Emancipatória é diagnosticar avanços e obstáculos, para que assim haja ação, intervenção, problematização e redefinição dos rumos a serem percorridos. Trata-se de um conjunto de fases que se condicionam e formam um sistema avaliativo, fornecendo informações sobre o processo pedagógico, permitindo intervenções e ajustes que garantam a aprendizagem dos alunos, usando todas as informações coletadas para reorientar e adequar o seu trabalho pedagógico.

A avaliação da aprendizagem ocorre antes, durante e depois das atividades de ensino. Para cada caso, ela receberá, respectivamente, o nome de diagnóstica, formativa ou somativa, de acordo com o uso que será feito de seus resultados relativos ao desempenho dos estudantes. No entanto, esses diferentes tipos de avaliação têm um objetivo em comum: verificar se os alunos adquiriram os aprendizados e a capacidade de mobilizá-los para enfrentar os problemas que enfrentarão ao longo de suas vidas. (GUIA DE AÇÃO AVALIATIVA/2021, p.10)

Considerando a importância do caráter contínuo do processo avaliativo para a formação do aluno, traremos a seguir um diálogo sobre alguns instrumentos que aplicados durante os processos didáticos, apoiam a captação de dados sobre a aprendizagem pelo professor para análise, interpretações e elaboração de planos de ação.

5.1 Observação, registro e reflexão no cotidiano do professor e do seu fazer pedagógico

Todos os momentos da rotina escolar são propícios para observação, variando entre observações espontâneas e planejadas, portanto, Observar é diferente de olhar.

*“observar uma situação pedagógica não é vigiá-la, mas sim fazer vigília por ela, isto é, estar e permanecer acordado por ela ... na cumplicidade pedagógica”
(Madalena Freire, 2008).*

A observação intencional deve ser planejada com a finalidade de direcionar o olhar para questões ou tópicos elencados anteriormente. Por exemplo, durante uma atividade de agrupamento produtivo podemos observar a interação entre os alunos e planejar intervenções significativas para que possam compartilhar saberes.

Durante este processo será possível ter feedback de questões observadas e que poderão ser retomadas ou aprofundadas no planejamento de futuros Planos de Aula.

O ato de escrever constitui ao professor um instrumento de grande valia, pois segundo Madalena Freire, ao registrar colocamos em jogo nossa capacidade reflexiva,

permitindo refletir, organizar, rever, comunicar, documentar, entre outros.

Os professores **precisam** elaborar registros contínuos, sistematizando informações sobre o trabalho pedagógico, as aprendizagens e o processo de desenvolvimento, que são os balizadores do processo de avaliação, devendo ser uma prática presente durante todo o processo de ensino, auxiliando na construção de uma documentação pedagógica em que sua análise contribui para o avanço da aprendizagem. Esses registros expressam observações, sentimentos e ideias, obrigando a levantar hipóteses e elaborar respostas na organização da teoria/prática.

Durante esse processo o docente necessita relacionar teoria e prática, tão necessárias na construção da competência do “olhar”, possibilitando os apontamentos detalhados do processo de aprendizagem pelos alunos, sendo a base para uma reflexão entre o seu fazer pedagógico e seu pensar teórico.

Haja vista que, o questionamento e a escuta autênticas dos alunos permitem aos professores construir uma linha de progressão da turma e de cada aluno ao longo do período letivo. (GUIA DE AÇÃO AVALIATIVA, 2021, p.60)

Os professores dos Componentes Curriculares de Áreas Específicas (Línguas Estrangeiras - Espanhol e Inglês, Filosofia, Educação Física, Arte e Informática) irão produzir seus registros e observações de acompanhamento dos alunos, durante as atividades de ensino, fazendo seus apontamentos quanto ao desempenho no processo de desenvolvimento e aprendizagem por turma e quando estes forem solicitados e/ou indicarem o avanço significativo de alunos, acompanhados na Síntese de Acompanhamento Pedagógico (SINAPE) de forma pontual e específica, os registros deverão estar disponíveis para compor a documentação de acompanhamento pedagógico do aluno (Portfólio), a pedido do Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar.

Sendo assim PLANEJAMENTO, OBSERVAÇÃO, REGISTRO E AVALIAÇÃO se constituem como ferramentas metodológicas que estão diretamente ligadas ao Portfólio.

5.2 Acompanhamento da aprendizagem na Educação Infantil

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na seção II, referente à Educação Infantil, o artigo 31 preconiza que: “(...) a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.” Na Educação Infantil, portanto, não há promoção/retenção: a avaliação deve ser unicamente qualitativa. Para tanto, propõe-se a utilização de portfólios como referencial do desenvolvimento das crianças.

As Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação

Infantil (CNE/CNB 2/2024), art 24, enfatiza que a proposta pedagógica deve definir estratégias, instrumentos e procedimentos para o acompanhamento permanente e individualizado das aprendizagens e do desenvolvimento, bem como as formas, as periodicidades e o registro dessas informações que devem ser disponibilizados e discutidos periodicamente com as famílias e os responsáveis.

No documento “Ensino fundamental de 9 anos – orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade” do MEC encontra-se a definição de portfólio como um conjunto de documentos – anotações pessoais, experiências de aula, trabalhos pontuais, controles de aprendizagem, conexões com outros temas fora da escola e representações visuais - que ajudam os professores e os familiares a acompanhar o processo de desenvolvimento das crianças. Além de o portfólio ter como função o registro de como a criança apresenta suas construções em determinada fase da vida ele também pode ser um elo significativo entre uma professora e outra(s), a criança e sua família.

A avaliação nesta etapa deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças. No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. (SANTARÉM, Maria Solange Portela; CRUZ, Maricélia Silva, 2008).

A partir da clareza da função da avaliação na Educação Infantil, apresenta-se a necessidade de pensarmos na organização desse processo, que terá o portfólio como instrumento principal. Questões como a periodicidade de atividades avaliativas, a seleção das atividades que significativamente apontam para as construções que as crianças fizeram no período analisado e, ainda, se essas seleções permitem utilizar a avaliação como um caminho de mão dupla, no qual, tanto o trabalho do professor quanto os processos construídos pelas crianças são objetos de análise.

Enunciar que o aluno alcançou um conceito regular numa tarefa não é a mesma coisa que apontar a ele, através de anotações, os aspectos a melhorar em suas respostas ou registrar no diário de classe as noções a trabalhar com o aluno através de novas situações propostas. Na primeira situação não se estabelece, efetivamente, uma relação de saber. Essas e muitas outras questões precisam ser levadas em conta quando se discute instrumentos de avaliação. (HOFFMAN, 2001, p. 181)

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 5 do CNN, de 17 de dezembro de 2009):

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das

crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Passos para um processo de avaliação a favor da criança:

1. Saber o que a criança tem que aprender em cada ano/etapa e em cada linguagem (objetivos de aprendizagem e desenvolvimento);
2. Estabelecer a periodicidade do planejamento da rotina (semanal, mensal, etc...);
3. Estabelecer pautas de observação para cada momento da rotina a ser observado (isto organiza os instrumentos observação e registro);
4. Quando se dará a observação? Durante as atividades? Após? Em rodas de conversa? Olhando as produções e registrando? Gravações? Fotografias? Entrevistas com as crianças?
5. Estabelecer uma periodicidade para aplicação das atividades a serem observadas: é preciso voltar à atividade proposta por várias vezes para poder comparar registros e produções das crianças a fim de entender se os objetivos foram atingidos;
6. Seguidas estas etapas, haverá material para compor o portfólio e os relatórios;
7. Por último, vem a comunicação: a quem interessam os dados coletados? O que de fato importa? O que deve ser comunicado aos pais? Aos alunos? Como? É preciso pensar em como se dá esta comunicação a fim de que seja assertiva.

Pautas de observação para que esse registro seja possível e significativo

As pautas devem ser elaboradas a partir dos objetivos das atividades propostas nos grandes ou nos pequenos grupos.

Exemplo: Ao propor um jogo de dominó (de quantidades) coletivo no grande grupo, a professora poderá escolher algumas crianças (não todas de uma vez) para observar especificamente alguns tópicos acerca de suas aprendizagens matemáticas e comportamentais, como:

- Foi capaz de ouvir as regras do jogo tranquilamente e entendê-las? É capaz de esperar sua vez de jogar com tranquilidade ou permanece agitado durante a espera?
- Demonstra interesse em participar do jogo? Demonstra insegurança ao chegar sua vez de jogar? Precisa da ajuda dos colegas ou da professora? Se precisa de ajuda, para o que, especificamente?
- Consegue identificar as quantidades das peças contando visualmente, contando com os dedos ou nem precisa contar porque já estabilizou as imagens correspondentes a cada quantidade?
- Se precisa contar para identificar a quantidade, o faz: contando termo a termo e recitando a sequência numérica corretamente? Se não o faz corretamente, precisando de ajuda, presta atenção ao que lhe é ensinado?
- Está atento enquanto seus colegas jogam, procurando ajudá-los ou só se concentra na sua vez de jogar?

Para conseguir observar todos os alunos a partir da mesma pauta, a professora deverá repetir a mesma atividade, observando grupos diferentes a cada vez ou propor outras atividades com os mesmos objetivos;

Esse registro facilitará sua consulta posterior para: incluir dados significativos sobre o desenvolvimento do aluno em seus relatórios individuais (aqueles que devem constar no portfólio e, até mesmo, aqueles que os profissionais da saúde - médicos, psicólogos, fonoaudiólogos etc... - possam, eventualmente, pedir), pautar conversas com os pais ou responsáveis pelo aluno em reuniões e/ou possíveis convocações e, principalmente, para replanejar suas ações (para cada aluno individualmente ou para possibilitar agrupamentos), a fim de elaborar propostas significativas e coerentes com o desenvolvimento dos alunos, e suas reais necessidades.

5.3 O Portfólio como um instrumento de avaliação na Rede de Ensino

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 em seu artigo 24, no inciso V, item a, determina “a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.”

Neste processo de avaliação do desempenho do aluno, o portfólio se apresenta como um dos instrumentos que possibilita Avaliação Contínua, Cumulativa e Formativa estando a serviço do processo de ensino-aprendizagem, registrando o percurso percorrido pelo estudante, ou seja, seus avanços, permitindo compreender o processo de aprendizagem.

Para que o portfólio se torne um instrumento a favor da avaliação é fundamental integrar a Observação, o Registro e a Reflexão no cotidiano do professor, em todos os componentes curriculares e em seu fazer pedagógico. E para que os aspectos qualitativos da avaliação (em todas as áreas de conhecimento) possam ser utilizados como um direcionamento para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor é fundamental que a equipe escolar tenha clareza de seus objetivos, ações e propostas de trabalho, bem como do avanço dos alunos em suas competências e habilidades (objetivos de aprendizagens).

O portfólio individual é um direito do aluno e utilizado pela rede municipal de ensino desde 2008, configurando-se um valioso instrumento de avaliação, permitindo documentar os avanços e conquistas dos alunos (não as necessidades de avaliação do professor), ao longo do processo ensino-aprendizagem, pautados em informações cronologicamente organizadas, com variados registros e amostras de trabalhos construídos pela criança, em manifestações pontuais de avanço subjetivo e significativo, de formas diversas e que se relacionam com as áreas do conhecimento do currículo e em diferentes linguagens.

O uso do portfólio intenciona “entrelaçar ensino, aprendizagem e avaliação de modo que cada um seja inseparável dos outros” (Wortham, Barbour; Desjean – Perrota, 1998). Deste modo, a seleção de amostras a serem coletadas, bem como a frequência e as condições em que estas ocorrerão devem estar de acordo com os objetivos e metas estabelecidos na legislação federal, na Proposta Curricular Municipal, e presentes no planejamento escolar: “A formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.” (Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013, p. 4).

Sendo assim, o portfólio na Rede de ensino de Várzea Paulista permite a documentação dos avanços e conquistas dos alunos, ao longo do processo de aprendizagem, pautada em uma análise sobre registros variados e amostra de trabalhos significativos (ao progresso do aluno) produzidos no dia a dia de sala de aula. Para a construção do Portfólio, a prática de registro e a observação devem integrar o fazer pedagógico do professor, sendo essencial no processo de avaliação.

É importante salientar que este documento deve permitir a visualização sobre o que o aluno sabe e é capaz de desenvolver, ou seja, seus avanços (aspectos qualitativos), expondo com clareza o que foi desenvolvido com o aluno e as estratégias utilizadas nas diferentes linguagens. Este movimento também implica em um contexto de cooperação e participação entre professores, alunos e gestores, nas diversas áreas do saber, de forma interdisciplinar, para análise e seleção de material, de forma criativa e reflexiva.

Podem ser agregados ao portfólio, quando o professor julgar adequados ao aluno avaliado e/ou mais relevantes ao contexto em questão, o uso da Tecnologia da Educação, a Cultura Digital e as possibilidades digitais de construção de portfólio, além da versão física tradicional.

Vale ressaltar a importância do registro em fotos e/ou vídeos de atividades/projetos para as aulas nas Disciplinas Específicas em que cabem tais registros, para identificação dos avanços individuais ou coletivos dos alunos, conforme for necessário. Os professores especialistas ou específicos, reservadas as observações individuais, quando necessárias ou solicitadas pelo gestor/coordenados, devem elaborar os relatórios por turma.

Quanto aos pais, é de fundamental importância que estejam cientes e entendam todo o processo que envolve o portfólio e, para isso, será necessário que os profissionais dediquem momentos em reunião de pais, ou outros, para compartilharem a importância desse registro e esclarecer possíveis dúvidas no envolvimento e acompanhamento da aprendizagem de seus filhos.



5.3.1 Referência para organização do Portfólio

REFERÊNCIA PARA ORGANIZAÇÃO DO PORTFÓLIO*								
ASSUNTO	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Maternal II	Etapa I	Etapa II	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
O QUE DEVE CONTER NO PORTFÓLIO								
Folha de Rosto/Texto de abertura (UGME)	X	X	X	X	X	X	X	X
Fotos e/ou vídeos de atividades/projetos ¹	X	X	X	X	X	X	X	X
Desenhos	X	X	X	X				
Figura Humana	X	X						
Escrita do Nome	X	X	X	X				
Escrita Espontânea			X	X	X			
Produção de Textos (sem correção)				X	X	X	X	X
Interpretação de Textos					X	X	X	X
Registro Através de Jogos		X	X					
Situações-Problema				X	X	X	X	X
Técnicas Operatórias					X	X	X	X
Atividade Escolhida Pelo Aluno	X	X	X	X	X	X	X	X
Professores Específicos (uma amostra por semestre)	X	X	X	X	X	X	X	X
Apresentação do Portfólio para os Pais (SEMESTRAL)	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatório do Professor ao Final do Semestre ²	X	X	X	X	X	X	X	X

Esta tabela é resultado da análise realizada pelo grupo de professores nas unidades escolares em relação aos aspectos e produções importantes a serem observados e anexados ao Portfólio dos estudantes, nas diferentes etapas/ano da educação básica.

As folhas de abertura deverão ser solicitadas aos Gestores da Unidade Escolar, iniciando com seu preenchimento de acordo com as informações requeridas (Folha de rosto com foto, nome completo do aluno, registro da vida escolar - data de matrícula, Unidade Escolar anterior, etc, observações e campo para assinatura dos pais/responsáveis).

5.3.2 Educação Infantil

Segundo Ferreira (apud Villas Boas, 2004, p. 37), portfólio “é uma pasta de cartão usada para guardar papéis, desenhos, estampas etc.”. Na Educação Infantil, **o portfólio é uma coleção de produções da criança, que apresentam evidências de sua aprendizagem e desenvolvimento.**

Ao lermos essa definição, temos a impressão de que se trata de algo bem simples; mas basta iniciar a elaboração do portfólio para que várias dúvidas comecem a surgir: Como reunir elementos que “atestem” o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, de forma adequada? Como compartilhar os processos, os avanços, com os próprios alunos, com as famílias, e demais envolvidos na trajetória educativa, de forma que se consiga promover uma reflexão construtiva sobre as propostas ofertadas pela escola?

Para respondê-las, é necessário atentar-se a alguns pontos fundamentais:

- ✓ A concepção de portfólio aqui adotada é que sua principal finalidade é comunicar;
- ✓ Todo o material coletado para o portfólio só fará sentido para seus interlocutores se “narrados” e ressignificados à luz das considerações do professor, por meio do registro reflexivo e relatório pedagógico. Um portfólio sem os relatórios do professor (do aluno e da turma), certamente não fará saber, a quem necessita saber, toda a riqueza dos materiais que reúne.
- ✓ Os registros são valiosos não apenas para informar sobre o desenvolvimento dos alunos e as conquistas realizadas pela turma, mas para auxiliar o professor a aprender continuamente, a desenhar novas formas de ensino-aprendizagem e a implementar movimentos internos de melhoria e de transformação. Para Ostetto (2012, p.20) “registrar trata-se de fazer e trazer para a consciência a ‘coisa feita’”. A escrita reflexiva é um potente instrumento para esse exercício, e uma forma de comunicarmos à comunidade escolar as novas demandas educacionais. Para Weffort (1996, p.41) “mediados por nossos registros, reflexões, tecemos o processo de apropriação de nossa história, a nível individual e coletivo”.

Como selecionar as atividades para o portfólio?

Exemplos e Sugestões

A. Atividade Diagnóstica:

São as primeiras atividades que devem ser coletadas para o portfólio. Devem constar no portfólio justamente para demonstrar como a criança chegou à escola naquele ano letivo;

Serão provavelmente:

- o primeiro desenho livre que ela realizou naquele ano;
- a primeira escrita do nome, ou tentativa, (com ou sem o apoio do crachá, dependendo de sua capacidade já adquirida);
- o primeiro desenho em que aparecer claramente a tentativa de desenhar a figura humana, ainda que apenas denominada assim, pela própria criança, no caso das garatujas;
- o primeiro registro de jogo ou contagem;
- no caso da Etapa II, a primeira proposta de escrita espontânea que apareça em uma atividade proposta ou em uma produção da criança.

IMPORTANTE: As crianças demonstram em suas produções, “tentativas de escrever” antes de chegarem à Etapa II; o professor do Maternal II ou Etapa I, ao detectar essas tentativas, deve inseri-las, devidamente contextualizadas, no portfólio de aprendizagem.

B. Desenho:

- O ideal é que seja um desenho LIVRE (sem intervenção nenhuma: colagem ou parte de desenho xerocado e que também NÃO seja desenho sobre uma história ou qualquer outro tema);
- Se, porém, por qualquer motivo, não houver evolução demonstrada num desenho livre, pode-se coletar então um desenho sobre uma história ou qualquer outro tema. Como exemplo, o desenho solicitado para registrar uma brincadeira, deixando como última opção a coleta do desenho com intervenção;
- Há ainda a possibilidade de fotografar e imprimir em cores, por exemplo: um desenho que a criança tenha feito numa proposta de atividade ao ar livre com giz de lousa no chão ou na parede do pátio, com pincel no papel Kraft ou com canetão/ giz na própria lousa da classe. Para que isso seja possível é preciso que o professor esteja atento e registre todas essas oportunidades quando

oferecidas às crianças.

- Atente-se ao número de desenhos livres selecionados: se em excesso, pode-se adequar a quantidade garantindo que seja possível visualizar os avanços significativos da criança;

C. Figura Humana:

- Não é necessário coletar uma atividade específica em que apareça SÓ o desenho da figura humana;
- Nas atividades cotidianas, a figura humana aparecerá, geralmente, inserida, contextualizada num desenho qualquer da criança. Neste caso, basta identificar no verso da folha, que ali consta a amostra da evolução da figura humana, mas SEM interferir na produção da criança, circulando, por exemplo, onde a figura humana se encontra em meio ao desenho;
- Evitar a coleta de atividades nas quais a figura humana seja feita a partir de um desenho com intervenção;
- No caso do Maternal II, quando os desenhos ainda forem garatujas, pode-se “legendá-los” a lápis, caso a criança demonstre interesse em nomear os elementos que desenhou, no rodapé ou no verso.

D. Escrita do Nome:

- O nome deve ser escrito sempre em situações de uso social significativo como para identificar as atividades, em tarjas que componham uma brincadeira, na lousa numa escrita do ajudante do dia, com letras móveis sobre a mesa numa brincadeira ou mesmo coladas numa folha ou tarja, evitando-se uma folha específica para o portfólio;
- O ideal é que a atividade onde a evolução na escrita do nome foi observada apareça integralmente no portfólio, da maneira como foi oferecida à criança.

E. Raciocínio Lógico (Jogos):

- Além do registro específico de um jogo, essa atividade pode ser entendida também como o registro de qualquer brincadeira ou atividade em que o professor consiga diagnosticar (no início do ano) e/ou observar a evolução (no decorrer do ano) dos alunos em alguns conceitos de MATEMÁTICA que devem ser desenvolvidos durante a Educação Infantil:
- A contagem termo a termo (lembrando que isso só ficará claro na atividade

mediante a observação do professor, por escrito);

- A recitação da sequência numérica na ordem correta (com a observação do professor sobre até qual número a criança o faz e a partir de qual número a criança precisa de ajuda, caso ela precise);
- O reconhecimento dos números, ainda que para isso, a criança use um cartaz ou calendário expostos na classe como referência ou precise da ajuda do professor ou de um colega, desde que essa observação conste na atividade;
- A notação numérica (escrita do número), caso seja necessária e significativa para o registro do jogo/ brincadeira ou da atividade;
- A resolução de problemas: é importante observar de quais estratégias a criança se vale para solucionar os conflitos que surgem nos momentos dos jogos. Quando a criança apresenta avanços nessa área, é relevante que se registre no portfólio.

Observação importante: Se a criança precisar de ajuda, deve ser relatado como ocorreu a intervenção; a ajuda não deve ser negada no momento da atividade.

Sabe-se que desde muito pequenas as crianças tem contato com números, quantidades e variedades matemáticas, ouvem e reproduzem, agrupam, seriam, ordenam, resolvem problemas, comparam pesos e medidas, interagem com as formas e objetos, exploram espaços e percorrem distâncias. Desta forma, os conhecimentos variam de acordo com as culturas e meios sociais ao qual a criança está inserida.

Cabe a educação infantil articular o contexto da criança aos conhecimentos matemáticos, através de situações desafiadoras que ampliem e sistematizem seus conhecimentos, induzindo-as a um modo próprio de produção de conhecimento através do pensar, questionar, solucionar problemas, experimentar, errar, analisar, corrigir, defender ponto de vista, considerar a produção dos outros e estabelecer acordos e comprovar. Levando em consideração seu modo particular de pensar, associado a uma didática, deve-se atribuir a atividade significado e sentido para criança, resultando em aprendizagens.

Para que as crianças solucionem problemas, é necessário que o professor abra espaços de exploração e buscas constantes, sem um procedimento uniforme, mas que tenha controle da ansiedade e valide as produções depois do processo de construção do conhecimento. Problema este que adquire sentido preciso, não sendo apenas aplicado, mas exercendo a possibilidade de produção de novos conhecimentos, integrando o que se sabe com novos desafios intelectuais às crianças. É importante que a situação seja resolvida por diferentes procedimentos, como analisar se o problema coloca em jogo os conhecimentos pretendidos e se promove aprendizagens efetivas. Sendo assim, as

propostas precisam ser muito bem planejadas, levando em conta os conhecimentos prévios das crianças, possibilitando a ampliação de repertórios de estratégias na resolução de operações, notação numérica, formas de representação e comunicação e busca de novas informações.

Sendo assim, a Educação Infantil contribui para formação de crianças produtoras de conhecimentos, que tenham atitude analítica e avaliativa frente as situações, que reflita e busque novas soluções, partilhe e compartilhe com o coletivo.

Ações sugeridas:

- Espaço e forma: Conteúdos espaciais e exploração de diferentes espaços - orientar-se por meio de mapas, encontrar objetos por indicações orais ou escritas, esconder e procurar objetos, construir com materiais diversos, avaliar que tipos de materiais podem ser usados, percursos e labirintos, conteúdos de geometria, Tangran, cópia de figuras em papel quadriculado, especificidade no vocábulo, etc.;
- Números e sistemas de numeração: Utilização dos números do cotidiano da criança – preços, idade, medidas, contar, quantificar e associar as quantidades, recitação convencional da sequência numérica, contagem de agrupamentos de objetos, registros de quantidades, produzir e interpretar números, incluir diferentes portadores numéricos em sala, bingos, resolver problemas com aritmética, agregar, tirar, reunir e aproximar-se;
- Grandezas e medidas: Conteúdo em que medidas resolvem efetivamente um problema – calendário, cumprimentos, conceitos de medidas relativas, jogos de boliche e pontaria, culinária, horta e etc.

F. Escrita Espontânea:

Aqui é preciso fazer uma observação muito importante:

Escrita espontânea não é só aquela escrita que a criança faz por vontade própria, independente de uma proposta do professor, mas toda escrita autoral da criança, aquela que ela faz sozinha, de acordo com o que pensa e já sabe a respeito do sistema de escrita, mesmo que seja realizada a partir da proposta feita pelo professor. (INSTITUTO CEALE - GLOSSÁRIO)

Ainda assim, nessa coleta, NÃO cabem escritas propostas especificamente para o portfólio que lembrem avaliações, como a sondagem, por exemplo, com desenhos de figuras aleatórias ou do mesmo campo semântico e uma linha em branco na frente para a criança escrever o nome dessas figuras.

A atividade ideal para coleta da escrita espontânea é aquela que, bem como em todas as outras, acontece nas propostas cotidianas e que seja SIGNIFICATIVA, ou seja,

com função social clara, como por exemplo:

- A escrita do(s) nome(s) de seu(s) brinquedo(s) e/ou brincadeira(s) preferida(s) (desde que essa atividade esteja contextualizada, inserida, por exemplo, num projeto ou sequência sobre “Brinquedos e Brincadeiras”);
- A escrita de sua merenda ou colação preferida numa tarja para a montagem de um gráfico sobre os alimentos preferidos das crianças, dentre os oferecidos na escola (desde que essa atividade esteja contextualizada, inserida, por exemplo, num projeto ou sequência sobre “Alimentação Saudável”);
- A escrita do título de sua(s) história(s) preferida(s) (desde que essa atividade esteja contextualizada, inserida, por exemplo, num projeto ou sequência sobre “Literatura Infantil”);

IMPORTANTE: As sugestões acima descritas são apenas EXEMPLOS de escritas contextualizadas e significativas e não constituem modelos a serem seguidos obrigatoriamente, nem são as únicas opções.

Se, durante a escrita, a criança solicitar a ajuda do professor ou demonstrar necessidade desta ajuda para executar a proposta, por insegurança, por exemplo, o professor deverá intervir da melhor e menos invasiva forma possível:

- Pergunte à criança o que ela deseja escrever para depois selecionar a intervenção mais adequada.
- Quaisquer intervenções feitas oralmente pelo professor ou quaisquer outras observações importantes sobre o comportamento ou as falas da criança durante a execução dessa escrita, devem constar no verso da folha coletada para o portfólio, a fim de esclarecer exatamente como ela aconteceu.

G. Atividade Escolhida Pelo Aluno:

Escolher uma atividade segundo os próprios critérios, ajuda a criança a entender a importância de apreciar suas próprias criações e a pensar sobre o que já é capaz de realizar; daí a necessidade de mostrar o resultado dessa escolha no portfólio, seguindo algumas orientações para garantir que esse exercício de autonomia, expressão e auto apreciação, seja significativo:

- Se houver muitas atividades registradas, o que dificultaria o exercício da escolha pela criança, selecione previamente de 3 a 5 atividades em que a criança tenha demonstrado muito interesse durante a realização e que tenham o mínimo de intervenção do professor;
- Pode-se também, oferecer como opção de escolha para a criança, fotos que

registrem uma produção autoral dela em momentos de brincadeiras ou em outras propostas oferecidas (exemplos: a foto da criança ao lado do desenho que fez no chão do pátio com giz de lousa; a foto da criança ao lado da figura humana que construiu com massinha de modelar; a foto da criança com o brinquedo de sucata que ela produziu durante uma oficina livre ou dirigida etc.);

- Qualquer um dos registros escolhidos pela criança (atividade ou foto), ficará mais completo se acompanhado do relato dela sobre o(s) motivo(s) de sua escolha. Ao transcrever esse relato para o verso da atividade ou incluí-lo na legenda da foto, o professor oferece também aos pais e aos professores do ano seguinte, a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a capacidade dessa criança de expressar suas preferências.

IMPORTANTE: Ao término da Educação Infantil, os Portfólios devem ser repassados para a Unidade de Ensino Fundamental em que o aluno for matriculado. A **entrega deste documento deverá ser devidamente registrada pelo gestor da Unidade.**

5.3.3 Ensino Fundamental

Como já mencionado, o Portfólio possibilita o acompanhamento e registro do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Portanto, é importante ressaltar que o Portfólio iniciado na Educação Infantil (Maternal II) deverá seguir com o aluno para o Ensino Fundamental, ou seja, será repassado para a Unidade Escolar em que for matriculado.

Alunos vindos de outros municípios deverão ter o Portfólio iniciado seguindo a mesma organização mencionada neste Orientador, sendo necessário solicitar, preferencialmente, uma pasta catálogo preta aos responsáveis, viabilizando assim o acompanhamento e registro do trajeto percorrido, seus avanços e planejamento de novos desafios.

A seguir é possível visualizar algumas sugestões de registro no Portfólio durante o decorrer do Ensino Fundamental:

ANOS INICIAIS – CICLO 1

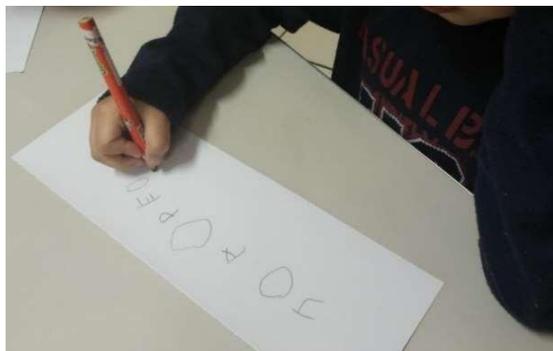
- **Escrita do nome**

Situações que evidenciam o uso social do nome também podem compor o portfólio nos Anos Iniciais, visto a importância deste como referência de escrita convencional/estável e a possibilidade de propor situações significativas de aprendizagem.

“A escrita do nome próprio parece ser uma peça-chave para o início da compreensão da forma de funcionamento do sistema de escrita.”

Ana Teberosky

Os registros selecionados para compor o portfólio individual podem ser fotográficos ou escritos.



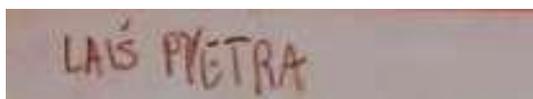
Quando o registro selecionado para o documento for fotográfico, será importante, escrever o contexto em que foi realizado. Sendo assim deixando claro a consigna, que poderá ser feita a mão ou em uma etiqueta anexada na página.



Atividade realizada em grupo com intervenções da professora.

Escrita do nome próprio utilizando alfabeto móvel.

Em situações de registro escrito, deixar a consigna clara também auxilia o processo de apreciação do portfólio, pois certifica a intencionalidade ao escolher a atividade, evidenciando os avanços dos alunos.



Escrita do nome próprio com suporte do crachá.

Fevereiro



Escrita autônoma do nome próprio.

Abril

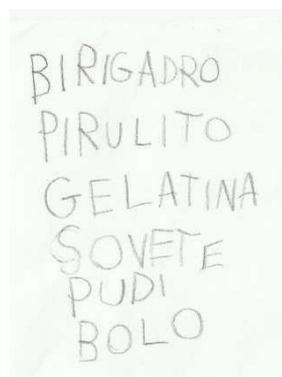
- **Sondagem Hipóteses de Escrita**

Fevereiro



Palavras ditadas:
CANETINHA
– APONTADOR –
CADERNO – LÁPIS – GIZ

Abril

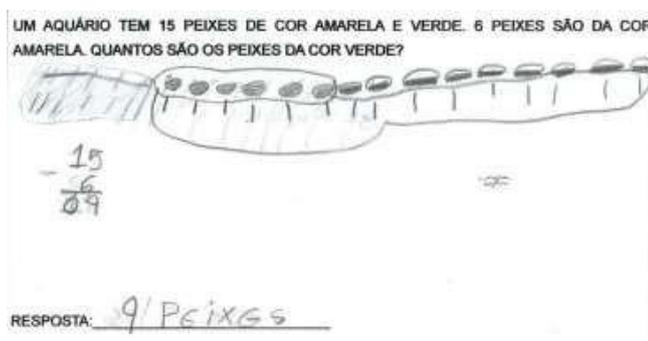


Palavras ditadas:
BRIGADEIRO
– PIRULITO – GELATINA –
SORVETE – PUDIM – BOLO

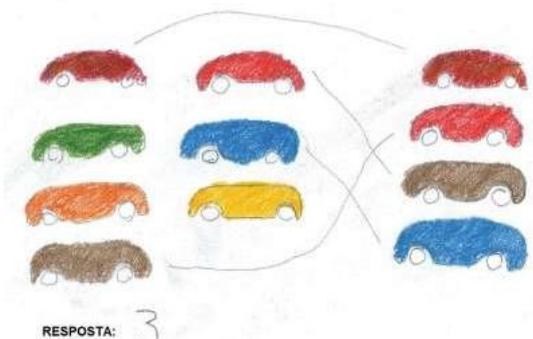
Imagens extraídas do site

<https://novaescola.org.br>

- **Registros matemáticos**



JOÃO TEM 7 CARRINHOS E JOSÉ TEM 4, QUANTOS CARRINHOS JOÃO TEM A MAIS DO QUE JOSÉ?



Nos exemplos anteriores é possível observar as estratégias pessoais utilizadas na resolução de Situações Problema.

CICLO 2 – 4º E 5º ANO

- **Produção Escrita**

Era uma vez uma tartaruga que convidou a lebre para a partir uma corrida e convidou a raposa para ser a juíza da competição.
No dia elas saíram e começaram a corrida a lebre quis bem na frente e dormiu e a tartaruga passou a frente da lebre e quando a lebre acordou a tartaruga tinha ganhado.

Reescrita de memória – Fábula A
tartaruga e a Lebre.

Além de identificar a proposta da atividade o professor poderá adicionar a consigna compartilhada ou registrar como se deu a produção.

- **Produção selecionada pelo aluno para compor o portfólio**

Nome do Aluno: _____
Data: 23-8-2006
Assunto: REESCRITA

A MENINA DO LEITE
LA FONTEINE

ERA UMA VEZ UMA MENINA QUE CARRA
GAVA UM JARRO DE LEITE NA CABEÇA E
A MENINA IA VENDER COM O JARRO DE LEITE
COM OVOS QUE VAI NASER CEM PINTINHO
E VOU VENDER E COMPRA 1 PORCO IA INGORDA
O PORCO E VOU COMPRA 1 VACA E 1
BESERRO PARA TER BASTANTE LEITE E QUEIJO
E A MENINA CAIU

MORAL: QUENQUE NUMCA TEN

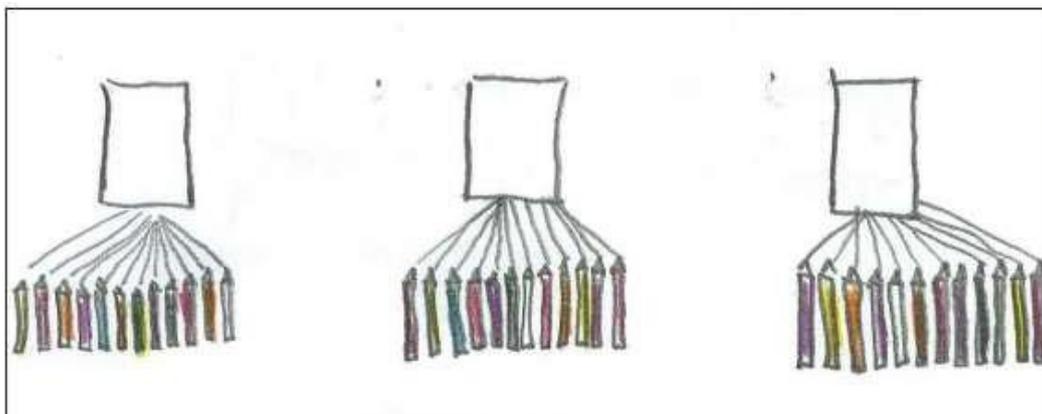
Como já mencionado o portfólio possibilita compartilhar com os alunos a seleção das atividades, sendo assim, essas escolhas podem ser direcionadas por momentos significativos de aprendizagem. Podemos evidenciar isto quando apreciamos a reescrita apresentada anteriormente e compreendemos que o aluno a seleciona, pois no decorrer da

proposta lhe foi solicitado uma autoavaliação.

Releia seu texto e verifique se a história está bem escrita:

Auto-avaliação	Sim	Não
Coloquei o título?	x	
Apresentei a personagem que iria aparecer na história?	x	
Escrevi sobre os pensamentos da menina enquanto carregava o leite?	x	
Escrevi sobre o que aconteceu com o jarro de leite e expliquei porque a menina o derrubou?		x
Escrevi a moral da fábula?	x	
Dividi o meu texto em três partes (começo, meio e fim) e mudei de linha em cada uma destas partes?	x	
Escrevi até o final da linha e usei ponto final quando terminei uma frase?		x
Separei as palavras e separei as sílabas corretamente quando precisei mudar de linha.	x	

- **Registros matemáticos**



Arquivo do autor(a)

O leite se lava no pigon. A menina fez 36 canecas com 4 lugares. em cada uma. Quanto ligaduras?

4 4 4 4
 4 4 4 4
 4 4 4 4
 4 4 4 4

Calculo

$$\begin{array}{r} 9 \\ \times 4 \\ \hline 36 \end{array}$$

R: menina fez 36 ligaduras.

Arquivo do autor(a)

No exemplo anterior é possível observar as estratégias pessoais utilizadas por um alunona resolução de uma situação problema.

5.3.4 Orientações para elaboração de relatórios

Ao final de cada semestre **os professores deverão redigir os relatórios individuais dos alunos**, baseando-se em suas observações, registros e reflexões.

No relatório do primeiro semestre é importante descrever de forma coletiva sobre o processo de adaptação, considerando a transição da casa para creche, da creche para a pré- escola, do infantil para o Ensino Fundamental Ciclo 1 e do Ensino Fundamental Ciclo 1 para o Ciclo 2, possibilitando que o professor relate de forma geral como ocorreu, socializando sua intencionalidade e planejamento neste período.

Os apontamentos individuais feitos durante todo o semestre pelo professor serão fundamentais para a elaboração dos relatórios semestrais do aluno, pois eles oferecerão uma percepção mais precisa de como o aluno chegou à escola, sua adaptação a rotina, aos novos amigos e professores.

Estes apontamentos darão ao professor mais assertividade no trabalho desenvolvido durante o semestre, podendo explanar com mais clareza sobre a rotina da classe, a socialização entre as crianças, as metas estabelecidas e alcançadas, bem como os novos caminhos e estratégias que serão estabelecidas.

A socialização com os responsáveis de cada aluno deverá ser individual, descrevendo os avanços, dos menores aos mais significativos, como as brincadeiras preferidas na escola, seu interesse em participar das atividades propostas, se costumam alimentar-se bem nas refeições oferecidas pela escola, quais as tarefas e atividades que já executa com autonomia, os projetos, e habilidades já desenvolvidos em cada área do conhecimento de acordo com seu planejamento, assim como outras informações que julgar necessárias e/ou interessantes para o conhecimento da rotina da turma e do trabalho desenvolvido.

Para os registros de desenvolvimento destes alunos, alguns tópicos deverão ser mencionados, como:

- O que já executa autonomamente;
- Atividades propostas que despertam maior interesse;
- Socialização com os outros alunos;
- Brincadeiras preferidas;
- Participação em atividades de comunicação e relacionamento com os colegas e professores, opinando sobre determinado tema ou compartilhando alguma

experiência pessoal (é uma criança falante, interessada em participar e opinar nas atividades propostas ou tem o temperamento mais introvertido);

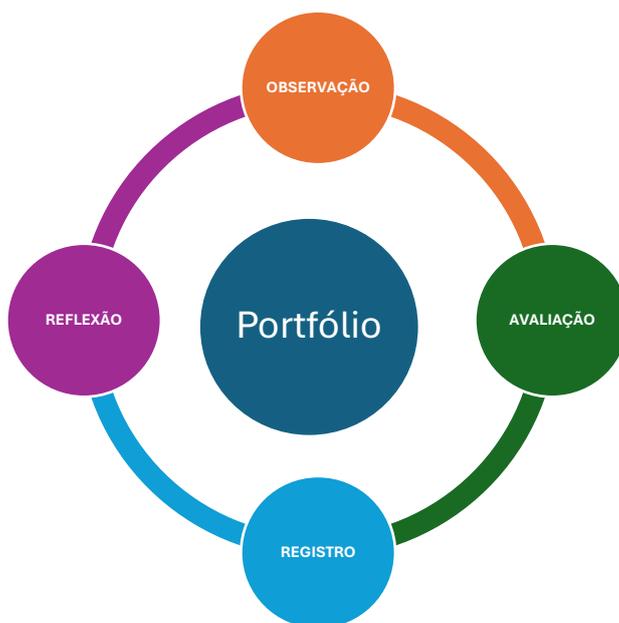
- Capacidade de concentrar-se durante as leituras e explicações das consignas das atividades, bem como de entender o que é proposto.

Caso a criança apresente alguma dificuldade de desenvolvimento específica por causa de uma deficiência já diagnosticada ou sob investigação, acrescente as observações necessárias sobre tais dificuldades somente depois de citar seus avanços e não se esqueça que, além do acompanhamento que a criança já faz (citar as devolutivas do atendimento no COE, CAED, APAE, AEE, fonoaudiólogo ou psicólogo particulares etc., caso já as tenha recebido) é preciso descrever quais ações e intervenções pontuais estão sendo realizadas na escola para o avanço dessa criança.

IMPORTANTE: Evite ressaltar os aspectos comportamentais em detrimento das informações sobre o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. A avaliação baseada em Portfólios deve concentrar a atenção nos envolvidos e nos trabalhos importantes que foram realizados, não em estratégias que incluam atitudes burocráticas ou padronizadas;
2. Não há uma quantidade exata de atividades que compõe o Portfólio, pois a seleção precisa ter como premissa os trabalhos que contenham o desenvolvimento do aluno no processo de aprendizagem;
3. As atividades não devem ser corrigidas, visto que a intenção é a de constatar avanços e não colocar em evidência o que se sabe ou não;
4. Os Portfólios precisam ter continuidade na etapa/ano seguinte do estudante;
5. Quando o aluno é direcionado para outra unidade, os Portfólios não podem ser descartados ou entregues para os pais, devem seguir com o aluno para ter continuidade;
6. No caso de transferência (Ensino Fundamental) deverá ser realizado o registro de entrega do Portfólio que acompanhará o Histórico Escolar;
7. O relatório da turma será incluído ao final de cada semestre. A elaboração desse relatório envolve diversos procedimentos prévios. Veja a imagem abaixo:



Verificamos nesta imagem os movimentos que antecedem o ato de escrever um relatório: OBSERVAÇÃO, REFLEXÃO, REGISTRO E AVALIAÇÃO.

Seguem sugestões que auxiliam na elaboração dos relatórios:

Você pensa...	Você escreve...
O aluno não sabe	O aluno não adquiriu os conceitos, está em fase de aprendizado.
Não tem limites	Apresenta dificuldades de autorregulação, pois...
É nervoso	Ainda não desenvolveu habilidades para convívio no ambiente escolar, pois...
Tem o costume de roubar	Apresenta dificuldade de autocontrole, pois...
É agressivo	Demonstra agressividade em situações de conflito; usa meios físicos para alcançar o que deseja.
É bagunceiro, relaxado, porco	Ainda não desenvolveu hábitos próprios de higiene e de cuidado com seus pertences.
Não sabe nada	Aprendeu algumas noções, mas necessita desenvolver...
É largado da família	Aparenta ser desassistido pela família, pois...
É desobediente	Costuma não aceitar e nem compreender as solicitações dos adultos; Tem dificuldades em cumprir regras.



É apático, distraído	Ainda não demonstra interesse em participar das atividades propostas; muitas vezes parece se desligar da realidade, envolvido em seus pensamentos.
É mentiroso	Costuma utilizar inverdades para justificar seus atos ou relatar as atitudes dos colegas.
É fofoqueiro	Costuma se preocupar com os hábitos e atitudes dos colegas.
É chiclete	É muito afetuoso; demonstra constantemente seu carinho...
É sonso e dissimulado	Em situações de conflito coloca-se como expectador, mesmo quando está clara a sua participação.
É preguiçoso	Não realiza as tarefas, aparentando desânimo e cansaço. Porém logo parte para as brincadeiras e outras atividades.
É mimado	Aparenta desejar atenções diferenciadas para si, solicitando que sejam feitas todas as suas vontades.
É deprimido, isolado, anti-social	Evita o contato e o diálogo com colegas e professores preferindo permanecer sozinho; Ainda não desenvolveu hábitos e atitudes próprias do convívio social.
É tagarela	Costuma falar mais que o necessário, não respeitando os momentos em que o grupo necessita de silêncio.
Tem a boca suja	Utiliza-se de palavras pouco cordiais para repelir ou afrontar.
Possui distúrbio de comportamento	Apresenta comportamento fora do comum para sua idade e para o convívio em grupo, tais como...
É egoísta	Ainda não sabe dividir o espaço e os materiais de forma coletiva.

5.3.5 CHECKLIST do portfólio: facilitando o processo

Alguns pontos devem, imprescindivelmente, serem observados/analísados no processo de organização do portfólio:



- As folhas de abertura do portfólio (enviadas pela UGME) estão devidamente preenchidas? Todos os portfólios possuem as folhas de abertura?
- Os portfólios estão com os nomes completos dos alunos e da Unidade Escolar em lugar adequado e legíveis?
- As atividades selecionadas têm uma consigna clara de forma que outro professor compreenda exatamente o que foi proposto para a criança? (Se não, pode-se fazer anotações no verso ou no rodapé da folha; nunca “em cima” da produção da criança);
- As fotos selecionadas: todas têm legendas que explicam de forma clara o por que estão ali?
- Certificar-se de que não há atividades em branco no portfólio; se a criança faltou no dia em que determinada atividade foi aplicada, não faz sentido que esta atividade componha o portfólio;
- Revisar os relatórios elaborados para certificar-se de que não há termos ou palavras pejorativas em relação ao aluno. Expressões como “ele é” ou “ele só faz”, podem ser substituídas por: “a criança tem apresentado atitudes de...”; “o aluno frequentemente age desta ou daquela forma” ... Afirmações inadequadas podem “rotular” o aluno de forma negativa;
- Alunos com necessidades especiais: o processo de evolução foi documentado com fotos, vídeos, relatos da família, outros? Houve diálogo entre os diversos serviços que atendem o aluno (A.E.E., APAE, outros...), a fim de “captar” os progressos (ou não), e informações pertinentes, ao longo do semestre/ano?

6. APOIOS E SUPORTE PEDAGÓGICOS

6.1 Atendimento Educacional Especializa (AEE)

O atendimento Educacional Especializado - AEE, regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008 (MEC), visa o atendimento aos alunos matriculados da Rede Municipal com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação, tendo como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O AEE disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular, complementando e/ou suplementando a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Considera-se público-alvo do AEE:

- **Alunos com deficiência:** aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- **Alunos com transtornos globais do desenvolvimento:** aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

No Município de Várzea Paulista os profissionais atuantes nas salas de AEE são professores efetivos da Rede Municipal conforme disposto na Resolução Smecel 01/2015 alterada pela Resolução UGME 01/2019 e as demais legislações/atribuições que regem os profissionais da Educação. São chamados de professor de Educação Especial e desempenha um papel fundamental no suporte e promoção da inclusão de alunos com necessidades educacionais. Dentre as principais responsabilidades, destaca-se:

- Cumprimento do Calendário Escolar da Unidade em que estão atuando;
- Participação dos Projetos, ações, metas e objetivos previstos no Projeto Político Pedagógico da Unidade;
- Conhecer, se apropriar e cumprir as normas regimentais;
- Cumprimento aos Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo às quartas-feiras e

Síntese do Acompanhamento Pedagógico - SINAPEs com os demais professores e Equipe Gestora da Unidade Escolar, no polo em que atua;

- Planejar atividades/ações a serem desenvolvidas com os alunos;
- Observar, avaliar e produzir registros sobre o trabalho realizado nas diferentes propostas/linguagens;
- Orientar os professores das salas regulares, estagiários, cuidadores e Equipe Gestora enquanto atuação no desenvolvimento da aprendizagem e nas tratativas com os alunos com Necessidades Especiais;
- Cumprir sua jornada de trabalho considerando o previsto na Resolução 04/2014.

6.1.1 Profissionais de apoio

Segundo o art. 3º, inciso XIII da Lei Brasileira de Inclusão o profissional de apoio escolar é:

Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

Em referência ao estudante diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista em seu parágrafo único do Art. 3º, a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, prevê que em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

A Legislação não faz menção ou definição sobre "comprovada necessidade" nem por "acompanhante especializado" e não encontramos regulamentação sobre o tema. Dessa forma, organizamos o suporte e apoio considerando os dispositivos definidos na LBI (Lei Brasileira de Inclusão), conforme segue:

- **Professor de Educação Especial:** Possui formação específica para atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência. Eles adaptam o currículo, desenvolvem estratégias de ensino diferenciadas e trabalham em colaboração com os professores regulares para garantir a inclusão dos alunos com deficiência.
- **Professor de Educação Especial com formação em Línguas Brasileira de Sinais:** Apoio aos estudantes surdos ensinando a Língua Brasileira de Sinais e apoio adicional aos estudantes surdos, auxiliando-os em suas necessidades acadêmicas e sociais. Isso pode incluir orientação em questões específicas da cultura surda,

facilitação da comunicação com colegas ou encaminhamento para outros serviços de suporte, quando necessário.

- **O Cuidador Escolar:** é um profissional que desempenha um papel importante no apoio à inclusão escolar, especialmente para alunos com deficiência ou necessidades especiais. O cuidador escolar trabalha em estreita colaboração com o aluno, a família e os professores para garantir que o aluno receba o suporte necessário para participar ativamente das atividades escolares. Deve também oferecer suporte as questões de higiene pessoal sempre que necessário.
- **Assistente de aluno:** pode ajudar nas atividades fornecendo suporte físico, auxiliar na locomoção pela escola e garantir a segurança e o bem-estar do aluno durante o período escolar.
- **Estagiários:** Apoio aos professores das salas regulares, oferecendo suporte aos alunos com deficiência durante as atividades, fornecendo explicações adicionais, auxiliando na organização e adaptação de materiais, e promovendo a participação ativa dos alunos. Deve também oferecer suporte as questões de higiene pessoal sempre que necessário.
- **Professores, Professores Auxiliares de Educação Infantil e Educadores em situação de limitação funcional:** poderão apoiar o professor da sala regular e os estudantes com deficiência. Suas atribuições estarão sempre de acordo com suas restrições médicas e as especificidades do estudante.

6.2 Centro de Orientação Educacional (C.O.E.)

COE – Centro de Orientação Educacional do Município de Várzea Paulista constitui-se em um projeto de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, com atuação voltada para o contexto educacional da Rede Municipal de Educação.

O acompanhamento oferecido tem por finalidade a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e ocorre tanto de forma individual quanto em grupos para os alunos matriculados e frequentes nas salas regulares de ensino do município.

A interface com as Unidades Escolares do Município é feita através de agendamento para orientação aos profissionais de educação e objetiva promover o apoio necessário que favoreça a socialização, participação e aprendizagem dos alunos, bem como estreitar as relações entre as Unidades Escolares da Rede e o COE.



Enfatizamos que será público-alvo do COE, os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e que estejam inseridos em projetos de reforço na Unidade Escolar, conforme quadro:

Público-alvo do COE	
Fonoaudiologia	Crianças com transtornos de linguagem que possam prejudicar a aprendizagem das habilidades de leitura e escrita matriculadas na: Educação Infantil: Etapa II. Ensino Fundamental: Ano 1 ao 5.
Psicologia	Crianças que apresentam questões comportamentais/emocionais que estejam interferindo no processo de aprendizagem escolar, matriculadas na: Educação Infantil: Etapa I e II Ensino Fundamental: Ano 1 ao 5.
Psicopedagogia	Crianças com discordância entre o nível de aprendizagem e o que é esperado na idade escolar, mesmo com as intervenções específicas realizadas na Unidade Escolar, matriculadas no: Ensino Fundamental: Ano 1 ao 5.

Ressaltamos que NÃO é público-alvo do COE:	
Fonoaudiologia	Crianças da Creche, Maternal I e II, e Etapa I. Que apresentam alteração de voz, motricidade orofacial e gagueira. Que possuam laudo de Transtorno do Processamento Auditivo Central.
Psicologia	Crianças que apresentam questões



	<p>comportamentais/emocionais relacionadas às questões familiares e sem comprometimento da aprendizagem.</p>
Psicopedagogia	<p>Crianças da Educação Infantil (Creches, Maternal I e II, Etapa I e II).</p> <p>Crianças na hipótese alfabética de escrita com capacidade para produzir e compreender pequenos textos, de acordo com o esperado para cada série/ano escolar.</p>
Para todas especialidades (psicologia/fonoaudiologia/psicopedagogia)	<p>Que não estejam em Reforço Escolar e/ou Projetos de aceleração/Plano de Trabalho da Unidade.</p> <p>Que não sejam frequentes na sala regular.</p> <p>Que apresentam questões exclusivamente sociais e/ou econômicas associadas (CRAS).</p> <p>Que apresentam questões de violação de direitos associados (CREAS).</p> <p>Faltantes e com questões pertinentes ao Conselho Tutelar.</p> <p>Que apresentam questões relacionadas à Saúde (UBS)/com laudo e/ou que estejam em processo de avaliação (exemplo: em avaliação na APAE).</p>

O encaminhamento para análise da Equipe do COE é uma das ações da Escola para melhoria do desempenho do aluno em sala de aula e se dá pela adesão espontânea do

responsável pela criança que deve se comprometer a leva-la aos acompanhamentos semanais na UGME, no contra turno do horário de aula, por tempo determinado pelo profissional do COE.

Lembrando que a parceria entre a família, a professora de sala e o profissional que atende a criança no COE é imprescindível para o sucesso do trabalho que será proposto.

Procedimentos anteriores ao encaminhamento:

- Professores: Detectar casos de dificuldade de aprendizagem e ou de alterações na fala que já foram esgotadas todas as possibilidades de trabalho na Unidade Escolar, incluindo o Plano de Trabalho da Unidade e o Plano de Reforço específico com o (a) aluno (a) e que mesmo assim não houve avanço, compartilhar/analisar o caso com o Coordenador (a)/Diretor (a) e registrar as ações/intervenções realizadas no Encaminhamento para o COE (Doc. anexo).
- Gestores/Professores: Convocar os responsáveis/pais para levantamento de dados e descartar outros problemas que podem estar implicando na aprendizagem do (a) aluno (a) no momento, bem como descartar questões médicas, caso a criança já esteja em acompanhamento com algum profissional. Registrar no Encaminhamento para o COE.
- Gestores/Professores: Se detectada a necessidade de encaminhamento, orientar os responsáveis/pais sobre o Projeto COE. Registrar na Declaração de Autorização de Encaminhamento (Doc. anexo) se ele concorda ou não com este encaminhamento, caso concorde, orientar que um profissional do COE entrará em contato por telefone no número indicado por ele, portanto é importante manter o número de telefone atualizado na Escola e no COE.

Procedimentos para encaminhamento:

- A Equipe Gestora da Unidade Escolar deve fazer o levantamento dos casos e entregar os Encaminhamentos durante o primeiro semestre do ano letivo, sendo que a data limite para entrega de Encaminhamentos será: alunos dos quintos anos até o último dia do mês de **abril** e os demais anos até o último dia do mês de **agosto** do ano letivo.
- Orientar os professores sobre o preenchimento do Relatório de Encaminhamento conforme modelo anexo. Atentar-se para o preenchimento de todos os campos a fim

de evitar devolução e atraso. Anexar Declaração de Autorização de Encaminhamento (assinado pelo responsável do aluno) e produção/atividade legível e recente do (a) aluno (a)/Plano de trabalho da Unidade Escolar e Avaliação Diagnóstica recente.

- Assim que concluir os procedimentos anteriores e com os Encaminhamentos em mãos, o (a) Gestor (a) deverá trazer para análise da Equipe do COE, A/C Pedagoga Sandra, na Unidade Gestora Municipal de Educação. Em caso de dúvidas: e-mail para contato: equipecoevp@gmail.com ou telefone: 4596-9027 exclusivo aos gestores das Unidades Escolares.
- A Equipe Gestora da Unidade Escolar poderá solicitar/agendar reunião para discussão dos casos da sua Unidade com a Pedagoga do COE ou outro profissional se necessário, prevendo que irá agendar no mínimo uma Reunião Anual Inicial e uma Reunião Anual Final.
- O contato com o COE se dá pelo (a) Coordenador (a) Pedagógico (a) quando houver, com o (a) Diretor (a) ou Vice-diretor (a) da Unidade e serão registrados em Ata da UGME/COE. De acordo com a necessidade, a observação do (a) aluno (a) e a conversa com o professor (a) poderá ser solicitada.

Procedimentos posteriores ao encaminhamento:

- No COE os encaminhamentos são registrados por Unidade Escolar e passam por análise dos profissionais de acordo com a ordem de chegada em Reunião de Equipe semanal.
- De acordo com a agenda de cada profissional é agendado com o responsável pela criança uma triagem/anamnese e acordado compromisso de comparecimento nos dias e horários determinados.
- Caso ocorra por parte dos pais/responsáveis desistência ou negação em trazer a criança aos acompanhamentos no COE, encaminharemos para a Unidade Escolar a Planilha atualizada informando a perda da vaga. Neste caso, os responsáveis deverão assinar a Declaração de Desistência na Unidade Escolar. (Doc. Anexo) caso não o tenham feito no COE.
- Registrar/anexar relatórios do COE na ficha que acompanha o portfólio do (a) aluno (a) quando houver, assim como a desistência se for o caso.
- A qualquer momento do processo de acompanhamento os professores/gestores dos alunos atendidos no COE poderão solicitar informações por telefone ou agendar

horário com os profissionais para esclarecimentos sobre o trabalho desenvolvido e troca de informações.

- Será enviada, por Unidade Escolar, Planilha atualizada do COE para acompanhamento dos casos, da seguinte forma: nos meses de março (alunos que permaneceram do ano anterior) e outubro (alunos que foram encaminhados até último dia de agosto) ou a qualquer momento se solicitado pelo gestor da unidade.
- Relatórios Finais caso haja alta ou desistência do acompanhamento poderão ser solicitados pelos gestores a qualquer momento na UGME/COE para que todos os envolvidos na U.E. compartilhem dessas informações e em caso de dúvidas poderão ligar para o COE.
- Relatórios Anuais, referente aos alunos do ano V poderão ser retirados pelos gestores a partir da última semana de novembro do ano letivo.

Observações gerais:

- Relatórios em geral não devem ser entregues para pais ou responsáveis, é um documento entre serviços. Caso os responsáveis levem solicitação por escrito de médicos ou profissional particular, a Unidade Escolar poderá fornecer relatório do (a) professor (a) e guardar nos arquivos dos alunos a solicitação e a cópia do relatório entregue.
- Caso os responsáveis solicitem relatório do profissional do COE, este deve ser orientado a procurar o serviço do COE para tal.
- O professor/gestor não deve solicitar aos pais relatório do COE, pois, este procedimento é interno e deve ser solicitado diretamente ao COE.
- Casos de solicitação médica de qualquer serviço do município ou mesmo particular devem ser analisados na Unidade Escolar se a criança atende os critérios de encaminhamento para o COE, caso atenda a professora deve fazer o encaminhamento como qualquer outra criança e a cópia do pedido deve ser anexado, caso não atenda os responsáveis devem ser orientados a buscar o atendimento novamente nos serviços de saúde do Município.
- Os gestores devem ficar sempre com cópias das solicitações médicas, nunca com o original, pois esta documentação pertence aos pais e não a Unidade Escolar.

6.3 Reunião de Rede

No ano de 2013 a Unidade Gestora Municipal de Educação implantou a “Reunião de

Rede”. Esta reunião envolve diferentes setores de atendimento da rede municipal de Várzea Paulista: Conselho Tutelar, CREAS (Centro Especializado de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), C.O.E. (Centro de Orientação Especializado), APAE, CAPSI (Centro de Atendimento Psicossocial Infantil) e Unidade Escolar (Gestor e professores(as)).

A Reunião de Rede surgiu como uma proposta de acompanhamento do desenvolvimento da criança na área educacional, social, física e familiar, tendo como objetivo direcionar atendimento e suporte para o(a) aluno(a) da Rede Municipal, de acordo com a demanda apresentada no contexto escolar.

Essas reuniões são mediadas e viabilizadas pela Unidade Gestora Municipal de Educação e Equipe da Coordenação Pedagógica que, em conjunto com os demais setores, organiza estratégias, visitas e outros encaminhamentos de acordo com a necessidade de cada caso apresentado pela Unidade Escolar, considerando as variáveis que incidem na situação conflituosa que a criança vivencia.

Os atendimentos são direcionados por meio da autorização dos pais ou responsáveis pelo aluno e são acompanhados pelos setores, considerando-se as especificidades e necessidades de cada caso.

6.3.1 Projeto de Enfrentamento da Violência Infantil

Atualmente a violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido um tema preocupante na sociedade em que vivemos.

Dados referentes aos anos de 2016 a 2020, apresentam grande número de registros de violência sexual. Nesses quatro anos, foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos – uma média de quase 45 mil casos por ano. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas nesses quatro anos – ou seja, um terço do total.

A grande maioria das vítimas de violência sexual é menina, sendo quase 80% do total. Um número muito alto dos casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente. Para os meninos, os casos de violência sexual concentram-se especialmente entre 3 e 9 anos de idade.

Nos registros em que as vítimas são adolescentes de 15 anos ou mais, as meninas representaram mais de 90%. A maioria dos casos de violência sexual ocorre na residência da vítima e, para os registros em que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos das vítimas.

O comunicado às autoridades de suspeitas ou ocorrências de violência contra crianças e adolescentes e o papel dos diversos órgãos do sistema de garantia de direitos é uma obrigação legal e ética, fundamental para a proteção dos direitos desse público.

A criança ou adolescente vítima de violência, no percurso de busca de atenção e proteção, deve ser atendida simultaneamente pelos órgãos da rede de serviços e de exigibilidade de direitos, compreendidos nos que chamamos de Sistema de Garantia de Direitos. Os órgãos que prestam serviços são: os de Saúde, Assistência Social e Educação. Aos órgãos de exigibilidade de direitos são: Conselho Tutelar, a Delegacia de Polícia, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Justiça da Infância e Juventude e a Justiça Criminal.

A notificação às autoridades sobre suspeitas ou ocorrências de violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes é um dever de todos os cidadãos. Os casos suspeitos ou confirmados devem ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da localidade, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

A Lei nº 13.431/2017 reforça essa obrigação ao estabelecer, no Artigo 13, que qualquer pessoa que tenha conhecimento ou testemunhe atos de violência contra crianças ou adolescentes, seja em espaços públicos ou privados, deve comunicar o fato imediatamente ao serviço responsável pelo recebimento e monitoramento de denúncias, ao Conselho Tutelar ou à autoridade policial, que, por sua vez, devem informar prontamente o Ministério Público.

Além disso, o Artigo 15 da mesma lei determina que o Poder Público deve criar serviços de atendimento, ouvidoria e resposta para receber denúncias de violações de direitos de crianças. Esse artigo também exige que as denúncias sejam comunicadas simultaneamente à autoridade policial, ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público, garantindo uma resposta ágil e eficaz na proteção das vítimas.

O profissional que deixar de realizar a denúncia pode ser sancionado pelas autoridades competentes como o previsto no ECA: Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (BRASIL, 1990). Essa obrigação legal, contudo, encontra sua razão fundamentada na necessidade de proteção das crianças e dos adolescentes vítimas de violência: o ato de notificar tais casos às autoridades responsáveis pode contribuir para interromper o ciclo da violência sexual que, reiteradas vezes, vem sendo transmitido de geração para geração. Em

casos extremos, a decisão de não notificar pode acarretar sérias consequências para a vida das crianças e dos adolescentes. A notificação torna-se assim em um direito da criança e do adolescente na medida em que constitui uma forma de prevenção secundária, nos casos em que crianças e adolescentes estão em situação de risco ou quando a violência sexual já ocorreu, pois pode proteger esses indivíduos da repetição da violência perpetrada.

O comunicado às autoridades de suspeitas ou ocorrências de violência contra crianças e adolescentes e o papel dos diversos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos deverá contribuir para redução dos potenciais danos, de maneira que este não provoque maiores sequelas em crianças e em adolescentes sexualmente abusados. Além de ser um dever moral e humanitário do educador, outra razão de igual importância para fazer a notificação de casos suspeitos é a obrigação estabelecida no mesmo ECA: As razões para o exercício desse dever legal, moral e humanitário são, em resumo:

- Evitar que a mesma criança ou adolescente seja novamente vítima de abuso e de exploração sexual;
- Evitar que outras crianças e adolescentes sejam vítimas de abuso e exploração sexual;
- Prevenir que crianças e adolescentes sexualmente abusados repitam, na vida adulta, a violência sofrida;
- Levar o autor da violência sexual a ser responsabilizado por sua ação e, ao mesmo tempo, receber ajuda educacional e psicossocial para não reincidir no ato.

O município de Várzea Paulista em parceria com o Ministério Público está participando de um comitê de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, que atualmente está construindo um fluxograma de atendimento a essas vítimas. Segue versão preliminar do fluxograma:



FLUXOGRAMA GERAL DO MUNICÍPIO



Fluxograma de atendimento a situações de violência contra crianças e adolescentes



FLUXOGRAMA DA EDUCAÇÃO

UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO





7. RECURSOS DIDÁTICOS

Os recursos didáticos são elementos fundamentais que compõem a memória cultural e o cotidiano das pessoas em diversas sociedades. Ao longo da história da educação, uma variedade de recursos tem sido incorporada aos processos pedagógicos, refletindo o desenvolvimento e a integração de tecnologias nas comunidades. Esses recursos possuem potencialidades que podem influenciar aprendizagem de conteúdos, processos ou conceitos, especialmente nas práticas pedagógicas da Educação Infantil (Etapa 2) e no Ensino Fundamental (Ciclo 1 e Ciclo 2).

As estratégias de ensino e aprendizagem são consideradas pela intencionalidade docente na seleção de recursos, que incluem:

- Mapas de foco;
- Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação;
- TVS na sala de aula;
- Tablets Na Sala De Aula;
- Livro Didático e Paradidáticos;
- Lousa digital;
- Plataforma Elefante Letrado;

É importante considerar que as tecnologias podem ser vistas sob diferentes ângulos educacionais, sendo relacionado ao uso que se faz delas. Por exemplo, tanto o uso de computadores e internet quanto a utilização de materiais recicláveis podem revelar seu potencial educativo dependendo de como são integrados nas atividades de ensino. Portanto, as mudanças provocadas pelos Avanços Tecnológicos Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), em meio à globalização e ao capitalismo, impactam diretamente a maneira como as pessoas se relacionam, trabalham e acessam informações.

7.1 Mapas de foco

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018, surgiram preocupações significativas relacionadas ao Processo de Implementação. Um dos principais desafios identificados foi o distanciamento entre as Aprendizagens Esperadas e as Aprendizagens Efetivas dos alunos.

Para enfrentar essa realidade, foram elaborados os Mapas de Foco em 2020, com o objetivo de apoiar a implementação da BNCC e a adequação do currículo.

Desenvolvidos pelo Instituto Reúna e Itaú Social, com o apoio do Ministério da Educação, esses documentos oferecem uma estrutura para reorganizar a Progressão das Habilidades. Eles orientam a elaboração de uma Proposta Curricular Bianual, permitindo a priorização das aprendizagens em relação às Unidades Temáticas, Objetivos de Aprendizagem e outras habilidades do currículo.

Estrutura dos Mapas de Foco

Os Mapas de Foco orientam e organizam os Planos de Aula anuais, priorizando as aprendizagens com base em critérios de relevância. Isso assegura a Progressão Vertical e Horizontal no currículo, promovendo o desenvolvimento integral do aluno, focando nas prioridades e evitando cortes nas habilidades.

Para o ano letivo atual, daremos continuidade às orientações sobre o uso dos Mapas de Foco, com um olhar atento ao percurso de aprendizagem. Isso envolve a análise das experiências, conhecimentos, habilidades e competências que não foram abordados ou que precisam ser reforçados, especialmente em contextos de transição vividos pelos alunos.

O desenvolvimento do currículo, conforme o Plano de Ensino Anual, é fundamentado na BNCC, formalizando o trabalho docente nas escolas e buscando promover a equidade. Essa abordagem visa corrigir desigualdades educacionais, pautando-se nos direitos de aprendizagem, e não em expectativas.

Para contribuir com esse processo, continuaremos utilizando os Mapas de Foco, classificando as habilidades em três grupos:

- **Aprendizagens Focais (AF):** Habilidades relevantes para a vida contemporânea, essenciais para o desenvolvimento em cada área do conhecimento, interdisciplinares e integradoras;
- **Aprendizagens Complementares (AC):** Habilidades que complementam as aprendizagens essenciais, atendendo alunos que já consolidaram as AF;



- **Expectativas de Fluência (EF):** Presentes apenas nos Mapas de Foco de Português e Matemática, englobam conhecimentos que devem ser desenvolvidos com fluência, facilitando a compreensão das AF.

As Expectativas de Fluência são apresentadas de três maneiras:

- **Sinalizadas como Expectativas de Fluência (EF):** Exemplo: (EF01MA05) Comparar números naturais em situações cotidianas;
- **No Campo de Comentário:** Quando parte da habilidade deve ser mobilizada, por exemplo, (EF02MA16) Estimar e medir comprimentos utilizando unidades de medida;
- **Como Objetivos de Aprendizagem das AF:** Exemplo: (EF6LP20) Produzir textos em diferentes formatos, refletindo sobre a adequação linguística.

Ações Necessárias para a Implementação

Para que os Mapas de Foco cumpram sua função de reduzir o distanciamento entre as aprendizagens reais e as esperadas, algumas ações devem ser adotadas:

- **Análise e Seleção Criteriosa das Habilidades Focais:** Avaliar o que já foi trabalhado e definir prioridades;
- **Paralelo entre Habilidades Focais e Currículo:** Facilitar decisões sobre quais habilidades priorizar, alinhando os Mapas de Foco com os Planos de Aula;
- **Relação entre Habilidades:** Garantir a articulação entre AF, AC e EF para cobrir as habilidades da BNCC, organizando ações que favoreçam a recuperação e progressão das aprendizagens;
- **Orientação para Planejamento/Replanejamento:** Envolver ativamente a equipe pedagógica e os professores;
- **Articulação de Métodos Ativos de Aprendizagem:** Assegurar o protagonismo do aluno;
- **Currículo Contínuo:** Recomposição das Aprendizagens

A recomposição das aprendizagens consiste em um conjunto de ações destinadas a diminuir os impactos e as defasagens geradas por diversas situações. O principal objetivo é contribuir para o processo de aprendizagem,



levando em conta os diferentes níveis dos estudantes e validando seus contextos. Além disso, busca-se retomar habilidades não desenvolvida, implementando estratégias que potencializem os conhecimentos serem adquiridos.

As ações mais relevantes que podem impulsionar o processo de ensino-aprendizagem incluem:

- Acolhimento: Criar um ambiente seguro e acolhedor para os alunos;
- Priorização/adequação curricular: Ajustar o currículo às necessidades dos estudantes;
- Planejamento: Desenvolver um planejamento estratégico que contemple as diversidades;
- Avaliação diagnóstica e contínua: Realizar avaliações que identifiquem as habilidades e dificuldades dos alunos ao longo do processo;
- Adaptação das práticas pedagógicas: Incluir estratégias diversificadas para atender a todos os estudantes;
- Formação de professores: Proporcionar capacitação contínua para os educadores;
- Acesso a materiais adequados: Garantir que todos os alunos tenham acesso a recursos didáticos apropriados;
- Adaptação do tempo: Flexibilizar o tempo necessário para a aprendizagem, respeitando o ritmo de cada estudante.

Essas ações são fundamentais para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz, contribuindo para a recuperação e o fortalecimento das aprendizagens dos alunos.

7.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs no ensino

Este contexto de mudanças exige um olhar atento para as questões que envolvem o papel da escola e sua atuação diante dos impactos das TDICs na sociedade e nos processos de ensino e aprendizagem desde a Educação Infantil. Assim sendo, a Unidade Gestora Municipal de Educação (UGME) vem implementando ações com o objetivo de incluir os processos Educativos da Rede



de Ensino, neste contexto contemporâneo de modo a proporcionar aos alunos uma Educação de qualidade, garantindo o direito à Educação Básica como instrumento de promoção da cidadania e forma de contribuição no alcance das Metas do PNE– Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014 e do PME – Plano Municipal de Educação - Lei nº 2.225, de 13 de outubro de 2014, visando estabelecer ações educativas que tenham como referência teórico-metodológica uma organização pedagógica na qual, o desenvolvimento e aprendizagem sejam considerados um processo articulado, que envolva o sujeito, a sua história, sua interação com o outro e possibilidades em relação aos aspectos cognitivo, afetivo e social, bem como a realidade sociocultural dos alunos, o contexto da escola e sua diversidade.

Neste sentido, as práticas de ensino vêm se reestruturando no últimos anos, no tocante ao acesso e tratamento da informação, sendo uma das metas da Base Nacional Comum Curricular “compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa e ética” (BNCC, 2018) e com o Complemento da BNCC (2022) no qual a “Computação permite explorar e vivenciar experiências, sempre movidas pela ludicidade por meio da interação com seus pares” (Resolução CEB 01/2022) . Assim, se faz necessária a criação de ambientes que proporcionem a construção de conhecimento, através de recursos tecnológicos digitais, possibilitando o desenvolvimento de aprendizagens alinhadas a demandas contemporâneas, como orienta a Base.

Para tanto, a UGME adquiriu, nos últimos anos, TVs Smart, projetores multimídias, lousas digitais e Tablets para serem incluídos como recurso pedagógico no desenvolvimento de ações docentes em sala de aula, apoiando a promoção de aprendizagens na Educação básica (Educação Infantil - Etapa 2 e Ensino Fundamental - Ciclo 1 e Ciclo 2), diante da multifuncionalidade que estes equipamentos podem proporcionar, a partir do incentivo a diferentes formas de aprendizagem, considerando a capacidade destes em traduzir em diferentes formatos os conteúdos do organizador curricular, apoiado pela intencionalidade do professor e por sua mediação pedagógica, nas mais diversas áreas do conhecimento. As Unidades Escolares Municipais também vem recebendo recurso do PDDE– Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo, referente ao



Programa Inovação Educação Conectada² (PIEC), que visa apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e satelital, e o fomento do uso de tecnologia digital na Educação Básica.

As aquisições, alinhadas ao programa PIEC, a geração de orientações e documentos pedagógicos, bem como as formações continuadas oportunizadas pela UGME, visam apoiar a incorporação das TDICs de forma coerente com as Diretrizes Educacionais do Referencial Curricular da Rede, buscando orientar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos docentes (pedagógicos e administrativos do recurso), com o apoio dos Gestores e Coordenadores Pedagógicos, na Unidade Escolar, que vai muito além do uso, ou seja, segue no sentido de enriquecer e qualificar o processo de ensino e de aprendizagem, tendo a tecnologia digital como uma aliada no serviço educacional prestado pelo município.

Cabe lembrar que a tecnologia é um elemento de organização social na contemporaneidade, construído na e pelo movimento histórico humano, não se pode ser ignorado, principalmente diante dos problemas cada vez mais complexos enfrentados pela humanidade. Desta forma, é papel do educador oportunizar uma formação que humaniza, tendo o aluno como um ser humano, no sentido pleno e universal, que se apropria, elabora e participa da produção de significados historicamente desenvolvidos, como as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

7.3 Inserção TVS na sala de aula³

Um dos recursos da tecnologia é a **TELEVISÃO**, que está presente na maioria das residências brasileiras; em nossas Unidades Escolares, foram adquiridos recentemente 1 aparelho televisor para cada sala de aula: a fim de servir estritamente ao fazer pedagógico e à intencionalidade educativa do professor, de forma consciente e oposta ao uso doméstico, em dia determinado / planejado na rotina. Desta forma, a televisão torna-se uma ferramenta

² Programa PIEC – mais detalhes no Capítulo.

³ Fonte: UNESCO policy guidelines for mobile learning. 2014. Por Juliana Antunes | jul 22, 2016 | Infra-estrutura, Inovação e Tendências.

<https://www.techtudo.com.br/noticias/2012/01/o-que-e-nfc.ghtml>



transformadora, pois possibilita ao professor modificar as aulas, transformando-as em laboratórios de construção de conhecimentos, troca de experiências, desenvolvimento da criatividade e da imaginação - fontes de motivação e inspiração criadora para os alunos. Quando aliada ao plano de aula do professor, enquanto ferramenta estratégica, a TV passa a ser um instrumento importante e democrático em sala de aula permitindo transitar nas linhas do tempo dos diversos períodos históricos, através da exibição de produções de época, comparações e análise com os dias atuais, análise e reflexão diante do futuro, vinculando notícias, reportagens em tempo real e as grandes descobertas científicas.

Uma outra proposta seria viabilizar a conexão das temáticas apresentadas na televisão ao ensino de sala de aula, (desde que adequadas ao plano de trabalho do professor), aproveitando a rapidez com que se obtém as informações, a diversidade de usos da linguagem, maneiras de comunicar uma mesma notícia, das imagens, pesquisas, programas científicos, entre outros, de forma atrativa e contextualizada.

Os televisores adquiridos possuem a capacidade de se conectar à Internet; também chamados de “televisões inteligentes”, por conta de serem os aparelhos mais modernos do mercado, as SMART TV’s são capazes até de possibilitar outras formas de conexão e acessibilidade, como NFC (a NFC - Near Field Communication - é uma tecnologia que permite a troca de informações entre dispositivos sem a necessidade de cabos ou fios (wireless), sendo necessária apenas uma aproximação física.), Bluetooth, HDMI e USB. Esse tipo de televisor é uma espécie de união entre computador, televisão e aparelhos decodificadores. Listamos a seguir algumas possibilidades de trabalho utilizando as SMART TV’s, por segmento:

EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHES E PRÉ-ESCOLAS)

- **Aproximar** cultura, linguagem, cognição, afetividade, imaginação, lógica, sociabilidade e criatividade (danças, culturas e tradições);
- **Propor** Jogos de imitação, estátua, dança da cadeira, desfile temático, com mediação do professor, utilizando SOM e IMAGEM.
- **Mediar** a leitura de mundo por meio da intervenção do professor;



- **Contextualizar** de aulas planejadas, (vídeos, filmes de época, desenhos antigos), fazendo-se o contraponto com a realidade atual;
- **Propor** o Dia do “Cinema Coletivo” em dias diferenciados (festas, eventos planejados), preferencialmente com exibição de vídeos/gravações em que as próprias crianças “apareçam” em filmagens nas brincadeiras, em diferentes momentos da rotina escolar;
- **Proporcionar** as pesquisas de sons e imagens de animais (descobrir somente pelo som; depois, visualizar qual é...);
- **Pesquisar** sons e imagens de animais (descobrir somente pelo som; depois, visualizar qual é...);
- **Disponibilizar e engajar** a participação em clipes musicais interativos (para movimentar o corpo e cantar: KARAOKÊ/VIDEOKÊ);
- **Produzir** materiais audiovisuais com os alunos, com auxílio de aplicativos: animações / avatares / sobre orientações já trabalhadas em sala, como por exemplo, combate à dengue, cultivo de plantas, momentos da rotina na escola para serem exibidos no dia da reunião de pais, reconto de histórias.
- **Organizar** momentos de relaxamento após uma brincadeira “de velocidade” ou horário de parque, entrelaçando IMAGENS, SONS E ALONGAMENTOS.

ENSINO FUNDAMENTAL (CICLOS I E II)

- **Aproximar** cultura, linguagem, cognição, afetividade, imaginação, lógica, sociabilidade e criatividade (danças, culturas e tradições);
- **Planejar** dias diferenciados, com a participação / roteiro elaborado pelas crianças (festas, eventos, finalização de projetos, etc...), preferencialmente com exibição de vídeos / gravações em que as próprias crianças “apareçam” em filmagens nas brincadeiras, em diferentes momentos da rotina escolar, inclusive no “making off”;
- **Estudar** sobre o ser humano (biologia, saúde reprodutiva, anatomia), favorecendo a “aprendizagem visual” e a PRÁTICA DA



PESQUISA;

- **Explorar** documentários que abordem ecologia e consciência ambiental, sob o viés artístico e cultural;
- **Pesquisar** a história da Literatura Local e Mundial;
- **Socializar** canais e programas educativos (links, documentários, curtas e séries, dentro de Sequências e Projetos Didáticos)
- **Produzir** vídeos / animações com o auxílio do TABLET disponibilizado aos alunos, de forma inter / multidisciplinar, para serem reproduzidos (“espelhados”) na SMARTTV.

DISPONIBILIDADE DE CANAIS SKY: lista disponível em: <https://escolaplus.com/canais-por-pais/?pais=brasil>

Pode-se explorar os conteúdos dos canais na perspectiva dos planos de trabalho dos professores.

7.4 Inserção dos tablets na sala de aula

Antes de começar a usar o tablet na escola, na prática docente em sala de aula, os gestores e professores, na educação infantil e no ensino fundamental, precisam se atentar a alguns detalhes importantes: apoiar as crianças na construção de uma relação com as TDIC (potencial para aprendizagem), observar as questões de infraestrutura, organização para o uso, bem como o planejamento pedagógico para o uso do recurso.

A princípio é importante abrir o diálogo com estudantes e professores sobre a inserção deste novo instrumento de aprendizagem e suas possibilidades, esclarecendo o que cada uma das partes (professores e estudantes) esperam do seu uso em sala de aula. Assim, todos alinham seus interesses, o que colabora para que os momentos pedagógicos sejam mais produtivos.

Ainda sobre processos produtivos, cabe considerar que mesmo sendo possível disponibilizar os tablets de forma individualizada, as atividades coletivas (cooperação e colaboração) promovem interações entre os estudantes, mobilizam a participação ativa e protagonismos nas interações.

Portanto, o foco no uso dos tablets está na mobilidade e não na individualidade, haja vista que já são apresentadas pesquisas que esclarecem



que a individualização e abuso no uso de TDIC, podem gerar transtornos e uma sérias dificuldades pessoais e sociais.

Assim, se faz necessário, a todos os atores (alunos, gestores, professores e pais), desenvolver novas consciências sobre os processos educativos com a participação dos tablets na relação aula/aprendizagem. Ao considerar, também as dificuldades de aprendizagem, das mais diversas ordens, a tecnologia pode ajudar, em alguma medida, para que atividades escolares, sociais e vocacionais, sejam feitas com mais autonomia.

Segundo a UNESCO “o banimento das tecnologias móveis nos sistemas formais de educação não impede os jovens de utilizá-las.” Sabemos que as tecnologias móveis são canais para acessar materiais impróprios (ex. violência e erotização) e motivar comportamentos indesejáveis (ex. bullying) que podem exacerbar as desigualdades, de gênero e outros tipos. Entretanto, as escolas têm boas condições para fornecer orientação sobre os usos adequados e produtivos dos aparelhos móveis e, em muitos casos, é improvável que os estudantes recebam essa orientação em outros lugares.

Desta forma, orienta que as instituições de ensino com apoio dos adultos na comunidade escolar, devem aumentar a conscientização dos estudantes sobre o uso seguro dos aparelhos móveis, evitando os perigos inerentes ao acesso livre à comunicação e às informações, incluindo o uso excessivo (ex. esforço ocular e exposição à radiação eletromagnética) e o vício em internet (ex. riscos emocionais).

Assim, o diálogo com a comunidade escolar pode incluir:

- o ensino da cidadania digital na promoção do uso responsável;
- adoção de diretrizes escolares de uso responsável;
- diálogos sobre o equilíbrio entre interações online/offline, tempo de tela produtivo/improdutivo e saudável/não saudável;
- conhecer os riscos e possibilidades de uso de aparelhos móveis.

As novas tecnologias de informação e comunicação, incluídas nos processos educacionais trazem novos desafios ao fazer docente, mas também aproximam os processos educativos de possibilidades de interação diversificada com o conhecimento, sua manipulação e construção.

- **Administrando o uso dos Tablets Na Sala De Aula**

Os estudantes, no contexto atual da rede de ensino, estão familiarizados com determinadas ações “convencionais” na mediação pedagógica, como uso dos livros, cadernos, folhas de atividades, lousa, tv entre outras. Cabe ressaltar que a inovação nas intervenções pedagógicas, não necessariamente advém da mediação tecnológica digital, haja vista que “inovar” se relaciona com mudanças e/ou melhorias de algo já existente, demodo criativo e dinâmico.

Apresentar o tablet na sala de aula para os estudantes é uma abertura para a inovação, mediada por uma Tecnologia Digital de informação e Comunicação- TDIC, permitindo acessar informações e recursos (online ou offline), tornando o processo de aprendizagem e avaliação, por habilidades e competências, mais dinâmico, inovador e eficiente.

No entanto, o tablet não é uma ferramenta inovadora por si só, esta inovação só se concretizará mediante as intervenções e ações didáticas, o que inclui, A INTENCIONALIDADE DA AÇÃO DOCENTE ORIENTADA entre o estudante, o instrumento (tablet e seus aplicativos), o estudante e o conhecimento (objetivos de aprendizagem), do contrário se tem o instrumento com ações arraigadas no fazer tradicional e individualizado.

As possibilidades pedagógicas inovadoras com o Tablet na Educação Infantil (etapa2) e no Ensino Fundamental (Ciclo 1 e Ciclo 2), que propicia ao professor e estudante novas formas de ensinar e aprender, só irão promover a integração de valores e habilidades e comportamentos quanto a vivência e para os processos de aprendizagem, diante de dinâmicas para a sua integração na sala de aula delineando objetivos e regras claras para o uso do equipamento, que necessitam ser observadas e problematizadas coletivamente entre estudantes, professores, e equipe gestora.

Segue alguns elementos para dar início a este diálogo na e com a comunidade da Unidade Escolar: o fluxo de aula, foco no objeto de aprendizagem, organização e desenvolvimento da ação docente.

Dialogando sobre a dinâmica do uso do tablets em sala de aula

ORGANIZAÇÃO Estabelecer diretrizes no coletivo (professores e estudantes) para:	DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO DOCENTE Planejamento de ações e mediação:	FOCO NO OBJETIVO Direcionamentos para manter o foco dos estudantes.	FLUXO DE AULA Algumas dicas para manter o desenvolvimento do Plano de ensino:
EDUCAÇÃO INFANTIL (ETAPA 2) e ENSINO FUNDAMENTAL CICLO 1 E CICLO 2			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de regras sobre as formas de armazenamento e manipulação segura do equipamento. (como e onde serão armazenados e registro de eventuais problemas) 2. Definição de como se dará a Manutenção preventiva depois e determinado período de uso (como higienização e limpeza, verificação da bateria) 3. Criação de estratégias de socialização entre os professores (nos períodos Manhã e tarde) de registro sobre as condições dos equipamentos. (Informando eventuais problemas e direcionamentos dado a manutenção do equipamento) 4. Criação de critérios de acompanhamento e gerenciar o uso do tablet pelos alunos - 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer a curadoria do recurso que irá mediar a aula usando o tablet (software educativo e ou software que será adaptado ao uso educacional). 2. Compreender a dinâmica do software escolhido e socializar seu funcionamento com os alunos, antecipando possíveis dificuldades, esclarecendo-as. 3. Definir em plano de aula as aprendizagens que serão desenvolvidas, bem como as dinâmicas de intervenção/mediação docente. 4. Apresentar aos alunos, antes de iniciar as intervenções e processo de uso, o que se espera deles com a atividade. 5. Estabelecer a avaliação do resultado do processo de intervenção 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Explicar aos alunos a atividade que será desenvolvida (software escolhido, seu funcionamento e o que os alunos deverão realizar), sendo a única estar segurando o tablet. Quando terminar de passar as orientações, os alunos são autorizados a pegar seus materiais e começarem a tarefa, evitando distrações. 2. Explique detalhadamente como os alunos devem realizar as atividades que você propuser. Lembrem-se que se houver uma TV SMART, na sala, esta é um ótimo recurso de espelhamento da tela do tablet do aluno, para socializar a tarefa com todos na sala de aula. 3. Acompanhe as ações dos alunos, utilize-se de intervenções para alcançar as aprendizagens organizadas no plano de aula e até transpô-las diante das perguntas e curiosidades dos alunos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer com os alunos estratégias para socialização de suas dificuldades/dúvidas no desenvolvimento da aula com o professor, exemplo: levantar a mão para ter os esclarecimentos ou colocar os alunos em grupos para socializarem suas conquistas e entraves. 2. Sempre tenham um plano B, no uso de equipamentos eletrônicos/digitais. Assim, caso algum equipamento não esteja funcionando, o aluno poderá aguardar sua intervenção coletiva, para depois ter atendido a sua demanda específica, exemplo: colocar alunos em dupla até resolver o problema com o tablet, ou ter dois momentos diversos e antecipar o segundo para um grupo e depois inverter. 3. Antecipar possíveis dúvidas dos alunos, tanto sobre o funcionamento do software escolhido, como sobre as

<p>exemplo, associar o uso do tablet ao aluno, identificando - o por lista de chamada ou por agrupamento/posição do salunos na sala de aula.</p> <p>5. Para um “contrato didático” com os alunos, dialogando sobre responsabilidades e cuidados coletivos para entrega, uso e devolução do tablet, a espaços apropriados para conservação do equipamento.</p>			<p>ações diante do objeto de conhecimento. Esclarecendo-as de forma coletiva quando necessário.</p> <p>4.Determine momentos para utilizar os equipamentos e outros para gerar diálogos sobre o(s) objeto(s) de conhecimento e observar a apropriação dos alunos e o desempenho na proposta (Avaliação das aprendizagens e do processo).</p>
--	--	--	---

- **Curadoria de Recursos Educacionais (Aplicativos e softwares)**

De acordo com o Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB , a curadoria de recursos educacionais tem um papel fundamental na qualificação dos recursos, pois possibilita valorar, dentro de uma grande quantidade de oferta de recursos, “aqueles que são mais relevantes a partir da consideração de um conjunto de critérios previamente definidos e que normalmente estão relacionados a determinados contextos específicos”, ou seja, a intencionalidade pedagógica, para determinado público, dentro de uma proposta curricular, considerando as possibilidades de intervenção no desenvolvimento de aprendizagens.

Desta forma, a ideia básica do processo de curadoria é conseguir selecionar, avaliar, organizar, administrar e comparar os conteúdos e funcionalidades dos recursos educacionais digitais (aplicativos, softwares e sites) de maneira que eles possam ser utilizados e compartilhados dentro da rede de ensino na Educação Infantil (Etapa 2) e no Ensino Fundamental (Ciclo 1 e Ciclo 2).

Considerando esta demanda emergente, na inserção dos tablets na sala de aula como instrumento de mediação das aprendizagens, A UGME elaborou uma breve curadoria sobre alguns recursos, alinhados ao Currículo de forma interdisciplinar (sempre que possível), que não se esgotam neste processo, mas que direciona futuras ações de curadoria nas Unidades Escolares, a serem socializadas nos diálogos coletivo sobre as práticas (HTPCs), e que podem ampliar esta atividade educativa emergente, fruto da possibilidade de INOVAÇÃO conforme documento de ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS - USO DOS TABLETS NA REDE DE

ENSINO⁴, com DIRETRIZES que orientam o alinhamento das ações docentes, apoiadas sobre a curadoria de recursos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o Organizador Curricular de cada Etapa de ensino.

Portanto, o documento com DIRETRIZES apresenta as diferentes etapas de ensino, o alinhamento curricular, a interdisciplinaridade e a perspectiva da inclusão, considerando o desenvolvimento efetivo diante das competências e habilidades (Ensino Fundamental), objetivos de aprendizagem (Educação Infantil), considerando o desenvolvimento cognitivo e socioemocionais das crianças.

A CURADORIA DE RECURSOS nas Orientações do documento (Diretrizes), não

⁴ Drive de acesso as diretrizes:

https://drive.google.com/drive/folders/1TU7h_6zKNm1PwJ_FgnrgQbHViGBwCPTN?usp=drive_link

dispensa o Plano de Aula, com seus registros de organização sobre as aprendizagens, intencionalidade e metodologias em todas as Etapas em que estarão sendo utilizados.

Ele é uma das bases para análise e direcionamentos pedagógicos, no uso de recursos, para avaliar e analisar suas potencialidades e possibilidades.

7.5 O Livro Didático

O bom livro didático é aquele usado por um bom professor.

Circe Bittencourt⁵

O livro didático traz para os processos educativos a figura do autor, que passa a dialogar com o professor e com o aluno. Nesse diálogo, o livro é portador de escolhas sobre temas a serem estudados no diálogo com os objetos de conhecimento que vão apoiar o desenvolvimento das habilidades em determinada área de conhecimento, sua abordagem e métodos na condução dos processos educativos seguem determinado caminho didático e a organização curricular, que orienta a progressão, passa por determinadas escolhas sobre trilhas e caminhos na construção do saber (apesar de fundamentados na BNCC existe uma relação como mercado que influencia a escolha de temas e definições metodológicas). A de se considerar também traços culturais e sociais sobre a linguagem, sobre a arte em imagens e figuras e outros aspectos semióticos da sociedade que podem ser privilegiados em detrimento de outro, portanto ele não é neutro.

Este olhar amplo sobre alguns aspectos do livro didático não se esgotam nas ações do PNLD⁶, ela é dinâmica e deve ser sistemática, perpassando a intencionalidade da ação docente, na objetivação do conhecimento, em todas as áreas do conhecimento e etapas do ensino.

Este recurso didático, mesmo em tempos multimidiáticos (que conectam som, imagem, texto, animação e vídeo), tem a função de organizar sistematicamente o conhecimento escolar, por esse motivo é que traz vantagens ao reunir informações com propósito educativo, organizando informações em uma estrutura específica para os

⁵ Circe Bittencourt Historiadora, é docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Em entrevista a nova escola(2017) <https://novaescola.org.br/conteudo/877/circe-bittencourt-o-bom-livro-didatico-e-aquele-usado-por-um-bom-professor>

⁶ O PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático, é uma política pública executada pelo FNDE e pelo Ministério da Educação, destinado a avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma sistemática, regular e gratuita para as escolas públicas. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/informe-pnld>

processos escolares. O que faz dele um recurso valioso com ferramenta educacional, auxiliando o professor na condução das ações pedagógica e também dando suporte aos alunos, na apropriação de conceitos escolarizados.

Segue algumas dicas que não se esgotam na apresentação abaixo e não desconsidera a necessidade da intencionalidade docente relacionado ao seu projeto didático:

- Faça a curadoria dos recursos ofertados pelo livro didático sobre o objeto de conhecimento e os temas utilizados. alinhando os a sua intencionalidade;
- Os alunos podem ler e resumir os conteúdos do tópico em um parágrafo ou elaborar mapas conceituais, ou mapas mentais;
- Elaboração de grupos de estudo (ou em ações individuais) para processos de sala de aula invertida⁷;
- Oportunizar espaços para que os alunos relacionem as imagens com o conteúdo abordado pelo texto (do livro ou outros textos fornecidos pelo professor) e possam dialogar e/ou registrar suas impressões;
- Orientar a anotação de tópicos importantes, expressões ou palavras desconhecidas;
- Fazer uso de atividades complementares sugeridas bem como visitar outros links sugeridos com outros recursos didático;
- Analisar os conteúdos digitais disponíveis;
- Atente-se as sugestões do livro do professor, pois pode apresentar algo novo para enriquecer a aula;
- Dar ênfase mais a possíveis perguntas do que respostas sobre o conteúdo apresentado: explorar as indagações dos alunos para esclarecer e aprofundar os conceitos abordados.

7.5.1 Letramento Literário: Incentivo à leitura e a escrita por meio dos Livros Paradidáticos

Ler é prática social essencial em nossa sociedade “porque tudo o que somos, fazemos e compartilhamos passa necessariamente pela escrita.” e para entendermos

⁷ Aprendizagem Ativa no Ensino Superior: a proposta da sala de aula invertida - José Armando Valente Depto. de Multimeios, Nied e GGTE - Unicamp & Ced – PucSP
http://catalogo.educacaonaculturadigital.mec.gov.br/hypermedia_files/live/nucleo_de_base1/medias/files/classe_invertida.pdf

como as ações de ler e escrever trazem impactos para o fazer em sociedade, das mais diferentes formas maneiras, elencamos a teoria do letramento.

O letramento amplia a ação de ler e escrever considerando o conhecimento vinculados a estas ações, na sua potencialidade para a comunicação, para as formas de se relacionar com as pessoas, ler e escrever no e sobre o mundo, dando forma a ele, ou seja, o “letramento designa as práticas sociais da escrita que envolvem a capacidade e os conhecimentos, os processos de interação e as relações de poder relativas ao uso da escrita em contextos e meios determinados (STREET, 2003 apud SOUZA & CASSON).”

Considerando também, a diversidade das práticas sociais de escrita, a literatura aponta para a coerência de nos referirmos ao termo no plural: letramentos ou até multi-letramentos, que procura abranger toda a complexidade dos meios de comunicação de que dispomos no contexto atual (letramento digital, letramento informacional, letramento visual, letramento financeiro, letramento midiático etc).

Assim, podemos pensar o letramento literário para integrar o plural dos letramentos, sendo um dos usos sociais da escrita.

É importante compreender que o letramento literário requer uma atualização permanente do leitor em relação ao universo literário. Também não é apenas um saber que se adquire sobre a literatura ou os textos literários, mas uma experiência de dar sentido ao mundo por meio de palavras que falam de palavras, transcendendo os limites de tempo e espaço.

O letramento literário enquanto construção literária dos sentidos se faz indagando ao texto quem e quando diz, o que diz, como diz, para que diz e para quem diz. Respostas que só podem ser obtidas quando se examinam os detalhes do texto, configura-se um contexto e se insere a obra em um diálogo com outros tantos textos. Estes não são ações naturalizadas ela faz parte de um processo de escolarização da literatura, para apoiar a formação de um repertório leitor.

A Unidade Gestora Municipal de Educação – UGME considera a leitura como uma aliada para a interação dos alunos com o seu ambiente (social, cultural, familiar, escolar etc) e também para a compreensão do mundo, portanto, os investimentos são para que os se familiarizem com os livros desde o seu primeiro ano de vida nas Unidades Escolares da Rede de Ensino.

Segundo Magda Soares, são várias as instâncias de escolarização da literatura, a começar pela biblioteca que determina rituais de leitura, como se deve ler, o que ler e em quanto tempo ler, na sala de aula a autora orienta o uso de textos no seu suporte ORIGINAL – O LIVRO INFANTIL, respeitando a integralidade da obra, “sem retirar ou saltar partes

partes do texto que, por alguma razão, achamos inadequadas para nossos alunos. Afinal, o texto literário carrega em sua elaboração estética as várias possibilidades de atribuição de sentidos. Para a autora, a adequada escolarização da literatura é aquela que conduz a práticas de leitura que ocorrem no contexto social, a atitudes e aos valores que correspondem ao ideal de leitor que se quer formar.

Diante destas orientações, Casson enfatiza que o objetivo maior do letramento literário escolar ou do ensino da literatura na escola é “nos formar como leitores, não como qualquer leitor ou um leitor qualquer, mas um leitor capaz de se inserir em uma comunidade, manipular seus instrumentos culturais e construir com eles um sentido para si e para o mundo em que vive”.

Letramento Literário: Promoção da Leitura e Escrita com Livros Paradidáticos

A leitura é uma prática social fundamental em nossa sociedade, pois “tudo o que somos, fazemos e compartilhamos passa necessariamente pela escrita.” Para compreendermos como as ações de ler e escrever impactam a convivência em sociedade de diversas maneiras, é essencial abordar a teoria do letramento. O letramento amplia a compreensão dessas ações, considerando os conhecimentos associados a elas e sua importância para a comunicação e as interações sociais. O conceito de letramento abrange as práticas sociais da escrita, incluindo a capacidade, os conhecimentos, os processos de interação e as relações de poder que envolvem o uso da escrita em contextos específicos (STREET, 2003 apud SOUZA & CASSON).

Além disso, a diversidade das práticas sociais de escrita nos leva a falar em “letramentos” ou “multi-letramentos”, reconhecendo a complexidade dos meios de comunicação disponíveis atualmente, como letramento digital, informacional, visual, financeiro e midiático. Nesse sentido, o letramento literário se insere nesse plural, representando uma das formas sociais de utilização da escrita.

É crucial entender que o letramento literário vai além da simples habilidade de ler textos literários. Ele exige uma atualização contínua do leitor em relação ao universo literário. Não se trata apenas de adquirir conhecimentos sobre literatura, mas de vivenciar a experiência de dar sentido ao mundo através de palavras que falam sobre outras palavras, transcendendo os limites de tempo e espaço.

A Construção do Letramento Literário

O letramento literário, enquanto construção de sentidos, envolve questionar o texto sobre quem fala, quando, o que diz, como e para quem. As respostas a essas perguntas só podem ser obtidas ao se examinar os detalhes do texto, configurando um contexto e

inserindo a obra em diálogo com outros textos. Essas ações não são naturalizadas, mas fazem parte de um processo de escolarização da literatura, essencial para a formação de um repertório leitor.

A Unidade Gestora Municipal de Educação (UGME) considera a leitura uma aliada na interação dos alunos com seu ambiente social, cultural, familiar e escolar, além de ser fundamental para a compreensão do mundo. Por isso, são feitos investimentos para que as crianças se familiarizem com os livros desde o primeiro ano de vida nas Unidades Escolares.

Segundo Magda Soares, existem várias instâncias de escolarização da literatura, começando pela biblioteca, que estabelece rituais de leitura, como o que ler e em quanto tempo. Na sala de aula, a autora enfatiza o uso de textos em seu suporte original — o livro infantil — respeitando a integralidade da obra e suas possibilidades estéticas. A adequada escolarização da literatura deve conduzir a práticas de leitura que reflitam atitudes e valores que correspondam ao ideal de leitor que se deseja formar.

Casson destaca que o principal objetivo do letramento literário escolar é “nos formar como leitores, não como qualquer leitor, mas como leitores capazes de se inserir em uma comunidade e construir sentidos para si e para o mundo.”

8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES E PROGRAMAS

A Unidade Gestora Municipal de Educação diante de suas atribuições desenvolve/orienta e acompanha as Unidades Escolares na formulação de seus objetivos educacionais e no planejamento das atividades complementares tendo como objetivo a intencionalidade pedagógica.

De maneira a garantir a participação dos alunos diante de um acompanhamento efetivo alinhado a Proposta Curricular do Município e a BNCC, as atividades complementares são direcionadas/desenvolvidas no período regular de aula, possibilitando a participação de todos os alunos.

Vale ressaltar que os direcionamentos da UGME estão alinhados a diretriz e aos princípios educacionais, conforme segue:

- a. **Desenvolvimento Holístico:** A diretriz deve enfatizar a importância de abordar o desenvolvimento holístico dos alunos. Isso significa considerar não apenas seu desempenho acadêmico, mas também seu desenvolvimento social, emocional, físico e criativo;
- b. **Diversificação de Habilidades:** As atividades complementares devem ser escolhidas de forma a diversificar as habilidades dos alunos. Isso pode envolver a oferta de atividades esportivas, artísticas, culturais e intelectuais, de modo a atender a diferentes interesses e talentos;
- c. **Inclusão e Acessibilidade:** A diretriz deve enfatizar a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou interesses. Deve-se garantir que as atividades estejam acessíveis a todos e que sejam oferecidas opções que atendam às necessidades de diferentes alunos.;
- d. **Desenvolvimento de Valores e Habilidades Sociais:** As atividades complementares podem ser uma oportunidade para desenvolver valores como trabalho em equipe, respeito, liderança e cooperação. Elas também podem ajudar os alunos a desenvolver habilidades sociais importantes, como comunicação e resolução de conflitos;
- e. **Enriquecimento Cultural e Criativo:** A diretriz pode enfatizar o enriquecimento cultural e criativo dos alunos, promovendo atividades que os exponham a diferentes formas de arte, música, dança, teatro e outras

expressões culturais;

- f. Vínculo com os Objetivos Curriculares: Embora as atividades complementares sejam distintas das aulas regulares, a diretriz pode destacar a importância de relacionar essas atividades com os objetivos curriculares, de modo a criar uma experiência educacional mais coesa e integrada;
- g. Avaliação e Feedback: A diretriz deve considerar a importância da avaliação das atividades complementares. Os educadores devem acompanhar o progresso dos alunos e coletar feedback para garantir que as atividades estejam atingindo os objetivos estabelecidos.

8.1 Programas

Os programas educacionais consistem em um conjunto de ferramentas que visam aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem nas escolas por meio de ações práticas aplicadas no dia a dia em sala de aula, ou seja, são inseridos no currículo, planejamento e rotinas.

Mais do que conduzir e comunicar conhecimento, a escola tem o papel de contribuir com o desenvolvimento humano e integral dos estudantes. A melhor maneira de fazer isso é através de programas educacionais, pois contribuem para a evolução emocional, social e cognitiva, estimula a continuidade dos estudos nas escolas, desenvolve a empatia, autocontrole, entre outras habilidades relacionadas ao emocional.

A dimensão do potencial de um programa educacional vai além de resultados, há benefícios a longo prazo, como aproveitamento significativo do ensino, redução do índice de bullying, desenvolvimento de relações intrapessoais e interpessoais mais saudáveis, favorece criatividade e autoestima dos alunos, apoio a gestão de tempo, modera conflitos dentro e fora da escola, melhora comunicação, colabora para um ambiente escolar saudável e acolhedor.

8.2 O Plano Municipal da Primeira Infância

O PMPI é um instrumento político e técnico que possibilita fazer investimentos na primeira infância de forma prática e concreta, com resultados possíveis de serem medidos.

Para elaborar o PMPI, é fundamental que o município lance um novo olhar para suas

crianças, de modo a enxergar bem além do que parece óbvio. Essa análise mais profunda permitirá entender as necessidades reais da população – em especial, das crianças de até 6 anos.

A criança não é um adulto em miniatura, nem um adulto em gestação, mas um ser em formação – cada um com seu jeitinho, personalidade e necessidades próprias. Todas as experiências pelas quais a criança passa desde seu nascimento contribuem para formar o que ela sabe e o que ela é.

Por trás da concepção de um PMPI, estão algumas questões que devem ser consideradas:

- A criança é um ser por inteiro, uma cidadã, com direitos individuais e coletivos; logo, ouvir as crianças, conhecer seus anseios, o que pensam e o que desejam para sua cidade, é fundamental;
- O Plano de seu município pode e deve estar relacionado com o Plano de seu estado, caso ele já tenha sido elaborado, mas sem deixar de focar nas questões específicas locais;
- O Plano deve contemplar todas as crianças e todas as infâncias, sem excluir nenhuma e respeitando suas diferenças – moradora da área urbana ou rural; indígena, quilombola ou ribeirinha; portadora de alguma doença ou deficiência, entre outros aspectos;
- O processo deve envolver e contar com a participação dos vários setores da administração pública que prestem serviço às crianças e suas famílias, como as Unidades Gestoras de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social. Também é importante ter a participação da Unidade Gestora de Planejamento e/ ou de Finanças, para garantir a inclusão da primeira infância no orçamento público;
- De preferência, deve-se incluir, em um único Plano, todos os direitos da criança;
- É essencial contar com ampla participação social nos diversos momentos de elaboração, ou seja, deve-se convidar a comunidade para ajudar a construir o Plano do município.

O Comitê do SPPI de Várzea Paulista recebeu, no dia 18/10/2022 a Sra Graciela Moraes e a articuladora do Programa São Paulo Pela Primeiríssima Infância em Itupeva, Sra Rosângela Veronezze, para compartilharem a experiência desse município no processo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância. A iniciativa dos membros do

Comitê de Várzea visa aprimorar e potencializar as ações já realizadas na direção da concretização do PMPI, em nosso município. Estiveram presentes os gestores das pastas da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social a fim de se apropriarem do processo e da importância da construção do PMPI.

O próximo passo é instituir a Comissão de Elaboração do Plano, por meio de Decreto do Prefeito Municipal.

8.2.1 Programa Primeiríssima Infância

O que é o Programa?

O Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância foi desenhado sob a premissa de que a promoção ao desenvolvimento da criança em todo o seu potencial (saúde, aprimoramento das ações de prevenção de agravos e apoio às gestantes) são objetivos que, além de reduzirem a mortalidade infantil, apontam para o compromisso de se prover qualidade de vida, a melhoria de todo o curso social do município.

A Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) celebraram o Convênio nº 150/2012 em 13 de dezembro de 2012 (fls.140 a 144), com vigência de sessenta meses, com o objetivo, mediante a conjugação de esforços dos convenientes, de viabilizar a execução das ações contidas no Programa - São Paulo pela Primeiríssima Infância, em regiões pré-estabelecidas no Estado.

As intervenções pensadas pelo Programa viabilizam a integração das três áreas de atendimento à Primeira Infância: Saúde, Educação e Desenvolvimento Social. Para isso, é necessário investir em um Modelo de Mudança que contemple uma estrutura de governança, através da criação de um Comitê Gestor Municipal com a participação de representantes das áreas de atendimento à criança pequena, de ONGs, Universidades, dentre outros. Dessa forma, o plano de ação, as estratégias, metas e demais ações do Programa são amplamente discutidos, compartilhados e definidos com base em uma participação democrática e transparente.

O programa tem 6 grandes objetivos:

- Apoiar a construção da linha de cuidado da criança para nortear as ações de articulação em rede para todo o Estado de São Paulo, incorporando os elementos constitutivos da integralidade na promoção do desenvolvimento infantil;
- Estimular e desenvolver governança local para construir políticas públicas integradas, que priorizem a promoção do desenvolvimento infantil garantindo

a institucionalização de uma prática sustentável e de qualidade;

- Qualificar o atendimento das gestantes e crianças de zero a três anos nos serviços de Saúde, Educação Infantil e Desenvolvimento Social;
- Mobilizar e sensibilizar as comunidades locais para a importância da atenção à Primeira Infância;
- Criar e aplicar o Índice Paulista de Atenção à Primeira Infância (IPPI) para monitoramento da atenção à primeira infância no estado. Este índice será desenvolvido pela Fundação SEADE, em parceria SES e com a FMCSV. O objetivo é que o IPPI seja adotado como política pública pelo Governo do Estado de São Paulo;
- Avaliar, sistematizar e disseminar o conhecimento gerado durante a experiência para a aplicação, em escala, por outros municípios.

O Programa propõe um modelo de mudança no município para que todo o sistema (do gestor e profissionais às famílias e sociedade como um todo) construa outro olhar e assuma uma nova postura com relação à Primeira Infância.

Para isso, seus objetivos estão relacionados à 4 eixos de atuação:

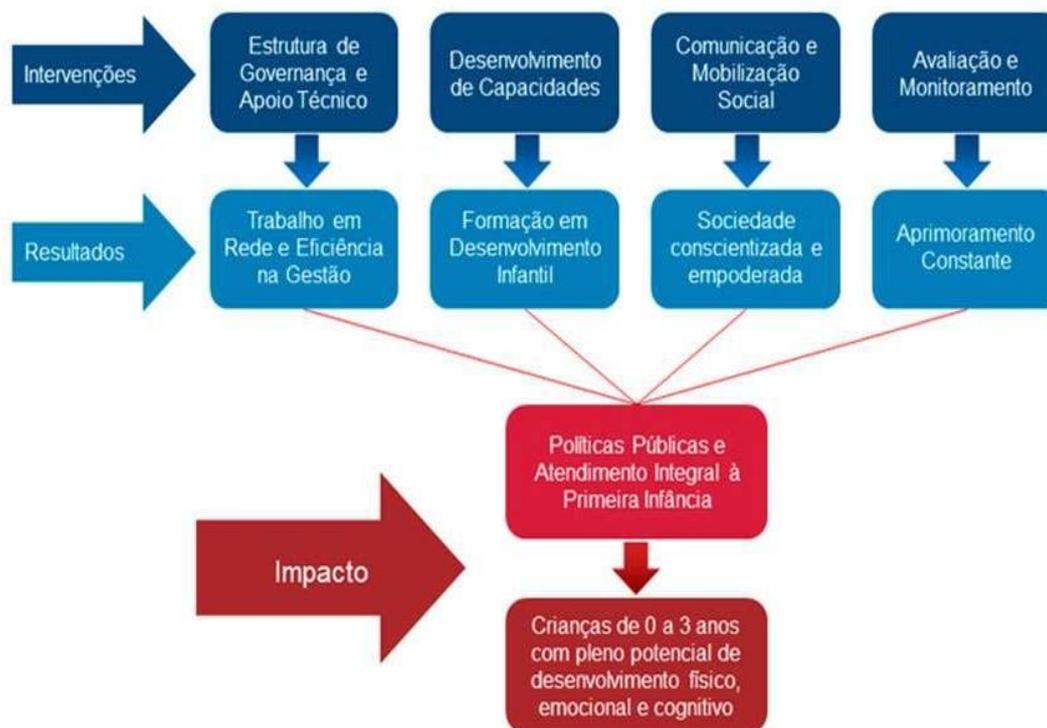
***Estrutura de governança** - criação de um Comitê Gestor Municipal para garantir a implementação e sustentabilidade do Programa. O grupo é formado por gestores e técnicos das secretarias da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social e representantes da sociedade civil para planejar e definir prioridades, articular as ações entre os diversos setores da sociedade, monitorar e avaliar o Programa. Para isso escolhe um articulador, responsável em coordenar o desenvolvimento do Programa Primeira Infância no município e integrar o trabalho do Comitê. Para qualificar a atuação da Governança, o grupo participa de oficinas de apoio técnico, semestrais, com o objetivo de desenvolver habilidades relacionadas à gestão.

***Desenvolvimento de capacidades** - oficinas de formação destinadas aos profissionais da rede. Abordam temas como: pré-natal e puerpério ampliados; grupos de famílias grávidas e com crianças de até três anos; espaços lúdicos; educação infantil de zero a três anos; humanização do parto e nascimento; puericultura ampliada.

***Comunicação e mobilização social** - produção de materiais de comunicação, campanhas de mídia e nas redes sociais, eventos e seminários. Uma das ações adotadas pelos municípios parceiros, que favorece o trabalho intersetorial das áreas de atendimento, é a Semana do Bebê com atividades voltadas às gestantes, crianças pequenas e suas famílias, envolvendo toda a comunidade.

***Avaliação e monitoramento** - Antes do início das atividades, o Programa realiza

uma avaliação da linha de base do município ou região para definir qual é o cenário atual de atenção às gestantes e crianças pequenas e orientar o processo de implantação, servindo de parâmetro a outras avaliações. A publicação 'Programa Primeiríssima Infância: Estratégias para qualificar a atenção à criança pequena' possui mais informações sobre este tema nos municípios parceiros.



MODELO DE MUDANÇA PROPOSTO

Fonte: <http://www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/profissional-da-saude/areas-tecnicas-da-sessp/saude-da-crianca/sao-paulo-pela-primeirissima-infancia>

A. Ações Do Programa Em 2024

O Programa São Paulo pela Primeira Infância (SPPI) no Município de Várzea Paulista tem como objetivo central o fomento e a promoção do desenvolvimento infantil desde os primeiros anos de vida, reconhecendo a importância crucial dessa fase para o desenvolvimento integral das crianças. Em 2024, o Comitê Municipal da Primeiríssima Infância, composto por um conjunto intersetorial de profissionais das áreas da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, foi fundamental para promover atividades que sensibilizassem tanto os profissionais como a comunidade no acesso aos equipamentos,

quanto ao conhecimento e orientações essenciais para a promoção da qualidade de vida das gestantes, puérperas e bebês.

A prioridade é criar condições para que as crianças cresçam de forma saudável e com a base necessária para o seu aprendizado, sendo assim, trabalhar de forma integrada com os diferentes setores, o Comitê tem buscado fortalecer a rede de apoio às famílias e aumentar a conscientização sobre a importância do cuidado nos primeiros anos de vida, uma etapa fundamental para a formação das capacidades cognitivas, emocionais e físicas das crianças.

Desde 2014, são realizadas no município ações com foco no desenvolvimento infantil. Na tabela abaixo constam as principais, realizadas durante o ano de 2024. Ações que evidenciam o envolvimento das crianças, dos servidores públicos municipais e da comunidade, visando o pleno desenvolvimento das crianças varzinas de 0 a 3 anos.



Aniversário da Cidade - Proposta lúdica para o evento/2024



Comitê Gestor Primeiríssima Infância – Oficina de Apoio Técnico/2024



Ações realizadas no ano de 2024

27 a 29 de maio

Semana Mundial do Brincar – “VEM PRA RODA – NO RITMO DO BRINCAR

– Com a necessidade de despertar a consciência coletiva sobre a relevância de criar ambientes livre e divertidos, envolvendo e valorizando as infâncias, priorizar o direito de aprender, brincar, comer, dormir, em uma cultura de paz, nos leva a refletir sobre o que simboliza o essencial para uma infância plena e justa. A brincadeira é considerada a maior força da existência humana, assim como a música, que é uma forma de expressar afeto e energia vital. O objetivo da Semana Mundial do Brincar em 2024 é valorizar e fortalecer essa prática ancestral, reconhecendo o direito ao brincar como um direito fundamental para uma infância plena e digna em um ambiente lúdico, equitativo e afetuoso.

<https://aliancapelainfancia.org.br/vem-pra-roda-conheca-o-tema-que-vai-nos-reger-em-2024/>

As ações foram desenvolvidas com a participação das Unidades de Creches, UBS's, CREAS E CRASS, voltadas as atividades lúdicas e brincadeiras diversificadas;

29 de julho a 03 de agosto

Semana do Bebê – O mote central “Reduzindo a lacuna: apoio à amamentação para todos”, tendo como foco a sobrevivência, a saúde e bem estar alinhados as metas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 2030. Em 2024, com um caráter mais intimista, devido ao pleito eleitoral, as ações da Semana do Bebê aconteceram entre os dias 29 de julho e 03 de agosto, se desenvolveram nas unidades escolares e de forma pontual, com atividades diversificadas envolvendo a comunidade escolar. A programação foi diversificada e envolveu ações nos CEMEB's de Creches, UBS's e CRAS junto as famílias e findou-se com a Caminhada pelo entorno das unidades escolares, ou onde mais sentiram-se à vontade para concluírem as atividades.

Para maiores informações sobre o tema, visite o site: <https://aleitamento.com.br/secoes/waba/semana-mundial-de-aleitamento-2024-tema-definido/21442/>

A Semana também contou com a Abertura Municipal, reunindo os Gestores das Pastas envolvidas e Autoridades, bem como o Comitê Gestor pela Primeiríssima Infância, a Ação foi pautada na Palestra técnica com destaque a importância do aleitamento materno e o direito que todos têm sobre essa ação.

29 de novembro

Projeto Rede à Tempo: MONITORAMENTO INTERSETORIAL DE ALERTAS EM TEMPO REAL DAS ADVERSIDADES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

Ferramenta intersetorial que aborda a atenção à primeira infância e ser prioridade nas políticas públicas brasileiras. Este período estabelece as bases para a saúde, bem-estar, aprendizagem e produtividade ao longo da vida e representa uma fase de grande suscetibilidade às influências ambientais que ameaçam o desenvolvimento na primeiríssima infância, cenários que envolvem a extrema pobreza, a falta de segurança pública, iniquidades de gênero, violência, toxinas ambientais e problemas de saúde mental, que podem afetar tanto as crianças quanto os seus cuidadores, são cruciais não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, mas também para o crescimento do país e a redução da desigualdade social. (AGUARDANDO TERMO DE ACORDO FORMALIZADO PELO INSTITUTO PRIMEIROS ANOS);

Oficina de Apoio Técnico Regional – Membros do comitê Gestor Municipal da Primeiríssima Infância de Várzea Paulista participou da oficina de apoio Técnico realizada pelo Comitê Regional da Primeiríssima Infância, no auditório da Biblioteca Municipal de Jundiaí, para tratar de tarefas conjuntas priorizando a Primeiríssima Infância nas cidades brasileiras. Mapeamento da atuação do Primeiríssima no município, e desafios considerando as transições de governo, experiências de descompressão e cuidados, oficina de boneca Abayomi, aurículo terapia e aromaterapia, fisioterapia, escalda pés e reflexologia a laser. Discussões, mediações, caminhos e soluções da atuação do Primeiríssima na transição de governo.



8.3 Programa de reforço, recuperação e consolidação da aprendizagem

O Programa foi instituído no município de Várzea Paulista - SP através da Resolução nº 02 de 09 de setembro de 2021. A mesma traça diretrizes e orienta a aplicação, não sendo facultativo nas Unidades Escolares.

O Programa de reforço, recuperação e consolidação da Aprendizagem tem como meta oferecer atividades e ações complementares ao trabalho realizado pelos professores nas experiências de aprendizagem dos alunos de rede pública municipal. O intuito é proporcionar aos estudantes a chance de reestabelecer seu envolvimento com os estudos, reforçando e recuperando conhecimentos fundamentais

O público alvo do Programa são os alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, que deverão ser definidos pelo grupo gestor das Unidades Escolares em parceria com os professores. Portanto, devem considerar as dificuldades de aprendizagem, bem como, o grupo que serão inseridos.

Esta ação será ofertada no período de aula, considerando que a participação deverá ocorrer em horário distinto das aulas das disciplinas específicas.

Sendo assim, o acompanhamento e o registro da participação nesta ação deverão ser documentados com a finalidade de avaliar a necessidade de continuidade ou direcionamento para outro grupo.

As turmas do Programa serão atribuídas para Professores Polivalentes contratados, para atuarem exclusivamente nesta ação. Os professores terão carga horária de 32 horas semanais, sendo 21 com alunos.

Terá prioridade no atendimento os alunos de Anos 3 e 5.

As ações planejadas e registradas (Planos de aula, atividades realizadas, análise do desempenho e participação do aluno, avaliação e acompanhamento/com registro dos avanços e intervenções necessárias) deverão ser acompanhadas pelas Unidades Escolares.

As ações pedagógicas devem contemplar metodologias ativas, com foco no desenvolvimento de Projetos, com a utilização de jogos diversos, contemplando habilidades de Leitura, Escrita e Raciocínio Lógico. Visto que as áreas de Conhecimento contempladas nas aulas serão Língua Portuguesa (11 aulas) e Matemática (10 aulas).

Cada Unidade Escolar deverá elaborar um PLANO DE AÇÃO para o ano letivo de 2025, seguindo as orientações da resolução 02/2021 referente ao Programa de Reforço, Recuperação e Consolidação da Aprendizagem e encaminhar para Coordenação UGME, para análise e acompanhamento. Considerando o seguinte roteiro para Elaboração do

Plano:

✓ **Definir o Público Alvo considerando os três grupos contemplados dentro do programa:**

- **Grupo 1: Reforço**

O grupo deverá priorizar os alunos que durante sua trajetória escolar apresentam dificuldades de aprendizagem relacionadas as habilidades de Língua Portuguesa e Matemática e que necessitam de situações didáticas direcionadas a Alfabetização e Letramento.

Durante a seleção e organização dos grupos será importante considerar os agrupamentos produtivos, os saberes e faixa etária a ser contemplada.

- **Grupo 2: Recuperação**

Este grupo deverá ser composto por alunos que já estão alfabetizados e que apresentam dificuldade em acompanhar propostas que contemplem habilidades/objetos de conhecimento relacionados a progressão em anos anteriores ou dentro do próprio ano.

- **Grupo 3: Consolidação de Aprendizagens**

Neste grupo os alunos a serem priorizados necessitam de intervenções pontuais a fim de consolidar determinadas habilidades/objetos de conhecimento. Podemos citar, como exemplo, alunos que já estão alfabetizados e que necessitam adquirir fluência em leitura ou conquistar autonomia na interpretação de textos.

✓ **OBJETIVOS: Onde se quer chegar, o que se deseja conquistar? Seja claro e direto.**

EXEMPLO: Intervir de forma significativa na aprendizagem dos alunos em processo de alfabetização.

✓ **METAS: Detalhamento dos objetivos a fim de acompanhar o percurso que está sendo traçado.**

EXEMPLO:

1. Identificação dos conhecimentos prévios dos alunos com relação a determinadas habilidades/objetos de conhecimento relacionadas a aquisição do Sistema de Escrita Alfabética;
2. Identificar Metodologias Ativas/Jogos diversos como recurso didático para o desenvolvimento de Situações de Aprendizagem voltadas a aquisição do Sistema de Escrita Alfabética, a fim de potencializar a aprendizagem do estudante.
3. Elaboração de um Projeto com Foco na aquisição do Sistema de Escrita Alfabética por meio de Metodologias Ativas.

✓ **JUSTIFICATIVA:** Levantamento do problema que justificará as ações contempladas no Plano de Ação, contemplando as observações realizadas nas aulas. Porque será feito? Quais foram as necessidades levantadas que justifica o Plano de Ação?

EXEMPLO: Devido o distanciamento entre as Aprendizagens esperadas e reais, frente cenário pandêmico, observamos um impacto causado na apropriação do Sistema de Escrita Alfabético, visto as dificuldades dos professores de intervir de forma pontual neste processo.

✓ **ESTABELEECER UMA METODOLOGIA ADEQUADA AO PLANO DE AÇÃO:** Direcionar como serão desenvolvidas as ações estabelecidas no Plano de Ação.

OBS: As metodologias utilizadas serão fundamentais para o andamento e o cumprimento dos Objetivos e Metas estabelecidos.

EXEMPLO: Os Planos de Aula elaborados para o Programa terão como base aulas práticas, como Jogos diversificados, gamificação, sala de aula invertida, aprendizagens entre pares, favorecendo Situações de Aprendizagem que possibilitem intervir nas dificuldades apresentadas pelos alunos.

✓ **PLANEJAR AÇÕES COLETIVAS:** Destacar ações que serão planejadas coletivamente e definir a função desempenhada por cada membro participante do programa.

EXEMPLO:

1. A elaboração das Sequências Didáticas deste Programa ficará sobre a responsabilidade dos professores designados.
2. Acompanhamento do Processo de Aprendizagem dos alunos deverá ser compartilhado mutuamente pelos professores, a fim verificar as conquistas e dificuldades apresentadas.

✓ **ESTABELEECER PRAZOS:** Com o estabelecimento de prazos para as ações propostas é possível acompanhar o planejamento realizado de forma organizada e pontual. Destaca-se as ações apresentadas no Plano deverão ter datas estipuladas de início e conclusão.

EXEMPLO:

1. Elaboração do Plano de Ação e Envio a UGME;
2. Seleção dos alunos para as turmas do Programa – primeira quinzena de outubro;

OBSERVAÇÕES:

- A comunicação é essencial durante todo o processo de elaboração e execução do Plano de ação. Sendo assim, ela deve ser clara e transparente com todos os envolvidos na Comunidade Escolar (socializada em HTPC, SINAPE, replanejamento);
- O registro deve ser um aliado durante o acompanhamento/execução do Plano de Ação, pois possibilitará avaliar e identificar se as ações/atividades propostas estão alcançando o seu propósito, permitindo tomadas de decisões imediatas.

8.4 Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é uma iniciativa do governo federal brasileiro, estabelecida pelo Decreto 11.556/2023 e coordenada pelo Ministério da Educação (MEC). Seu principal objetivo é assegurar que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental, além de focar na recuperação das aprendizagens de alunos do 3º ao 5º ano que foram impactados pela pandemia.

A adesão ao Compromisso é voluntária para estados, municípios e o Distrito Federal, o que implica um compromisso ativo em melhorar a qualidade da alfabetização e reduzir as desigualdades de aprendizado. Entre os princípios fundamentais do Compromisso, destacam-se a promoção da equidade educacional, (que considera aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero); a colaboração entre os diferentes níveis de governo, e o fortalecimento das parcerias entre estados e municípios.

As metas estabelecidas pelo Compromisso incluem:

8. **Regime de Colaboração:** Estabelecer um sistema colaborativo entre a União, estados e municípios para a alfabetização.
8. **Metas Pactuadas:** Definir metas de alfabetização com monitoramento contínuo dos resultados.
8. **Apoio Técnico e Financeiro:** Proporcionar suporte para melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas (Programa Cantinho da Leitura).
8. **Materiais Didáticos:** Disponibilizar materiais complementares para estudantes e recursos pedagógicos para os professores (livros - PNLD).
8. **Avaliação da Alfabetização:** Implementar sistemas de avaliação para monitorar o progresso na alfabetização (Plataforma de Avaliações Periódicas).

8. **Formação e Orientação:** Oferecer estratégias formativas e orientações curriculares para melhorar o ensino.

Essas ações visam garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, promovendo um futuro mais equitativo e justo no Brasil.

8.4.1 Programa de Leitura e Escrita na Educação infantil

O Programa de Leitura e Escrita tem como principal objetivo contribuir para a formação de cidadãos letrados, reconhecendo a leitura como um elemento indispensável para o desenvolvimento intelectual e cultural das crianças, contribuindo para a formação de um leitor ativo, capaz de observar, analisar, interpretar, avaliar e se posicionar de forma crítica diante da leitura do mundo que o cerca.

A literatura desempenha um papel crucial nesse processo, permitindo que as crianças tenham acesso a obras de diversos gêneros e autores, aumentando seus horizontes culturais e intelectuais. Dessa forma, a inclusão é uma estratégia indispensável para assegurar que todos tenham oportunidades iguais de aprendizado e participação.

Outro ponto relevante do programa é o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, com sua riqueza e diversidade. Essa abordagem é essencial para a formação da identidade dos estudantes, promovendo o respeito e a compreensão da pluralidade cultural.

Vale ressaltar que o Programa de Leitura e Escrita está alinhado com a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa a alfabetização de todos os estudantes até os oito anos de idade. Essa iniciativa demonstra o compromisso em garantir o acesso à leitura e à escrita como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

No ano de 2024, nossa rede de ensino deu um passo importantíssimo ao aderir ao **Programa**, comprometendo-se com o fortalecimento da educação de qualidade e o desenvolvimento da cultura do escrito em nossas escolas. Durante o ano, realizamos **21 encontros formativos**, contando com a atuação dedicada de **4 formadoras** e a participação ativa de **mais de 170 professores, coordenadores e diretores** das etapas **1 e 2** da Educação Infantil.

As formações proporcionaram momentos de trocas valiosos, trazendo **práticas pedagógicas inovadoras e vivências concretas de sala de aula**, que foram essenciais para o aprimoramento das estratégias de ensino aprendizagem. Essas ações possibilitaram

a construção de metodologias que valorizam a produção escrita e o protagonismo das crianças, ampliando as oportunidades de desenvolvimento pessoal e acadêmico.

O impacto desse trabalho colaborativo tem sido visível não apenas na formação dos professores, mas também no engajamento e na evolução das nossas crianças, que vivenciam o poder da expressão escrita como ferramenta de comunicação e transformação.

A adesão ao Programa reforça nosso compromisso com a formação contínua e com a qualidade da educação oferecida, plantando as sementes para um futuro ainda mais promissor para nossas crianças e nossa comunidade escolar.



“...O LEEI foi uma formação que nos possibilitou completa clareza com relação a nossa Prática Pedagógica.”

CEMEB Zilda Arns

“...Os encontros formativos ampliaram nosso olhar quanto a prática da leitura e escrita na Educação Infantil.

CEMEB Zilda Arns



“... As formações proporcionaram uma reflexão sobre a importância do registro das experiências vividas em sala de aula.”

CEMEB Manoel Caetano de Almeida



8.4.2 Cantinho da leitura

O Projeto Cantinho da Leitura, implantado em diversas Unidades Escolares do Ensino Fundamental de Nossa Rede de Ensino no ano de 2024, faz parte do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada do Ministério da Educação (MEC).

O MEC disponibilizou no final do ano passado R\$ 183 milhões, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o financiamento é destinado à criação de espaços de incentivo à leitura nas salas de aula de escolas públicas. Os investimentos no Cantinho da Leitura devem estar alinhados com a faixa etária, o contexto sociocultural, o gênero e a diversidade étnico-racial dos estudantes, em conformidade com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

No cantinho há a possibilidade de resgatar o prazer de ler e, conseqüentemente, viajar nos livros, assim como conhecer lugares e costumes por meio da leitura. No local, os alunos participam das histórias, através de fantoches, pinturas, desenhos, jogos e brincadeiras.

A ação vai além da criação de ambientes agradáveis à leitura, busca que os estudantes tenham contato direto com os livros e estimula o hábito e o gosto de ler, colaborando para a formação de leitores. A iniciativa é considerada uma oportunidade valiosa para aprimorar o ambiente de aprendizado nas escolas. Impulsiona a alfabetização, o estímulo à leitura e o desenvolvimento infantil.

8.4.2 Programa alfabetiza juntos

O Alfabetiza Juntos SP é um programa inovador integrado ao Compromisso Criança Alfabetizada, promovido pelo Ministério da Educação (MEC), e visa garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade certa, até o segundo ano do Ensino Fundamental. Essa iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, liderada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), reúne esforços conjuntos de municípios, diretorias de ensino e parceiros estratégicos, como a Aliança formada pela Fundação Lemann, Instituto Natura e Associação Bem Comum. O programa também conta com o apoio técnico da Undime-SP.

Objetivos do Programa

- Alfabetizar todas as crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental, promovendo igualdade de acesso à educação de qualidade.
- Fortalecer o ensino alfabetizador por meio de formação, materiais didáticos e avaliação contínua.

- Promover a colaboração entre Estado e municípios por meio do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo (PAINSP).

Principais Ações:

- **Formação Continuada:** Capacitações para professores alfabetizador, gestores escolares e equipes regionais. Realização de formações pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE), com encontros presenciais e online;
- **Avaliação e Monitoramento:** Avaliações de níveis de proficiência em leitura e estratégias de alfabetização. Participação na Avaliação de Fluência Leitora para acompanhar o desempenho dos alunos;
- **Materiais Didáticos:** Fornecimento de materiais impressos e complementos digitais para alunos e professores dos 1º e 2º anos;
- **Plataforma de Leitura:** Disponibilização do recurso digital Elefante Letrado para uso nas escolas participantes;
- **Incentivos Financeiros:** Premiações para escolas que alcançarem os melhores resultados de alfabetização, com base no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). O programa destinará R\$ 200 milhões para essa ação.
- **Regime de Colaboração:** O Alfabetiza Juntos SP é baseado no trabalho conjunto entre Estado e municípios, sem exigência de contrapartida financeira dos governos locais. A adesão é realizada através do cadastro no PAINSP, permitindo que os municípios se unam ao programa.

Com o lançamento em 20 de fevereiro de 2024, o programa já mobiliza os 645 municípios e as 91 diretorias de ensino do Estado de São Paulo, reafirmando o compromisso com a alfabetização de qualidade e o desenvolvimento educacional das crianças

8.4.3 Formação alfabetiza juntos

A formação "Alfabetiza Juntos SP – 1ª Edição/2024" representa uma importante iniciativa no fortalecimento da educação no estado de São Paulo, promovendo ações de formação continuada para os profissionais da educação. Sob a égide do Programa Alfabetiza Juntos SP, estabelecido pelo Decreto nº 68.335, de 20 de fevereiro de 2024, o curso é resultado de uma colaboração eficaz entre diversas instituições, incluindo a União

dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME SP), o Instituto Bem Comum, o Instituto Natura, a Fundação Lemann e os Parceiros da Educação.

A proposta do curso visa provocar reflexões profundas sobre o papel do docente alfabetizador e suas práticas pedagógicas. Ao abordar intervenções e o monitoramento da aprendizagem, o programa busca garantir que os docentes estejam bem equipados para aprimorar o desempenho dos estudantes no processo de alfabetização, que é um dos pilares fundamentais da educação.

Em 2024, a cidade de Várzea Paulista se destacou ao oferecer as formações "Alfabetiza Juntos" para professores que atuam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Com mais de 250 educadores envolvidos, a formação teve uma carga horária de 42 horas presenciais, o que demonstra o compromisso da rede municipal com a capacitação e o desenvolvimento profissional contínuo de seus docentes.

As formações foram estruturadas para promover um ambiente de troca de experiências e práticas exitosas, possibilitando que os professores refletissem sobre seus métodos de ensino e explorassem novas estratégias para engajar os alunos no processo de alfabetização. Esse espaço de aprendizagem colaborativa é essencial para que os educadores se sintam mais seguros e preparados para enfrentar os desafios da sala de aula.

O impacto desse curso na prática docente é significativo, pois ao proporcionar um aprimoramento nas competências dos professores, estamos, conseqüentemente, investindo na qualidade da educação oferecida aos nossos estudantes. A expectativa é que as experiências e conhecimentos adquiridos durante a formação se traduzam em melhores resultados na alfabetização das crianças, consolidando um ciclo de aprendizado contínuo e efetivo.

Em suma, a formação "Alfabetiza Juntos" é uma iniciativa louvável e necessária, que não apenas capacita os docentes, mas também contribui para a construção de uma educação mais equitativa.

8.4.4 Programa Nacional Do Livro Didático - PNLD

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de Educação Básica das Redes Federal, Estaduais, Municipais e Distrital e também às instituições de Educação Infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. São atendidos em ciclos diferentes os quatro

segmentos: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em 2023 as ações desenvolvidas foram:

- Remanejamento e reserva técnica, que tem como objetivo demandar livros faltantes e/ou ofertar livros que estão sobrando nas Unidades Escolares;
- Carregamento de dados dos estudantes de Ensino Fundamental, para acesso as Obras Digitais do PNLD 2023 e PNLD 2024, disponibilizado pelo FNDE aos estudantes e professores;
- Disponibilização dos livros do PNLD em formato EPUB – que atende estudantes e professores que demandam recursos como ampliação de texto, navegação guiada, apresentação do conteúdo em áudio, ajustes visuais ou de fontes e outros que atendam à acessibilidade. Estando disponível para a Rede o PNLD 2019 (Anos Iniciais do Ensino Fundamental);
- Escolha do PNLD 2023 – Objeto 4 – Obras Pedagógicas – Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
- Para esta escolha, a Unidade Gestora Municipal de Educação realizou um levantamento junto as Unidades Escolares referente ao modelo de escolha. De acordo com o resultado obtido pelas Unidades Escolares da Rede Municipal, a opção foi um Material Unificado para toda a rede. Estas obras são de apoio às Práticas Educativas com o tema voltado para as “Avaliações Educacionais”, e que deverão apoiar os professores e gestores, com estratégias e subsídios para a avaliação em seu cotidiano e sua inter-relação com os documentos que norteiam a organização da educação básica.

8.4.5 Currículo em Ação

O Programa “Aprender Sempre”, voltado aos alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal, é uma parceria com o Governo do Estado de São Paulo, que visa apoiar docentes e estudantes no processo de ensino e aprendizagem. O material didático segue as diretrizes da nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e do Currículo Paulista, garantindo uma abordagem atualizada e alinhada às necessidades educacionais.

O acervo é composto por três livros: Currículo em Ação, que abrange alfabetização, natureza e sociedade; Aprender Sempre e Ler e Escrever, que auxiliam no aprendizado de Matemática e Língua Portuguesa.

O material Currículo em Ação – São Paulo foi desenvolvido para apoiar os

professores no planejamento e na implementação de aulas mais eficazes. Cada capítulo apresenta sequências de atividades realistas e contextualizadas, permitindo que os alunos construam conhecimentos essenciais e desenvolvam as habilidades previstas no Referencial Curricular Paulista.

8.4.6 Selo Nacional Criança Alfabetizada

O Ministério da Educação (MEC) lançou o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização 2024, uma iniciativa que reconhece o esforço das secretarias de educação na implementação de políticas voltadas à alfabetização. Em sua primeira edição, o selo contou com a adesão de 26 estados, o Distrito Federal e 4.578 municípios, abrangendo mais de 80% do país.

A certificação é concedida em três níveis – bronze, prata e ouro – e leva em consideração critérios como a institucionalização de políticas educacionais, a formação de professores e a distribuição de materiais didáticos. O objetivo é valorizar a gestão educacional, promover a equidade e incentivar boas práticas para fortalecer a alfabetização infantil.

Em 2024, nosso município foi contemplado com o Selo Ouro, alcançando a nota máxima. Esse reconhecimento reflete o compromisso e a dedicação de toda a nossa equipe – professores, gestores, funcionários e a Unidade Gestora Municipal de Educação – na construção de uma política educacional eficiente e transformadora.

Essa conquista reafirma nosso compromisso com uma educação de qualidade, garantindo equidade e fortalecendo o aprendizado das nossas crianças. Seguimos juntos, acreditando que investir na alfabetização é investir no futuro!



8.5 Programa Jogos Escolares



O programa "Jogos Escolares" é uma iniciativa que surge de uma parceria entre a Unidade Gestora Municipal de Educação e a Unidade Gestora de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo. Este projeto, que teve início no ano de 2022, tem se consolidado e evoluído ao longo do tempo, com o objetivo de proporcionar a mais alunos a oportunidade de participar de uma experiência enriquecedora. Durante esse período, o programa passou por uma série de melhorias e adequações, sempre visando atender ao maior número possível de estudantes.

Uma das grandes conquistas do programa foi a sua ampliação para garantir a inclusão de alunos com Deficiência (PCD), proporcionando a eles a mesma vivência esportiva e cultural que todos os outros. Além disso, a abrangência do programa foi expandida para contemplar todos os ciclos da Educação de Várzea Paulista, assegurando que alunos de diversas faixas etárias tenham acesso à prática esportiva e à vivência escolar de forma plena e integrada.

Com esses avanços, os "Jogos Escolares" se consolidam como uma importante ferramenta de inclusão social, promovendo não apenas a prática esportiva, mas também o fortalecimento de valores como a cooperação, o respeito e a integração entre os estudantes de diferentes realidades e necessidades.

Justificativa - Participação Da Unidade Gestora Municipal De Educação

O Esporte vem ampliando sua dimensão em vários conceitos, neste cenário a prática esportiva vem ganhando diversas formas, modalidades e também outras finalidades por ser uma atividade abrangente, que engloba diversas áreas importantes para a humanidade: saúde, educação, turismo, entre outros.

A Própria Base Nacional Comum Curricular – BNCC evidencia que os benefícios do Esporte ultrapassam o limite do bem estar físico. Assim, a nível educacional e formativo

para crianças, adolescentes e jovens, o Esporte é colocado como uma Unidade Temática da Educação Física e classificada, pelo documento normativo, conforme alguns critérios como: Cooperação, Interação, Desempenho Motor e Objetivos Táticos da Ação.

Os Esportes são práticas sociais e, portanto, é passível de recriação e ressignificação por seus praticantes. Apesar de manter suas características básicas as derivações dos Esportes, incluem atividades que podem ser adaptadas aos interesses dos praticantes (no caso de todos os alunos), adaptadas aos espaços onde é praticado, ao número de praticantes no momento, aos recursos materiais disponíveis e a outras adaptações possíveis e necessárias.

Ao se firmar uma parceria de atuação da UGME no Programa Jogos Escolares – Várzea no Pódio da UGMEL, integrando as Unidades Escolares Municipais da Rede de Ensino, propõe -se o engajamento na prática esportiva, a promoção da integração e o do intercâmbio dos alunos do Ensino Fundamental nas Unidades Escolares, ampliando as oportunidades de socialização e aquisição de hábitos saudáveis. Deste modo, o aluno se encontra no centro de ações das políticas públicas, se beneficiando de uma proposta que excede a ideia de descobrir novos talentos no esporte, garantindo a participação de todos.

Neste sentido, as ações incluirão atividades interdisciplinares, em diversas Áreas do Conhecimento dentro do Currículo Escolar (perpassando os Componentes Curriculares), introduzindo pesquisa e criatividade, em que os alunos aproveitarão a Prática Esportiva e seus benefícios, como um meio de ampliação e construção de conhecimento, de socialização e de formação integral, como orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para os alunos do Maternal II, Etapa I e II (Educação Infantil), serão propostos jogos e brincadeiras (Estafetas), que enquanto prática social, atividade simbólica e forma de interação com o outro, transpassa a questão cognitiva, oportunizando a sociabilidade, a criatividade, bem como a formulação de conceitos e ideias sobre a realidade que a cerca. Tais elementos formativos relacionam-se e contribuem com os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento da criança, como orienta a BNCC.

Portanto, o Referencial Curricular do Município, fundamentado na BNCC, norteia todas as orientações da Unidade Gestora Municipal de Educação e ações dos gestores nas Unidades Escolares (Diretores, Vice-diretores e Coordenadores Pedagógicos), professores de TODAS as áreas de conhecimento (Polivalentes e Especialistas) e demais atores da comunidade escolar, no desenvolvimento do Projeto Pedagógico, buscando através de

suas ações o desenvolvimento de Competências e Habilidades previstas para todos os alunos, em todos os Anos/Etapas, em que o Projeto – Jogos Escolares for desenvolvido.

OBJETIVO(S) DO PROGRAMA:

OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA – UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE ESPORTES: Desenvolver a prática esportiva, nas unidades de rede municipal de ensino de Várzea Paulista, visando tornar o esporte na Cidade mais participativo, bem como buscar apoiar uma maior integração de alunos, dando maiores conhecimentos e vivência às crianças.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PROJETO JOGOS ESCOLARES (ALINHADO AO PROGRAMA DA UGMEL):

- Oportunizar ações coletivas e interações entre os alunos das/nas Unidades Escolares Municipais.
- Oportunizar aos alunos o direito de acesso e de reflexão sobre as práticas esportivas.
- Estabelecer a relação dos alunos com técnicas, táticas e atitudes, por meio de regras já instituídas na prática de cada modalidade de esporte e nos jogos pré-desportivos, desenvolvida pelo programa para cada etapa/ano.
- Apoiar as relações de cooperação entre os alunos em todas as etapas/ano.
- Promover ações pedagógicas interdisciplinares, fundamentadas no Currículo Escolar, na convergência de saberes no desenvolvimento do programa, contribuindo para a formação integral dos alunos.
- A inclusão é o carro chefe do programa, provas para alunos PCD e inclusão do mesmo em modalidades coletivas.
- Promover jogos e brincadeiras na Educação Infantil, adido dos demais direitos de aprendizagem e de desenvolvimento.
- Proporcionar aos alunos possibilidades de estabelecer relações entre conhecimentos de diversas áreas do saber, articuladas pelo próprio currículo, que transpassam as aprendizagens oportunizadas pelo Programa. (Polivalentes trabalhando com Professores Especialistas na organização de ações didáticas, sob a orientação da Gestão da Unidade Escolar – Diretor, Vice e Coordenação Pedagógica)

PÚBLICO ALVO:

Alunos matriculados no Ensino Educação Infantil e Fundamental do município.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES: Formato da Realização

Todas as estratégias e orientações complementares estarão descritas no Programa Jogos Escolares 2025.

8.6 Programa Inovação Educação Conectada (PIEC)

Para dar encaminhamento ao programa de elaboração de políticas educacionais eficazes sobre o uso de tecnologias de modo a atender as orientações da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) implementadas no Currículo da Rede Municipal de ensino, nosso sistema de ensino aderiu ao Programa “INOVAÇÃO Educação Conectada” – PIEC do Ministério da Educação.

Esta adesão é parte da condição necessária para que o Sistema de Ensino do Município, participe das ações desta Política do MEC, que tem como objetivo apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologia digitais na educação básica, oferecendo apoio técnico ou financeiro. Todas as Unidades da Rede de Ensino, que cadastradas na Secretaria Escolar Digital (SED), desde 2017, estão sendo beneficiadas pelo Programa.

O Programa foi elaborado com quatro dimensões: visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura, que se complementam e devem estar em equilíbrio, para que o uso de tecnologia digital tenha efeito positivo na educação.

Os Princípios do Programa são:



O Programa está sendo implementado em três fases:

1. **Fase de indução (2017 a 2018):** fase de construção e implantação do Programa com metas estabelecidas para alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação básica para conseguir resultado positivo a partir de elementos previamente estudados e aplicados;
2. **Fase de expansão (2019 a 2021):** fase de expansão do Programa e

ampliação da meta para alcançar o atendimento de 85% dos alunos da educação básica. Será também a fase de avaliação dos resultados na qualidade da educação em conectividade, com base na formação, na utilização dos recursos educacionais digitais e capacidade de gestão dos recursos financeiros e dispositivos legais disponibilizados;

3. **Fase de sustentabilidade (2022 a 2025):** fase da integralização do Programa para o alcance da meta de atendimento de 100% dos alunos da educação básica, transformando o Programa em Política Pública de Inovação e Educação Conectada.

A partir da adesão, efetivada em 2018, as Unidades Escolares da Rede, devem incorporar o uso da tecnologia à sua prática de ensino em conformidade com seu Projeto Político Pedagógico (PPP), com o Referencial Curricular do Município - em todas as Áreas de Conhecimento) e com o Referencial para a Organização do Trabalho Administrativo-Pedagógico das Unidades Escolares.

Segue o Ciclo de Ações da Gestão das Unidades escolares, envolvidos no Processo desde o ano de 2017:



Os Recursos do FNDE só são liberados para as Unidades Escolares aptas a participarem do programa, por meio da participação e administração de todo este ciclo pelo Gestor.

Nível de adoção de tecnologias na rede de ensino

Desde 2019, em continuidade ao Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou uma ferramenta on-line que ajuda a escola a saber qual é o grau de adoção de tecnologia nos seus processos de aprendizagem e de gestão.

Disponível na Plataforma PDDE Interativo, a ferramenta utiliza a metodologia de planejamento do Guia Edutec, plataforma criada pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) para apoio a gestores públicos de educação. Com base nas informações captadas, a escola e a rede de ensino conseguem realizar um diagnóstico detalhado da adoção de tecnologia, possibilitando, através dos resultados, identificar lacunas, estabelecer prioridades e (re) planejar ações de forma mais efetiva.

Este Sistema de Monitoramento, tem como base conceitual do diagnóstico, que o uso de tecnologia na educação só atinge seu pleno potencial quando quatro elementos se integram, em equilíbrio¹⁸: a **VISÃO (1)** sobre o potencial da tecnologia para impactar a escola, as **COMPETÊNCIAS (2)** que os diferentes atores educacionais precisam ter, os **CONTEÚDOS e RECURSOS DIGITAIS (3)** disponíveis a **INFRAESTRUTURA (4)** que vai suportar os dispositivos e a conexão à internet.

INFRAESTRUTURA

A utilização de tecnologias na escola implica uma infraestrutura adequada. Cada instituição deve implantar os recursos tecnológicos de acordo com suas necessidades e opções. Assim, o eixo infraestrutura contempla: a disponibilidade e qualidade de hardware, redes e conectividade dentro do sistema de educação e no âmbito da instituição, englobando a governança e a gestão das TIC; e a implantação, gestão e manutenção da infraestrutura tecnológica e de suporte às aplicações.



RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

O ensino deve integrar tecnologias e mídias digitais no currículo, e esse uso deve estar alinhado com a visão educacional da escola. Assim, o eixo conteúdo e recursos digitais refere-se à materiais digitais de aprendizagem produzidos para fins educacionais e fontes gerais de informação; pacotes de software educativo e sistemas de TIC, tais como ambientes virtuais de aprendizagem, registros dos alunos e sistemas de gestão de informação de alunos; aplicativos e software de escritório em geral, software para controle de agendas e ferramentas de gestão de recursos humanos.

Gestores e professores devem ter competência tanto para obter informações sobre os softwares disponíveis e seus respectivos conteúdos como para saber fazer uma escolha responsável, de acordo com a visão educacional da escola.

¹⁸ Fonte: <https://plataforma.guiaedutec.com.br/ge-em-numeros/diagnostico-escolas> (nov/2022)

VISÃO

Refere-se a como o sistema educativo e a instituição de ensino concebem uma educação de qualidade, sólida e eficiente, e qual o papel das TIC em alcançá-la; além de abordar quais são os objetivos básicos da instituição e as condições necessárias para atingir seus objetivos, incluindo as crenças sobre os papéis dos professores e dos alunos, a escolha de metas e materiais e a atuação dos gestores.

Desenvolver políticas públicas integradas entre diversos setores governamentais em articulação com diferentes esferas da administração pública e a escola é relevante para a construção do eixo visão. Portanto, este deve ser compartilhado por todos os envolvidos no processo educacional nas distintas esferas do sistema.



COMPETÊNCIA

Este eixo trata dos conhecimentos e das habilidades sobre o uso das TIC como ferramenta de ensino. Por vezes, os professores demonstram ter competência no uso pessoal das TIC, contudo, tanto os professores como os gestores e especialistas que proveem suporte ao uso das TIC na escola podem não ter consciência de seus potenciais educativos. Assim, o eixo prevê competência do professor, dos gestores escolares e do pessoal de apoio. É enfatizada a diferença entre as competências em TIC e as competências de uso didático das TIC, que envolvem saber quando, como e por que usá-las.



O Grau de maturidade(avaliado em 2023) no uso das TDICs da Rede de ensino, podem ser conhecidos no Site: <https://plataforma.guiaedutec.com.br/ge-em-numeros/diagnostico-escolas> conforme dados informados pelos Gestores de cada Unidade Escolar, e das análise das ações em sua Comunidade Escolar.

Esta ferramenta apoia os Gestores para estruturar suas ações e estabelecerem prioridades na organização dos recursos tecnologicos e demandas de seu uso na Unidade Escolar.

8.7 Vivências de Práticas Educativas na APAE

Em 2024, os professores específicos e professores do AEE da rede municipal de Várzea Paulista tiveram a oportunidade de participar de vivências pedagógicas na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Esse movimento teve como principal objetivo proporcionar aos educadores uma imersão nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores da APAE, permitindo uma experiência enriquecedora de observação e aprendizado.

Durante o período de vivências, os professores da rede municipal puderam observar de perto as atividades realizadas pelos profissionais da APAE, além das estratégias e

abordagens utilizadas no trabalho com os alunos. Essa troca de experiências proporcionou um novo olhar sobre as metodologias empregadas e trouxe reflexões sobre como essas práticas podem ser incorporadas no cotidiano escolar. Os educadores puderam perceber a importância da personalização do ensino e do acompanhamento próximo das necessidades de cada aluno, o que, certamente, contribuirá para enriquecer o trabalho desenvolvido nas escolas da rede municipal.

Outro ponto fundamental que a vivência nas práticas da APAE trouxe à tona foi a realidade desafiadora de se trabalhar com alunos com deficiência (PCD). As dificuldades enfrentadas no processo de aprendizagem são muitas vezes complexas, e, em muitos casos, pequenas conquistas podem representar grandes vitórias. As limitações que esses alunos enfrentam exigem uma abordagem cuidadosa e uma adaptação constante das atividades, o que exige dos profissionais um compromisso contínuo e um olhar atento para cada necessidade.

Além disso, ficou evidente a importância de um atendimento individualizado. Cada aluno apresenta desafios únicos, e o formato do trabalho pedagógico precisa ser ajustado de acordo com as particularidades de cada um. Essa flexibilidade no método de ensino foi um dos pontos mais destacados pelos participantes, que puderam perceber, na prática, como é essencial adaptar o ensino às especificidades de cada aluno, proporcionando-lhes o apoio necessário para o seu desenvolvimento.

De maneira geral, a vivência nas práticas educativas da APAE representou uma valiosa experiência para os professores da rede municipal, proporcionando-lhes uma nova perspectiva sobre o trabalho com crianças com deficiência. Essa experiência certamente contribuirá para o aprimoramento das práticas pedagógicas, agregando novas estratégias e sensibilizando ainda mais os educadores sobre a importância de uma educação inclusiva e respeitosa, capaz de atender às necessidades de cada aluno com comprometimento e dedicação.

9. PROJETOS ESPECIAIS

9.1 Projeto Paladarzinho Verde – Ervas e Sabores na

Escola

O Coentro (*Coriandrum sativum*) Raquel Coelho Sene, Grazielle Bertassi Portronieri Raquel Coelho Sene – Nutricionista CRN 3698 SP



Tendo em vista a LEI Nº 13.666, DE 16 DE MAIO DE 2018 que inclui a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Base Nacional Comum Curricular, a Nota Técnica 2810740/2022/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE, que define as responsabilidades e papéis dos atores envolvidos na EAN, os cadernos de atividades propostos pelo Ministério da Saúde e UERJ em 2018, a fim de fomentar e apoiar as ações de EAN no dia a dia escolar, foram selecionadas atividades práticas com o tema para a Educação Infantil e Fundamental.

O material pode ser encontrado no link:

https://drive.google.com/drive/folders/1ldssIF-jpUrv4KAbdYLUx1q9scU-KsDB?usp=share_link (acessado FEVEREIRO /2025)

O objetivo é fornecer material sobre Alimentação com atividades dinâmicas que possam ser utilizadas no ambiente escolar. Caberá aos diretores, coordenadores pedagógicos e professores a escolha das propostas que poderá ser desenvolvida na realidade da escola. Sugerimos a divulgação das atividades realizadas pelas escolas para documentar as ações realizadas.

Na Educação Infantil os cadernos se dividem em três eixos: A criança e o seu corpo; A criança e os alimentos e Vivendo e Comendo. Já no Ensino Fundamental os temas são distribuídos entre as disciplinas de Língua Portuguesa, História, Geografia, Artes e Ciências. A saúde e o bem-estar das crianças dependem da interação entre seu potencial genético e fatores externos como adequação nutricional, ambiente saudável, interação social e cuidados adequados. A nutrição tem um papel muito importante na promoção do crescimento físico, no desenvolvimento neuropsicológico e no combate às doenças infecciosas que afetam, principalmente, as crianças (Singh M. Role of micronutrients for physical growth and mental development. Indian J Pediatr 2004; 71(1): 59-62.)

A alimentação infantil é o início de uma vida saudável com inclusões de alimentos de acordo com a faixa etária no crescimento e desenvolvimento infantil. Neste contexto, o zinco, o ferro e a vitamina A merecem atenção especial, pois são os nutrientes que mais

limitam o crescimento e desenvolvimento infantil, representam os estados deficitários mais comuns e apresentam importantes interrelações metabólicas . (Ramakrishnan U, Nguyen P, Martorell R. Effects of micronutrients on growth of children under 5 y of age: meta-analyses of single and multiple nutrient interventions. (Am J Clin Nutr 2009; 89: 191-203.).

As funções cognitivas estão ligadas a nutrição celular pelos micronutrientes, que hoje é uma das exigências nutricionais do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) através de quantidades mínimas oferecidas diariamente na alimentação escola.

OBJETIVOS:

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

O Plano Anual de Trabalho da Alimentação Escolar do município de Várzea Paulista de acordo com as RESOLUÇÕES Nº 06 de 08/05/2020 e Nº 20 de 02/12/2020 que Dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – FNDE, compõe as diretrizes estabelecidas:

- I. o emprego da **alimentação saudável e adequada**, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; **Cardápios** – utilização de alimentos in natura sem industrializados de acordo com as recomendações nutricionais de macro e micronutrientes e atenção as porcentagens (%) de açúcares simples, gorduras em geral e sódio.
- II. a inclusão da **educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem**, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
 - **Paladarzinho Verde (CEMEB Infantil) inclusão Coentro** – Sabor Amargo para alunos entre 3 e 5 anos no peixe e saladas com apresentação aos professores e folder abaixo com atividades para inclusão no currículo escolar o Sabor Amargo com sua

fisiologia e utilizações.

DICAS DE ATIVIDADES COM OS ALUNOS

CABRA – CEGA

Preparar 3 alimentos com sabores diferentes incluindo:

Doce - frutas e cereais
Salgado - biscoitos salgados e preparações
Amargo - coentro

Cólocar uma venda nos olhos e oferecer os 3 tipos de alimentos para o aluno definir os sabores.



MAPA DA LÍNGUA

Descobrir os sabores na língua dando ênfase ao amargo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTES E LAZER

PALADARZINHO VERDE
ERVAS E SABORES NA ESCOLA

COENTRO – “Onde e porque usar”



Nutricionista: FND/PMAC Alimentação Escolar
Raquel Coelho Sene
Facebook: raquelcoelho@escolas.vpz.sp.gov.br

Elaboração de Nutrição Unifamília:
Geovanna Arielle Gaslima
Grazielle Brito da Silva

Agência Culinária



Os Sentidos - Sensações

↓

Desempenham função fundamental na escolha de um alimento

Paladar

↓

Encontra-se o estado afetivo relacionado ao alimento

O sabor amargo

↓

Como os outros sabores Doce, Azedo, Salgado e Umami deve fazer parte da alimentação diária de toda criança

↓

Ervas e Plantas

Em pequenas quantidades diariamente
Positiva a saúde e na Prevenção de Doenças



O **Coentro** *Coriandrum sativum* é uma planta de flores róseas ou alvas, pequenas e aromáticas e cuja folha usada como tempero ou condimento.



O **Coentro** e suas propriedades:

- Detox
- Digestivo
- Antioxidante
- Antisséptico



O **Coentro** na culinária pode ser usado em vários pratos:

- 🍴 **Dia a dia** - arroz, feijão, massas, sopas, molhos, legumes
- 🍴 **Sabor especial** – peixes, camarões, mariscos
- 🍴 **Grãos inteiros** - aromatização pickles, frutas e compotas
- 🍴 **Pó** – toque de sabor em pães e doces



- **Açúcares e Gorduras – tipos e indicações (Creches) –** a importância do conhecimento da composição nutricional dos alimentos com apresentação aos Educadores Infantis e folder explicativo. A composição de cada tipo de nutriente em comparação com produtos alimentícios utilizados na rotina do ambiente familiar dos alunos.

Pirâmide dos alimentos

2.000 KCAL

Óleos e Gorduras 1 porção

Açúcares e Cereais 1 porção

Carnes e Ovos 1 porção

Feijões e Oleaginosas 1 porção

Leite, Queijo, Iogurte 3 porções

Frutas 3 porções

Legumes e Verduras 3 porções

Arroz, Pão, Massa, Batata, Mandioca 6 porções

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

NUTRIÇÃO

Trabalho realizado estagiárias nutrição 2º bimestre unianchieta

Supervisionado pela nutricionista Raquel Coelho Sene 2017

CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE

ÓLEOS, GORDURAS E AÇÚCAR

Óleos

Os óleos são provenientes principalmente de alimentos de origem vegetal, são extraídos de sementes, plantas e frutos. Como óleo de girassol, canola, milho e soja.

Tipo de óleos: Como escolher?

O melhor óleo para se usar em preparações frias como saladas é o azeite e em preparações quentes é o óleo de soja.

Gorduras

Proveniente em geral de alimentos de origem animal.

Quais são esses alimentos de origem animal?

Carnes, leites, ovos e manteiga

Recomendação

Gorduras Saturada

Dieta de 2000 kcal: 22g /dia

Lingüiça: 5,4 g de gordura saturada em 1/2 unidade.

Almôndega congelada: 6,0 de gordura saturada em 1 unidade.

Açúcares

É um carboidrato extraído da cana de açúcar e refinado pelas indústrias.

Tipos de açúcar como escolher?

Quanto mais escuro for o açúcar menos refinado ele é e mais nutritivo ele possui (vitaminas e minerais). Por tanto, a melhor opção é o açúcar mascavo, depois o demerara e por ultimo o açúcar refinado (branco).

Recomendação

Açúcares

Dieta de 2000 kcal: 30g/dia

Refrigerante: 21g de açúcar em 1 copo americano.

Achocolatado: 15g de açúcar em 2 colheres de sopa.

Escolhas inteligentes

Prefira os alimentos in natura ao invés dos industrializados!

Escolha os alimentos com menor teor de açúcares, gordura saturada e gordura trans!

Curiosidades !!!

Gordura málfica para saúde.

Atenção! gordura trans

Cuidado!!!

Açúcar em excesso se transforma em gordura no organismo.

- Escola Verde – Alimentação Saudável na Escola e Família (Geral) – inclusão de ervas e especiarias na alimentação escolar com a redução da utilização de SAL nas preparações de acordo com a Resolução nº 26 07/06/2013 – PNAE - FNDE.



Material elaborado pelas Estagiárias de Nutrição do UniAnhietá 2013:

Daniela Mariane Pereira

Elaize Cristina F. Matias

Giovana Marchi

Priscila Marchiori Dutra

Nutricionista: Raquel Coelho Sene

Prefeitura Municipal de Várzea Paulista

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Material Explicativo de Condimentos

“Onde e porque usar”



Use o sal com sabedoria !!!

CONDIMENTOS	ONDE USAR	PROPRIEDADES
 ALECRIM	<ul style="list-style-type: none"> • Sopas • Legumes 	<ul style="list-style-type: none"> • Antiinflamatório • Analgésico
 CEBOLINHA VERDE	<ul style="list-style-type: none"> • Sopas • Omeletes • Molhos 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalece sistema imunológico • Antibiótico
 HORTELÃ	<ul style="list-style-type: none"> • Sucos 	<ul style="list-style-type: none"> • Diurético • Anestésico
 LOURO	<ul style="list-style-type: none"> • Feijão • Carnes 	<ul style="list-style-type: none"> • Carminativo • Anti-reumático
 MANJERICÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Molhos 	<ul style="list-style-type: none"> • Alivia náuseas • Anti-espasmódico
 SALSA	<ul style="list-style-type: none"> • Pratos salgados cozidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Diurético • Antidepressiva

CONDIMENTOS	ONDE USAR	PROPRIEDADES
 TOMILHO	<ul style="list-style-type: none"> • Carnes • Aves • Peixes 	<ul style="list-style-type: none"> • Antisséptico • Antibacteriano
 ALHO	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as preparações salgadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Antibiótico • Hipotensor
 CEBOLA	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as preparações salgadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Anti-reumático • Antiinflamatória
 CURRY	<ul style="list-style-type: none"> • Arroz • Frango • Peixes 	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção Alzheimer e Parkinson • Prevenção câncer

Atendimento III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de Educação Básica;

CAE IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações.

Realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta de Alimentação Escolar saudável e adequada; com reuniões mensais é acompanhado financeiro com apresentação das notas fiscais; cardápios; check list entregue pelos conselheiros.

Agricultura Familiar V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela **agricultura familiar** e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; planejamento anual encaminhado ao compras de frutas da região (maçã, tangerina e banana).

MBP VI – o direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social. Execução do Manual de boas práticas diariamente e treinamentos mínimo 2 x ao ano com aplicações de técnicas corretas de segurança alimentar, Rh e manipulação de alimentos

EQUIPE:

A equipe é composta por 03 Nutricionistas do município, 01 coordenadora de alimentação escolar e 04 nutricionistas da empresa fornecedora do serviço de alimentação escolar.

METAS:

- Aplicação dos 3 projetos: * Paladarzinho Verde * Açúcares e Gorduras e * Ervas e Especiarias.
- Avaliação da aceitação do cardápio Parcial das creches.

9.2 Projetos e Programas organizados pela Unidade Gestora Municipal de Educação e em parceria com outros setores

a) PROJETO: ÁGUA, UM BEM DE TODOS!

Sobre o Projeto: Desenvolvido no início do ano de 2015, o Projeto: Água, um bem de todos, tem como objetivo propiciar aos alunos momentos de reflexão sobre a importância da água para a vida, conscientizando-os quanto a sua manutenção, e preservação por meio de ações que permitam diminuir as perdas hídricas, evitar o desperdício e economizar esse recurso natural.

Com a parceria da Sabesp, continuaremos a realizar eventos em todas as escolas da rede de ensino, com palestras e atividades educativas.

Para o ano de 2025 continuaremos acompanhando não só o consumo de água, mas também consumo de energia de todas as escolas da rede municipal de ensino.

Público – alvo: todas as escolas da rede municipal de ensino.

Tempo estimado: anual.



o

b) PROJETO OLEO:

Sobre o projeto: O projeto óleo tem como intuito conscientizar e sensibilizar os alunos e a comunidade escolar sobre a importância de reciclar o óleo e descartá-los de maneira correta. Com implantação deste projeto em parceria com a SABESP e a ONG ECO e VIDA, espera-se contribuir para a preservação ambiental.

Para o ano de 2025, continuaremos conscientizando sobre a responsabilidade social e ambiental do município.

Público – alvo: Escolas participantes CEMEB Erick Becker, CEMEB Manoel Caetano de Almeida e CEMEB Profª Palmyra Aurora D' Almeida Rinaldi.

Tempo estimado: anual.



c) PROJETO ARTE NA ESCOLA:

Sobre o projeto: O projeto “Arte nas escolas” prevê viabilizar o ensino gratuito de música (piano, violão, canto/ coral) tendo como objetivo, além de introduzir os alunos no mundo artístico e cultural, o dever de abrir novos horizontes na vida de crianças e adolescentes desta geração.

Público alvo: 5º ano da CEMEB São Miguel Arcanjo

Tempo estimado: anual



d) PROGRAMA CORPO DE BOMBEIRO NA ESCOLA

O objetivo principal do Programa Bombeiro na Escola é conscientizar os alunos sobre prevenção de acidentes, incêndios e situações de emergência visando evitar acidentes no futuro e mostrar de forma lúdica as situações cotidianas vivenciadas pelos bombeiros. Eles também conhecem os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e recebem um material didático que é produzido pelo Corpo de Bombeiros e padronizado para todo o Estado de São Paulo.



“Esse projeto visa evitar acidentes no futuro e mostrar de forma lúdica as ocorrências que os bombeiros atendem”.

Os temas abordados nos encontros são: acionando o Corpo de Bombeiros, acidentes com crianças, acidentes domésticos e primeiros socorros, bem como trote, emergência 193, viaturas do bombeiro, atendimentos realizados pelos bombeiros, segurança no lar, riscos potenciais, remédios, produtos de limpeza, equipamentos, fios elétricos, afogamento, acidente de trânsito, animais peçonhentos, incêndio, análise de vítimas, reanimação cardiopulmonar (RCP), engasgamento, queimaduras e fraturas.

Para o ano de 2025 continuaremos com o projeto.

Público alvo: 4º ano

Tempo estimado: anual

e) PROERD – PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS



Sobre o projeto: O Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, tem como objetivo: Evitar que crianças e adolescentes em fase escolar iniciem o uso de diversas drogas.

Para o ano de 2025 conscientizar os envolvidos para o uso abusivo de diversas drogas existentes em nosso meio junto a questão da violência.

Público – alvo: 5º ano

Tempo estimado: semestral.

9.2.1 Projeto de complemento de carga professores específicos

a) Projeto de Arte e Musicalidade

A arte, a musicalização e a leitura são componentes essenciais no processo educativo, sendo fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. Essas áreas do conhecimento não apenas proporcionam experiências de aprendizagem enriquecedoras, mas também oferecem oportunidades para que os estudantes desenvolvam habilidades cognitivas, emocionais e sociais de maneira criativa e expressiva. Quando abordadas de forma interdisciplinar, essas práticas ampliam as possibilidades de aprendizagem, permitindo que os alunos façam conexões entre diferentes campos do saber e aplicabilidade no cotidiano.

Na Educação Infantil, a arte e a musicalização são essenciais para o estímulo à criatividade e à expressão emocional, promovendo o desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas por meio de atividades lúdicas e interativas. A leitura, por sua vez, começa a ser introduzida de maneira mais acessível, incentivando a curiosidade e a imaginação. Já no Ensino Fundamental, a interdisciplinaridade entre essas áreas permite a construção de conhecimentos mais aprofundados e significativos, integrando conteúdos de Língua Portuguesa, História, Ciências e até matemática, com práticas artísticas e musicais que tornam o aprendizado mais dinâmico e envolvente. Esse enfoque integrado além de enriquecer o ensino, mas também favorece o desenvolvimento de competências essenciais, como a expressão oral e escrita, o pensamento crítico e a capacidade de trabalhar em equipe, preparando os alunos para uma participação ativa e criativa na sociedade.

b) Projeto de Inglês

O Município de Várzea Paulista desenvolve, também, o projeto de inglês intitulado "Culturas e Brincadeiras", que tem como objetivo proporcionar aos alunos da rede municipal uma compreensão mais ampla e enriquecedora das diversas culturas ao redor do mundo, com um foco especial nos países onde o inglês é a língua oficial. Este projeto busca ampliar

o horizonte cultural dos estudantes, apresentando-lhes diferentes tradições, costumes e formas de expressão que enriquecem a vivência global.

Através de uma abordagem interdisciplinar e inovadora, o projeto utiliza a literatura, o cinema, o teatro, jogos, brinquedos e brincadeiras como ferramentas pedagógicas para ensinar o idioma de maneira dinâmica e envolvente. Cada atividade é cuidadosamente planejada para criar uma experiência imersiva, onde os alunos não apenas aprendem o idioma, mas também se divertem e exploram aspectos significativos das culturas dos países de língua inglesa.

Além de ensinar o idioma de forma lúdica e prazerosa, o projeto promove uma educação culturalmente rica, incentivando a curiosidade e o respeito pelas diferenças. Ao participar de jogos e brincadeiras típicas de diversas partes do mundo, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar o inglês de uma forma divertida, fortalecendo o aprendizado de maneira orgânica e prazerosa. Dessa forma, o projeto "Culturas e Brincadeiras" não só ensina uma nova língua, mas também prepara os alunos para serem cidadãos globais, com uma visão mais ampla e acolhedora sobre o mundo.

c) Projeto Meus Amigos e Nosso Robô

O Projeto Meus Amigos e Nosso Robô visa envolver os alunos do Ciclo 1 em uma experiência educativa inovadora, que une o universo da computação com a aprendizagem prática e colaborativa. Através deste projeto, buscamos desenvolver nas crianças competências importantes, como o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a criatividade, utilizando atividades plugadas e desplugadas maneira lúdica e acessível. O projeto será elaborado e conduzido pelos professores especialistas em Computação, que receberam diretrizes para a sua elaboração, com o objetivo de proporcionar uma abordagem interativa e dinâmica, que favoreça a curiosidade e o desenvolvimento dos alunos de forma prazerosa e significativa.

Durante o desenvolvimento do projeto, todas as aulas serão planejadas e registradas, garantindo o acompanhamento e a reflexão sobre as ações pedagógicas realizadas. A execução do projeto será organizada por meio de um cronograma detalhado do Projeto, que permitirá o acompanhamento contínuo das atividades, registrando tanto os avanços quanto as dificuldades encontradas pelas turmas. O cronograma incluirá datas importantes, como as prévias das produções dos alunos e a exposição final dos produtos, sendo essencial para o acompanhar o desempenho dos estudantes durante todo o

processo. Para cada etapa, as produções dos alunos serão registradas, permitindo que toda a comunidade escolar acompanhe o progresso e as conquistas das turmas.

A conclusão do projeto será organizada pelos professores, com o apoio da gestão, para a exposição das produções dos alunos, que serão organizadas conforme as intenções e objetivos educacionais alcançados ao longo do processo. Esta ação será uma oportunidade para mostrar o que foi desenvolvido durante o projeto e reforçar a importância do trabalho coletivo e da aprendizagem contínua. A gestão da unidade escolar será responsável por receber e analisar os registros e fotos das produções dos alunos (e encaminhá-los a UGME), que também serão compartilhadas conforme o cronograma, proporcionando uma visão completa do trabalho realizado e do impacto positivo que computação pode trazer na formação dos estudantes.

d) Projeto Convivência

O Projeto Convivência é uma iniciativa pedagógica voltada para os alunos dos Ciclos 1 e 2, com o objetivo de promover a reflexão e o desenvolvimento de valores fundamentais para a construção de uma cultura de paz dentro do ambiente escolar. Alinhado às metas e diretrizes da Unidade Escolar, este projeto buscará criar espaços de fala e escuta, favorecendo o diálogo e a convivência harmoniosa entre os estudantes. Através das aulas organizadas para o Projeto de Filosofia, será possível explorar temas essenciais como respeito, empatia e a resolução de conflitos, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

A proposta do projeto se articula com os programas já existentes na unidade escolar, como o Programa Bullying e o Programa Jogos Escolares, garantindo que suas ações estejam em sintonia com as metas e objetivos destes programas, conforme demanda da Unidade Escolar. Os professores especialistas de Filosofia, com o apoio da Gestão escolar, elaborarão e executarão o projeto que contemplará, conforme DIRETRIZES JÁ ENCAMINHADAS, atividades que incentivem a reflexão crítica dos alunos sobre o comportamento social, o respeito às diferenças e o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação. estas diretrizes estabelecem a importância que, ao longo do desenvolvimento das ações, os alunos sejam convidados a registrar suas reflexões e produções, seja por meio de textos, vídeos ou outros formatos que evidenciem suas aprendizagens.

O sucesso do Projeto Convivência será acompanhado e avaliado constantemente por meio de um cronograma de ações pedagógicas, pela Unidade Escolar, que acompanhará o progresso dos estudantes, desde o início do projeto até a sua conclusão. Este cronograma estará alinhado ao planejamento geral dos Programas como Bullying e Jogos Escolares, da Unidade Gestora Municipal de Educação encaminhados as UEs, possibilitando o acompanhamento das atividades e das metas estabelecidas. No final, as produções dos alunos serão socializadas com a comunidade escolar conforme organização das Unidades com seus Professores Especialistas, onde será possível visualizar o impacto do projeto na transformação das atitudes dos estudantes e o alcance dos objetivos propostos. As produções finais refletirão as intenções do projeto, demonstrando o compromisso da escola com a construção de uma cultura de paz e convivência harmoniosa entre todos.

10. AÇÕES PERMANENTES

A implementação de ações permanentes na rede municipal é essencial para possibilitar que todos os alunos tenham oportunidades equitativa de aprendizado e desenvolvimento por meio de programas como:

- Programa acesso e permanência que ajuda a identificar e superar barreiras que dificultam o acesso à educação, oferecendo suporte às famílias;
- Programa de leitura no incentivo e hábito da leitura desde a infância, promovendo o desenvolvimento do vocabulário e do pensamento crítico;
- Semana do Bebê que conscientiza a comunidade sobre a importância dos primeiros anos de vida, envolvendo pais e educadores em atividades que valorizam a educação infantil;
- Ato cívico que fortalece o sentimento de cidadania e pertencimento entre os estudantes, promovendo a integração da comunidade escolar.

10.1 Acesso e Permanência

Nosso programa está comprometido em garantir que cada criança tenha acesso igualitário à educação e a oportunidade de alcançar seu potencial máximo.

EQUIPE UGME 2025

A Unidade Gestora Municipal de Educação desenvolveu o Programa “Acesso e Permanência que constitui estratégias previstas no Plano Municipal de Educação nas metas que versam sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O principal objetivo do Programa é assegurar que todas as crianças tenham a oportunidade de ingressar na escola, frequentá-la regularmente e completar sua educação de forma bem-sucedida. Visa, também, superar as barreiras que podem impedir o acesso à educação e garantir que os alunos permaneçam engajados na aprendizagem ao longo do tempo.

Atuação do Assistente Social na Educação:

São muitas as possibilidades de atuação do Assistente Social, na Educação seu principal objetivo é intervir nas questões sociais que permeiam o ambiente escolar e atrapalham a escola a cumprir seu papel pedagógico, interferindo no direito da criança e adolescente à educação de qualidade.

A intervenção terá foco no ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar. É importante destacar que por trás das ausências podem existir diversos problemas de ordem social, econômica ou de saúde, sendo de competência do Assistente Social intervir nestas situações, visando a defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes.

Acompanhamento das ausências:

Organizamos tabelas com a finalidade de favorecer o acompanhamento das ausências, bem como os direcionamentos cabíveis para os professores e grupo gestor. Destacamos que, mediante as alterações da LDB, reorganizamos o número de ausências para as devidas providências em relação aos anos anteriores.

Na Educação Infantil:

Conforme o artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação o controle de frequência fica a cargo da escola, exigida a frequência mínima de sessenta por cento (60%) do total de horas letivas, sem o objetivo de promoção pra o próximo nível (IV).

FREQUENCIA MÍMINA ANUAL EXIGIDA POR LEI (em dias) 200 dias x 60%	QUANTIDADE DE FALTAS ANUAL PERMITIDAS POR LEI (em dias) 200 dias x 40%	QUANTIDADE DE FALTAS PARA O ACIONAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL (em dias) 80 dias x 30% (30% calculadas sobre os 40% permitidas por lei)
120	80	24



No Ensino Fundamental:

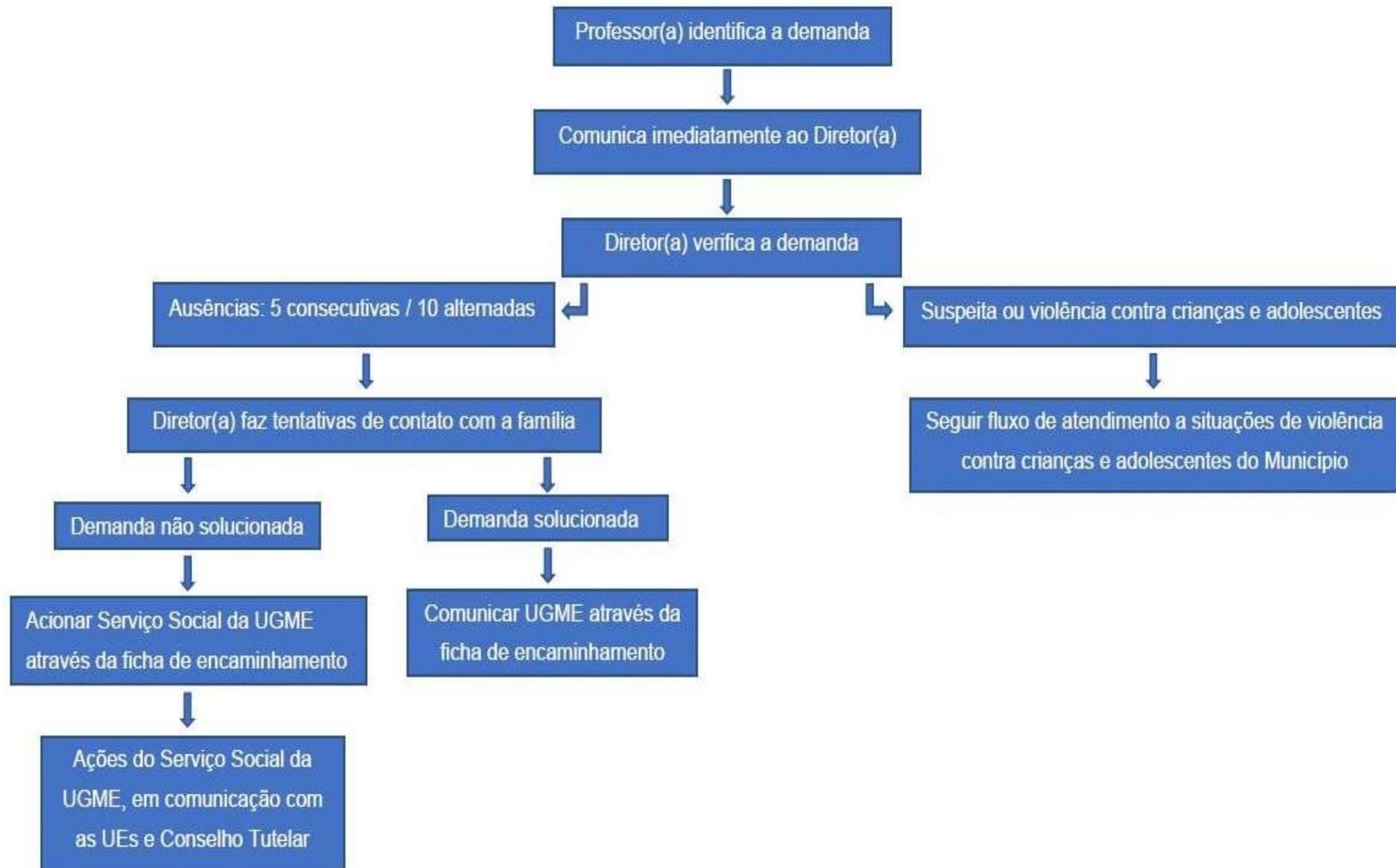
Conforme o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação o controle de frequência fica a cargo da escola, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas para aprovação (VII).

FREQUENCIA MÍNIMA ANUAL EXIGIDA POR LEI (em dias) 200 dias x 75%	QUANTIDADE DE FALTAS ANUAL PERMITIDAS POR LEI (em dias) 200 dias x 25%	QUANTIDADE DE FALTAS PARA O ACIONAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL (em dias) 50 dias x 30% (30% calculadas sobre os 25% permitidas por lei)
150	50	15

É importante ressaltar que:

- ✓ **TODAS** as ações referentes ao exposto deverão ser pautadas através de registros.
- ✓ São **OBRIGATÓRIAS** as ações junto aos pais/responsáveis antes do encaminhamento ao Serviço Social da UGME.

FLUXOGRAMA DE ENCAMINHAMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL DA UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Ficha de encaminhamento para o Serviço Social da UGME:

A ficha é um documento do Word editável e para preenchê-la é necessário baixar o arquivo (não usar o Documentos Google) cuja as orientações para preenchimento foram encaminhadas na Circular nº 021/2023.

Em anexo (Anexo 1) segue o arquivo “Ficha de Encaminhamento para o Serviço da UGME – Programa Permanência”. (as orientações para acesso e preenchimento, consultar a circular).

Mesmo que a situação tenha sido resolvida pela Unidade Escolar, é preciso realizar o envio da ficha através do e-mail luciene.sales@varzeapaulista.sp.gov.br .

Após o encaminhamento para o Serviço Social da UGME, sempre que houver atualizações sobre o caso, o(a) Diretor(a) será informado.

10.2 Semana Mundial do Brincar (maio / 2024): “VEM PRA RODA – NO RITMO DO BRINCAR”

O Movimento Aliança pela Infância convidou a todos para participarem da Semana Mundial do Brincar 2024, realizada de 25 de maio a 2 de junho, com o tema “Vem pra Roda: No Ritmo do Brincar”. A iniciativa reforçou a importância de criar ambientes que valorizem a infância e garantam o direito de aprender, brincar, comer e dormir em uma cultura de paz. (<https://aliancapelainfancia.or.br>)



O tema surgiu da necessidade de despertar a consciência coletiva sobre a relevância de criar um mundo em que as crianças possam se divertir livremente. A "roda" simboliza a união, a atenção e o afeto, estabelecendo um ritmo essencial para uma infância plena e justa.

A brincadeira é considerada a maior força da existência humana, assim como a música, que é uma forma de expressar afeto e energia vital. Na roda, as pessoas se unem, aprendem a se relacionar e planejam um futuro sustentável.

O objetivo da Semana Mundial do Brincar em 2024 foi valorizar e fortalecer essa prática ancestral, reconhecendo o direito ao brincar como um direito fundamental para uma infância plena e digna em um ambiente lúdico, equitativo e afetivo.

Na semana de 27 a 29 de maio, solicitamos que as Unidades Escolares

organizassem uma programação especial para celebrar a Semana Mundial do Brincar.

MATERIAL DE APOIO:

- <https://aliancapelainfancia.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Ebook-SA-Alianca-pela-Infancia-Documento-A4-2-1.pdf>

O e-book Atividades Para Brincar em Roda possui uma série de atividades lúdicas para promover uma infância saudável e feliz. As propostas são divertidas e estimulam o desenvolvimento integral, a interação social, a criatividade e o resgate cultural. <https://aliancapelainfancia.org.br/como-participar-da-semana-mundial-do-brincar-2024/>. Acessado em 08/05/2024.

As unidades escolares refletiram e organizaram, a luz dos temas em questão, possibilitando o trabalho, experiências e situações de aprendizagens significativas, envolvendo a comunidade escolar e turmas de faixas etárias diversas.

Para saber mais, acesse: (acessados jan/2024)

<http://aliancapelainfancia.org.br/vem-pra-roda-conheca-o-tema-que-vai-nos-reger-em-2024/> <https://www.tempojunto.com/>

<https://www.ipabrasil.org/> <https://www.estefimachado.com.r/>

<http://aliancapelainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Guia-de-Brincadeiras-SMB-2020-portugues.pdf>

Guia de Brincadeiras para crianças de até 6 anos da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/guia-atividades-familias-criancas-0-6-anos/>

Portal Lunetas <https://lunetas.com.br/formatos/brincadeiras/>

Para estimular a interação entre as crianças com paralisia cerebral e os familiares, o Guia de Brincadeiras reúne nove brincadeiras para idades entre 4 e 7 anos com explicações sobre as áreas desenvolvidas, materiais necessários e como brincar. Entre as atividades estão bolhas de sabão, descobrindo textura, bola ao cesto, fantoche, boliche, modelar massas, quente ou frio e colmeia. Disponível em:

<https://www.fmrp.usp.br/pb/arquivos/11495>

No material abaixo: brincadeiras que trabalham as habilidades e competências (BNCC), as competências socioemocionais e brincadeiras inclusivas.

<ebook-importancia-do-brincar-v2.pdf>

(fundacaotelefonicaovivo.org.br)

<https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/02/anexo-manual-tempo-de->



[brincar.pdf](#)

10.3 Programa de Leitura Uni, duni, tê hoje o leitor é você

O Programa de Leitura e Escrita tem como principal objetivo contribuir para a formação de cidadãos letrados, reconhecendo a leitura como um elemento indispensável para o desenvolvimento intelectual e cultural dos estudantes, contribuindo para a formação de um leitor ativo, capaz de observar, analisar, interpretar, avaliar e se posicionar de forma crítica diante da leitura do mundo que o cerca.

A literatura desempenha um papel crucial nesse processo, permitindo que os estudantes tenham acesso a obras de diversos gêneros e autores, aumentando seus horizontes culturais e intelectuais. Dessa forma, a inclusão é uma estratégia indispensável para assegurar que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizado e participação.

Outro ponto relevante do programa é o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, com sua riqueza e diversidade. Essa abordagem é essencial para a formação da identidade dos estudantes, promovendo o respeito e a compreensão da pluralidade cultural.

Vale ressaltar que o Programa de Leitura e Escrita está alinhado com a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa a alfabetização de todos os estudantes até os oito anos de idade. Essa iniciativa demonstra o compromisso em garantir o acesso à leitura e à escrita como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

10.4 Semana Do Bebê

No ano de 2024 aconteceu a 12ª Semana do Bebê – instituída no município pela **LEI Nº 2.167, DE 09 DE SETEMBRO DE 2.013**. Entre os dias 29 de julho e 03 de agosto, se deu as ações voltadas a **Semana do Bebê**, considerando à Semana Mundial de Aleitamento 2024 – com o **tema central**: “Reduzindo a lacuna: apoio à amamentação para todos”, tendo como foco a sobrevivência, a saúde e bem estar alinhados as metas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 2030.



Para maiores informações sobre o tema, visite o site:



<https://aleitamento.com.br/secoes/waba/semana-mundial-de-aleitamento-2024-tema-definido/21442/>

Este ano, com um caráter mais intimista, devido ao pleito eleitoral, as ações das Unidades Escolares ocorreram internamente, de forma pontual durante a semana, 29/07/2024 a 03/08/2024 com atividades diversificadas envolvendo família/escola.

No dia **03 de agosto**, sábado, foi o encerramento da programação, em que foram realizadas caminhadas pelo entorno da escola, com foco no **Programa Primeiríssima Infância no Município e tema supracitado**.



Desde 2013, o Comitê Municipal da Primeiríssima Infância realiza no município de Várzea Paulista a “Caminhada do Bebê” que tem por finalidade mobilizar a sociedade sobre a importância dos cuidados com as gestantes e as crianças, desde o útero materno, para propiciar o desenvolvimento integral de 0 a 3 anos de idade. Estudos comprovam que experiências da infância tem

impactos positivos ou negativos na vida adulta, por isso as ações planejadas em conjunto pelos serviços da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, tendo como premissa “desenvolver a criança para desenvolver a sociedade”, são FUNDAMENTAIS!



10.5 Ato Cívico – 7 de setembro / Hino Nacional Brasileiro

LEI Nº 12.031, DE 21 DE SETEMBRO DE 2009

Altera a Lei no 5.700, de 1o de setembro de 1971, para determinar a obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de Ensino Fundamental. O VICE – PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 39 da Lei no 5.700, de 1o de setembro de 1971, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único: Nos estabelecimentos públicos e privados de Ensino Fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de setembro de 2009; 188o da Independência e 121o da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 22.9.2009

"Nossa tendência é achar que a beleza, a competência e a inteligência dos outros são sempre maiores do que as nossas" - Roseli Fischmann (educadora que participou da elaboração do capítulo sobre Pluralidade Cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)).

É incumbência da escola abordar questões diversas sobre o nosso país. **Os povos e as culturas que nos formaram estão vivos do nosso lado, em nossas cidades, construções e costumes.** A Execução do Hino Nacional Brasileiro deve ser objeto de estudo em sala de aula, considerando que os grupos sociais compõem hinos que

representam a sua ligação com determinados fatos. Os hinos são manifestações sociais que aproximam grupos por suas identidades, com o esporte, o bairro, a escola, o país e outros símbolos. É importante interpretar a letra do hino nacional e relacionar aspectos geográficos e históricos do Brasil, sempre de forma contextualizada à realidade e capacidade de compreensão dos alunos.

Em consonância com esta proposta, **desde 2014**, vem sendo realizado **nas escolas municipais de Várzea Paulista, o Ato Cívico na data 7 setembro**. Neste ano letivo, realizaremos a semana da pátria que acontecerá de 01 a 05 de setembro. Deverá contar com a participação de toda a comunidade escolar: pais, alunos, professores, educadores, gestores e equipe de apoio, buscando **promover o resgate do civismo e do patriotismo enquanto constituintes da cidadania – entendida aqui como atitude que se aprende, comportamento que se desenvolve e parte do ato de educar**. Ressaltamos ainda a **importância de atrelar o ato cívico aos projetos e às ações que a Unidade já aborda em seu fazer cotidiano, expressos em seu Projeto Político Pedagógico**.

10.6 Programa de prevenção de combate ao bullying

A Unidade Gestora Municipal de Educação de Várzea Paulista repudia qualquer forma de discriminação, bullying ou atitudes desrespeitosas e vexatórias. Para isso, é essencial um trabalho conjunto com a equipe escolar e toda a comunidade, visando promover a conscientização e a compreensão sobre situações que podem levar a encaminhamentos indesejáveis. Acreditamos que a escola é o ambiente ideal para fomentar valores como ética, respeito, solidariedade e tolerância, contribuindo assim para o entendimento das questões sociais.

A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar revela um aumento alarmante nos casos de bullying nas escolas, que se tornou um fenômeno sistemático e, em alguns contextos, tolerado nas relações entre os estudantes. O levantamento aponta que o bullying varia conforme idade, gênero, características individuais e fatores culturais e sociais. Essas informações são fundamentais para orientar educadores, pais e comunidades na formulação de estratégias eficazes de prevenção a esse tipo de violência, que envolve um complexo circuito de interação entre indivíduos, famílias e escolas.

O debate sobre bullying tornou-se inevitável nas unidades escolares, independentemente da existência de casos identificados. A escola é um espaço de diversidade, abrangendo diferenças físicas, étnicas, socioeconômicas e ideológicas. Contudo, as situações de bullying nem sempre são facilmente identificadas, exigindo um

olhar atento e cuidadoso. O bullying é uma forma grave de violência que deve ser prevenida, combatida e acompanhada continuamente. Nesse sentido, o Ministério da Educação destaca cinco competências socioemocionais essenciais para o desenvolvimento dos alunos:

- Autoconsciência: Compreensão das próprias emoções, pontos fortes e limitações, mantendo uma atitude positiva e de crescimento;
- Autogestão: Capacidade de lidar com o estresse, controlar impulsos e estabelecer metas;
- Consciência social: Exercício da empatia e respeito à diversidade;
- Habilidades de relacionamento: Saber ouvir com empatia, comunicar-se de forma clara, cooperar, resistir à pressão social negativa, solucionar conflitos construtivamente e apoiar o outro quando necessário;
- Tomada de decisão responsável: Fazer escolhas alinhadas com padrões éticos e normas sociais, garantindo segurança e bem-estar.

O bullying é uma preocupação nacional e, por isso, foi instituído o *Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)* em todo o território brasileiro, conforme a Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Esta legislação representa um marco jurídico para a prevenção e combate ao bullying, incluindo o cyberbullying, que visa depreciar, incitar violência e expor pessoas por meio de manipulação de imagens e informações pessoais.

Para garantir a saúde emocional dos estudantes e atender à Lei 13.185, a UGME elaborou o Programa de Combate ao Bullying nas Escolas, que propõe intervenções preventivas por meio de atividades e espaços de diálogo entre a equipe escolar, a família e os alunos. Assim, é imprescindível adotar estratégias de escuta ativa e identificação precoce de possíveis casos, promovendo acolhimento e soluções eficazes.

Ações da Unidade Gestora Municipal de Educação

- Mobilizar professores da Rede Municipal de Educação;
- Organizar encontros formativos;
- Viabilizar parcerias e contratações para a implementação do Programa;
- Orientar a equipe gestora das unidades escolares quanto à efetivação do Programa nos espaços escolares;
- Acompanhar, avaliar e intervir para consolidar as ações propostas, garantindo um ambiente escolar seguro e saudável;
- Analisar, junto a outros setores do Município, situações que transcendam os limites da escola ou em que as ações adotadas não tenham sido eficazes.

Ações dos Centros Municipais de Educação Básica

- Elaborar projeto coletivo da Unidade Escolar;
- Inserir o Projeto no Regimento Escolar;
- Implementar o Programa nas unidades escolares;
- Realizar encontros formativos e acompanhar situações apresentadas pela equipe docente;
- Desenvolver e aplicar ações de prevenção ao bullying e cyberbullying;
- Identificar e registrar situações de bullying e/ou cyberbullying;

- Criar espaços de escuta para que os alunos expressem seus sentimentos;
- Encaminhar relatórios das ocorrências e das providências tomadas;
- Promover encontros mensais entre a equipe gestora e docente para avaliar as ações;
- Apresentar o Programa à comunidade escolar por meio de momentos de esclarecimento;
- Realizar campanhas de conscientização no mês de abril;
- Comunicar à Unidade Gestora sobre situações que exijam intervenções adicionais;
- Elaborar relatórios anuais sobre as ações desenvolvidas e seus impactos.

10.7 Educação Inclusiva

A Unidade Gestora Municipal de Educação de Várzea Paulista reconhece a importância de implementar uma política inclusiva como um elemento fundamental para assegurar a igualdade de oportunidades e o acesso a um ambiente educacional que atenda à diversidade de necessidades dos alunos. Essa política deve incentivar a colaboração, a participação e o envolvimento de toda a comunidade escolar, assim como de outros setores que atuam nesse processo.

A inclusão se torna uma realidade palpável quando todos estão engajados: profissionais da educação, familiares, alunos e a comunidade em geral. Nesse cenário, a educação se apresenta como a principal porta de entrada para essa transformação. Em nome da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista e da Unidade Gestora Municipal de Educação, reafirmamos nossa confiança nos educadores da rede, que são essenciais para a realização dessa missão. Reconhecemos que os desafios são significativos, mas, com determinação e competência, estamos comprometidos em avançar em direção a uma Educação Inclusiva de qualidade e equidade.

Incluir todos os estudantes e garantir que cada um tenha oportunidades adequadas para seu pleno desenvolvimento são metas prioritárias para a Rede Municipal de Educação. Para isso, realizamos investimentos contínuos na ampliação do acesso à educação básica e na implementação de ações que reduzam barreiras físicas, sociais e pedagógicas, assegurando um ambiente escolar acolhedor, seguro e inclusivo para todos.

Com essa visão, a Unidade Gestora Municipal de Educação elaborou o *Manual de Apoio Escolar para Educação Inclusiva*. Este documento tem como objetivo apoiar os Centros Municipais de Educação na organização de procedimentos, na definição de estratégias de ensino e no aprimoramento dos processos de aprendizagem. Além disso, busca garantir que todos — profissionais da educação, estudantes e famílias — sejam igualmente valorizados e envolvidos, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.



Anexo 1 – Exemplo da ficha de encaminhamento para o Serviço Social da UGME

Social da UGME

Programa Permanência



Ficha de Encaminhamento para o Serviço Social da UGME Programa Permanência

Unidade Escolar:

Responsável pelo preenchimento:

1) Identificação dos Pais e/ou Responsáveis

Nome:

Sexo: Feminino Masculino Prefiro não dizer

Data de Nascimento:

Endereço:

Telefones:

2) Identificação da Criança Matriculada

Nome:

Sexo: Feminino Masculino

Data de Nascimento:

Segmento: Creche Pré-escola Ensino fundamental I

Etapa/Ano:

Turno: Manhã Tarde Integral

Apresenta alguma deficiência ou necessidade educacional especial: Não Sim

Se SIM, qual? Auditiva Física Mental Visual Outra

Faz acompanhamento no Centro de Orientação Educacional - COE? Não Sim

Se SIM, qual: Psicopedagogia Fonoaudiologia Psicologia

Frequência escolar: Frequente Não frequente Evasão escolar

Desempenho escolar: Avanço mínimo Avanço Parcial Avanço Satisfatório



3) Informações sobre a Trajetória Escolar

Quantidade de ausências na trajetória escolar:

Etapa 1	Etapa 2	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Já houve algum encaminhamento para o Conselho Tutelar? Não Sim

Se SIM, qual motivo:

Já houve solicitação de relatório do Ministério Público? Não Sim

Já houve encaminhamento para o Serviço Social da UGME? Não Sim

4) Relacionado as ausências atuais

Houve justificativa das ausências? Não Sim

Se SIM, quais? Atestado Médico Declaração Agenda Grupo WhatsApp

Se as justificativas foram na Agenda ou no Grupo de WhatsApp, especifique:

Situação foi resolvida pela Unidade Escolar? Não Sim

Se NÃO, quais as ações da Unidade Escolar antes de realizar o encaminhamento?

Várzea Paulista,